



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



João Guilherme Vieira Poiati
Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Da Costa Campos

**AS MOEDAS DO IMPERADOR TIBÉRIO NO MUSEU
HISTÓRICO NACIONAL (14 - 37EC):
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E HUMANIDADES DIGITAIS
APLICADAS AO PATRIMÔNIO NUMISMÁTICO**

Campo Grande / MS
2024



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**Faculdade de Ciências Humanas
Licenciatura em História**

João Guilherme Vieira Poiati

**AS MOEDAS DO IMPERADOR TIBÉRIO NO
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (14 - 37EC):
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E HUMANIDADES
DIGITAIS APLICADAS AO PATRIMÔNIO
NUMISMÁTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso, em forma de Monografia, apresentado como requisito para obtenção do título de Licenciado no Curso de História da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.
Professor Orientador: **Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos UFMS / FACH**

BANCA

Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos – Orientador

UFMS

Museóloga Ma. Paula de Jesus Moura Aranha – Membro Titular

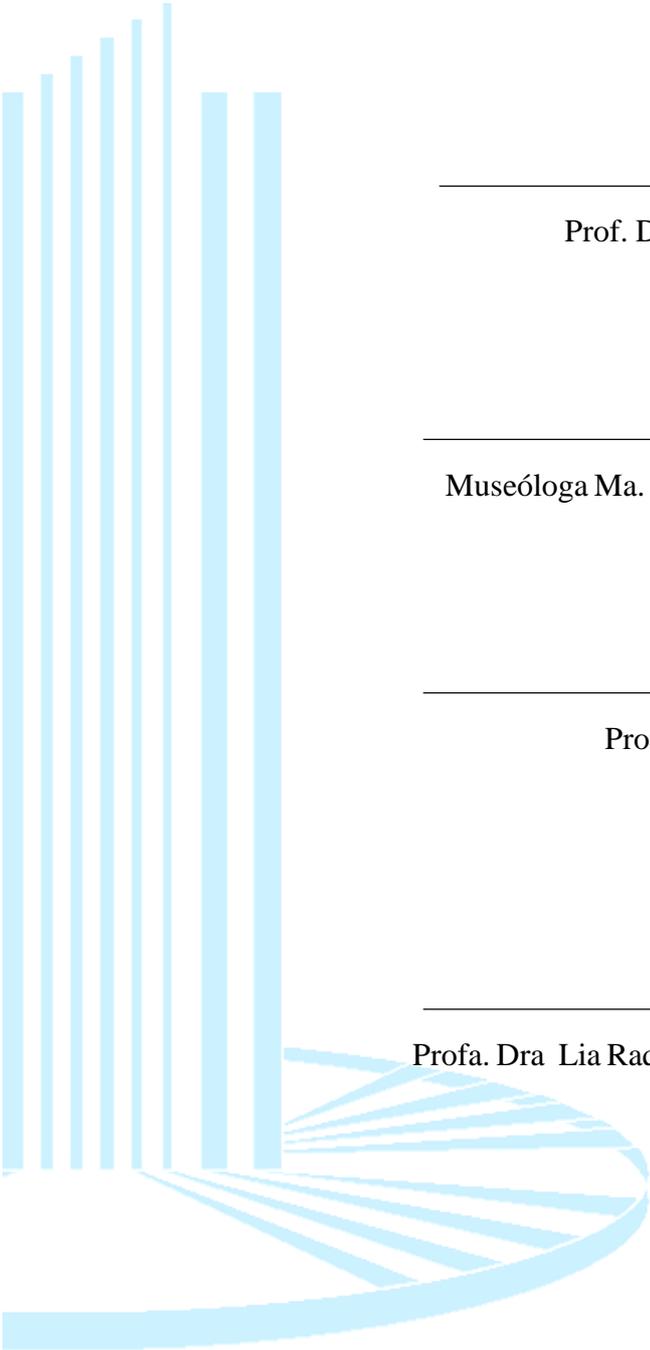
Museu Histórico Nacional

Prof. Dr Vagner Carneiro Porto – Membro Titular

MAE / USP

Profa. Dra Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques – Membro Titular

UFMS



AGRADECIMENTOS

É com profunda gratidão e reverência que escrevo estes agradecimentos. Muitas pessoas me apoiaram, guiaram e me inspiraram ao longo dessa jornada. Em primeiro lugar, agradeço profundamente ao meu orientador, Professor Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos. Seus princípios, conhecimento, paciência e orientação foram fundamentais para minha formação, não apenas acadêmica, mas também pessoal. Estudar, aprender e trabalhar sob sua tutela foi uma experiência incomparavelmente enriquecedora.

Agradeço também à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Esta instituição me proporcionou uma ótima formação e um ambiente propício para ampliar minhas perspectivas. Não obstante, agradeço também ao CNPq, do qual o apoio científico foi fundamental em minha trajetória acadêmica. Aos meus professores, expressei minha mais sincera gratidão.

À equipe do laboratório de pesquisa ATRIVM-UFMS, meu mais profundo agradecimento. O companheirismo, colaboração e apoio foram inestimáveis para minha experiência acadêmica, tornando meu processo de pesquisa produtivo e agradável. Cada um de vocês, de diferentes maneiras, contribuiu para meu crescimento profissional e pessoal. A equipe do Museu Histórico Nacional por todos os ensinamentos, partilhas e apoio para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Outrossim, manifesto meus agradecimentos à minha família, especialmente aos meus avós que me encorajaram a crescer e buscar novos horizontes. Ao meu pai, Marcos Antônio Poiati, que, a duras penas, me auxiliou durante toda minha jornada, fornecendo sábios conselhos e um seguro ombro amigo. À minha mãe, Alessandra Cristina Vieira, que, mesmo sob as tribulações da vida, nunca deixou de ser terna e acolhedora, confortando-me sempre que necessário. Aos meus irmãos, de sangue ou não, que sempre me encorajaram e me fizeram sorrir. A todos vocês eu sou grato, mesmo que essa simples expressão não consiga exprimir tudo o que desejo. Também agradeço à minha namorada, Lara Karinina Viana de Almeida, que sempre me apoiou nessa jornada.

Aos professores e pesquisadores presentes na banca de TCC por suas análises e contribuições na minha formação profissional.

A todos vocês, minha mais sincera e terna gratidão.

RESUMO

AS MOEDAS DO IMPERADOR TIBÉRIO NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (14 - 37EC): DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E HUMANIDADES DIGITAIS APLICADAS AO PATRIMÔNIO NUMISMÁTICO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar parte da coleção de numismática romana do Museu Histórico Nacional. Nesse sentido, a investigação explora o uso das moedas romanas como fonte histórica, uma vez que tais objetos refletem aspectos sociopolíticos e culturais da sociedade romana. Em nosso estudo buscamos publicações e pesquisas relevantes na área, estabelecendo base para novas interpretações sobre as práticas culturais, o poder e a circulação de riquezas em Roma. Para além, são apresentados estudos brasileiros que analisam a numismática antiga a partir do acervo numismático do Museu Histórico Nacional, examinando temas como o poder político representado nas moedas do Império Romano e a relação entre religião e política em tais moedas. Por fim, nosso objetivo final é democratizar o acesso ao conhecimento histórico sobre a sociedade romana e o patrimônio numismático contido no acervo do Museu Histórico Nacional por meio da análise histórico-arqueológica, das humanidades digitais e da divulgação científica sobre as moedas romanas do período do *princeps* Tibério.

Palavras-chave: Museu Histórico Nacional; Arqueologia; Humanidades Digitais; Divulgação Científica; Principado de Tibério; Numismática Romana.

ABSTRACT

THE COINS OF EMPEROR TIBERIUS AT THE MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (14–37 CE): SCIENTIFIC DISSEMINATION AND DIGITAL HUMANITIES APPLIED TO NUMISMATIC HERITAGE

The aim of this research is to analyse part of the Roman numismatic collection at the Museu Histórico Nacional. In this sense, the research explores the use of Roman coins as a historical source, since these objects reflect socio-political and cultural aspects of Roman society. In our studies, we seek out relevant publications and research in the field, establishing a basis for new interpretations of cultural practices, power and the circulation of wealth in Rome. In addition, we present Brazilian studies that analyse ancient numismatics from the numismatic collection of the MHN, examining themes such as the political power represented in the coins of the Roman Empire and the relationship between religion and politics in such coins. Finally, our ultimate goal is to democratise access to historical knowledge about Roman society and the numismatic heritage contained in the MHN's collection through historical-archaeological analysis, digital humanities, and scientific dissemination focused on Roman coins from the period of the princeps Tiberius.

Keywords: Museu Histórico Nacional; Archaeology; Digital Humanities; Scientific Dissemination; Principate of Tiberius; Roman Numismatics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
2 - O ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	10
2.2 A formação do Museu Histórico Nacional.....	15
2.3 O acervo de numismática e a numismática romana do Museu Histórico Nacional	21
3 - O PRINCIPADO DE TIBÉRIO E A LINGUAGEM ICONOGRÁFICA DAS MOEDAS DO MHN	27
3.2 As disputas pelo poder na sucessão imperial augustana	36
3.3 As representações monetárias do princeps Tibério estão contidas no acervo do MHN:..	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	65
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICE A:	72
ANEXO A: Diagrama Genealógico da Dinastia Júlio-Claudiana durante o principado de Augusto e Tibério.....	138

INTRODUÇÃO

A nossa pesquisa tem por objetivo geral divulgar cientificamente parte do acervo numismático tiberiano do Museu Histórico Nacional. Como aponta Luis Miguel Pereira Lacerda (2023, p. 1) a partir de 2018, com o incêndio do Museu Nacional e a perda de grande parte do seu acervo, a preservação e acesso aos bens patrimoniais em todo Brasil se tornou prioridade para os historiadores e cientistas comprometidos com a cultura e educação nacional. Para além, salientamos que os diversos objetos presentes nos acervos museológicos representam um fragmento da história. Deste modo, ao analisarmos a fração do acervo escolhido, em nosso caso as moedas referentes ao período do principado de Tibério Claudio Nero Cesar (14 EC - 37 EC), exploraremos uma parte da História Romana que ainda se faz presente no cotidiano ocidental.

Desta forma, destacamos que o Museu Histórico Nacional (MHN) exerce função central no meio acadêmico nacional, tendo em vista seu vasto acervo e suas produções científicas. Ademais, destacamos o acervo numismático como um campo fecundo para o desenvolvimento de diversas pesquisas. Em nosso caso, focaremos nas produções numismáticas da antiguidade. Com isso em vista, frisamos as produções de Paula de Jesus Moura Araha (2016), na sua dissertação: “*A representação simbólica da ninfa Aretusa nas cunhagens de Siracusa como fator de identificação no século V a.C: as emissões da dinastia Deinomenide*”, Gisele Oliveira Ayres Barbosa, na sua tese: “*Quando o divino celebra o Humano: Religião, Política e Poder nas moedas republicanas romanas (139-83 AEC)*” e Luis Miguel Pereira Lacerda, na sua monografia: “*As divindades na legitimação do poder do princeps Augusto (27 AC - 14 DC): Um estudo a partir do acervo do Museu Histórico Nacional*”, como exemplos da importância do acervo numismático do MHN para a pesquisa nacional.

Mary Del Priore comenta sobre as atividades intelectuais que utilizam objetos de memória, “Um mundo habita cada objeto. Em cada um deles reside a narrativa de sua produção, de suas viagens, de seus usos e apropriações. Não podemos reduzi-lo à sua simples significação ou uso” (Priore, 2013, p. 128). Assim, ao adentrarmos profundamente nas questões que o objeto releva, podemos realizar paralelos com outras questões contemporâneas.

Portanto, considerando o histórico de formação do acervo de Numismática do MHN e a quantidade significativa de artefatos nele contidos, compreendemos que o estudo numismático, em nosso caso focando apenas nas moedas, desempenha um papel

crucial na análise e compreensão da história, seja na Antiguidade Clássica ou em sociedades modernas. Como destacado por A. R. Meadows (2009, p. 48), as moedas são fontes históricas multidimensionais, revelando aspectos essenciais da história social, econômica e política, bem como contribuindo para a cronologia da antiguidade. Desta forma, o estudo do acervo se mostra imprescindível para a ciência e para a cultura nacional. Os nossos objetivos específicos com essa monografia são: tecer análises sobre os aspectos iconológicos contidos nas moedas do período de governo imperial de Tibério Cláudio Nero César (14 - 37 EC); contextualizar os aspectos políticos, sociais e culturais do Império que se apresentam durante a análise do acervo numismático; interpretar a relação entre a utilização de símbolos políticos e religiosos na fundamentação do principado de Tibério Cláudio Nero César (14 - 37 EC).

Ao buscarmos sobre o principado de Tibério Cláudio Nero César (14 - 37 EC) na base de Teses e Dissertações da CAPES, notamos uma grande lacuna em análises do principado desse *princeps*. Porém, por mais que sejam escassas análises sobre tal principado, ressaltamos os diversos trabalhos do Prof. Dr. Rafael da Costa Campos que, em sua dissertação e em sua tese, intituladas respectivamente de “*Aspectos positivos da administração imperial de Tibério César Augustus nos Anais de Tácito*” (2008) e “*Entre Roma e Capri: o afastamento de Tibério César como ponto de inflexão política durante seu principado (14-37 d.c)*” (2013), cotejou a exploração de tal período. Não obstante, em artigos do mesmo autor, como “O falecimento de Augusto, a transmissão dos poderes e o assassinato de Agripa Póstumo: considerações sobre o processo de transição política durante o início do Principado de Tibério (14 – 37 d.C.)” e “Tácito e o imperador Tibério César Augusto: um exame de sua narrativa histórica e de suas técnicas de composição literárias” notamos a continuidade de trabalhos acerca de tal principado, porém, vale ressaltar que tais trabalhos possuem como foco a literatura e não em objetos materiais como base para sua análise.

Além disso, ao procurarmos no mesmo catálogo de Teses e Dissertações sobre Numismática romana no período do principado e sobre o Museu Histórico Nacional (MHN) notamos poucos trabalhos acerca do primeiro assunto, já o segundo podemos notar o aumento de teses, dissertações e artigos acerca do tema, sendo a maioria ligada a educação patrimonial e a própria história do museu. Destacamos, assim, os trabalhos do

Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos e do Prof. Dr. Cláudio Umpierre Carlan, que buscam explorar a numismática romana e, também, o vínculo do Museu Histórico Nacional com a numismática romana no Brasil.

Para além disso, podemos observar pesquisas que buscam em seu escopo o principado de Tibério César (14 – 37 EC) em outros países, assim, damos ênfase no livro “Intrigas palacianas nos Annales de Tácito processos e tentativas de obtenção de poder no principado de Tibério” de Ricardo Nobre e, no livro nacional, “Imperadores Romanos, de Augusto a Marco Aurélio” de Vagner Carneiro Porto e Maria Aparecida de Oliveira Silva. Nota-se que nos trabalhos acima citados, produzidos na Universidade de Lisboa e no trabalho conjunto entre o Laboratório de História Antiga e Medieval da UFPI e o Laboratório de Arqueologia Romana Provincial da USP, respectivamente, buscam analisar de forma multifacetada esse período, sendo importantes fontes para a pesquisa acerca do mesmo escopo. Ademais, podemos frisar os trabalhos do Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos, que em seus diversos trabalhos junto a Universidades nacionais e internacionais, buscou se debruçar pelos mais diversos aspectos da antiguidade, assim, podemos destacar suas pesquisas acerca da Numismática na antiguidade, isto é, seus usos para fins políticos e sociais, sendo um dos maiores expoentes nacionais nesta área.

Ao pensarmos no campo de estudos no qual nossa pesquisa se insere, levamos em consideração a importância da materialidade para a nossa diligência, tendo em vista que se faz necessário a análise da materialidade, que em nosso caso se pauta na análise do acervo numismático do Museu Histórico Nacional, com especificidade nas moedas cunhadas no período do governo do *princeps* Tibério Cláudio Nero César (14 - 37 EC).

Portanto, tendo em vista o caráter da nossa pesquisa, acima citado, buscamos no campo da história da cultura material um caminho para tecer nosso estudo, visto que o campo histórico supracitado estuda fundamentalmente os objetos materiais em suas diversas interações com os aspectos mais concretos da vida cotidiana humana (Barros, 2009, p. 4-5). Vale ressaltar que tal campo examina as apropriações sociais dos objetos, as técnicas envolvidas em sua manipulação, a sua importância econômica e sua necessidade social e cultural, tendo em vista que a noção de “cultura” não deixa de atravessar esse campo (Barros, 2009, p. 5). Deste modo, analisando as características do acervo estudado, podemos notar que os objetos, no caso as moedas do período do principado de Tibério Cláudio Nero César (14 - 37 EC), possuem o uso da vida cotidiana,

porém, também serviam como um veículo de comunicação entre o *princeps*, e da administração pública, e a população, ou seja, para além do uso cotidiano podemos observar o uso ideológico da moeda.

Dentro das cunhagens monetárias as imagens tanto religiosas quanto políticas transmitem para além do uso prático cotidiano, discursos que ecoam e comunicam no cotidiano. No exergo, podemos observar diferentes formas do discurso, tanto por meio de figuras quanto por inscrições epigráficas, que se completam e onde podemos observar a relação entre língua e ideologia (Orlandi, 2009, p. 17). Não obstante, devemos salientar que para a análise dos objetos podemos abranger diversas áreas que, por meio de um trabalho conjunto, estabelece várias possibilidades de estudo. Com isso em vista, o uso das pesquisas arqueológicas acerca do período dos achados, da sua natureza e de considerações sobre recorrências nas cunhagens desse período, se torna extremamente necessária, uma vez que se completam, levando em consideração que a análise do objeto compreende tanto a peça quanto a localidade em que foi achado.

Ao buscar entender a dinâmica expressa nas cunhagens e nos acervos, deparamo-nos com a Análise do Discurso, na vertente de Eni Orlandi, isto é, com a prática da linguagem, não restrita a um sistema de signos ou de regras formais, mas sim como compreensão da língua enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história (Orlandi, 2009, p. 15). Porém, para além dessa compreensão, vale dizer que a Análise do Discurso não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas sim como uma correlação entre língua e mundo, considerando as diversas formas de significação realizadas pelos homens em suas falas, em seu cotidiano, como sujeitos membros de uma sociedade. Desse modo, ao analisar o discurso, se correlaciona a linguagem a sua exterioridade, possibilitando a percepção que a linguagem é materializada na ideologia e a ideologia se manifesta na língua (Orlandi, 2009, p.16).

Assim, partindo do pressuposto que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, é possível trabalhar a relação língua-discurso-ideologia, o que se complementa com a fala de M. Pêcheux (1975), que explicita que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, tendo em vista que o sujeito é interpelado em sujeito pela ideologia sendo assim que a língua funciona. Consequentemente, o discurso se torna o local em que se pode observar a relação entre

língua e ideologia ao se compreender que a língua produz sentidos por e para sujeitos (Orlandi, 2009, p.17). Portanto, podemos entender que a Análise do Discurso pressupõe um legado do materialismo histórico, ou seja, que há um real na história de tal forma que o homem faz história, mas esta também não lhe é transparente (Orlandi, 2009, p. 19). Desse modo, conjugando a língua com a história na produção de sentidos, os estudos de discurso trabalham com a forma material, isto é, a história encarnada na história para produzir sentidos, sendo uma forma linguístico-histórica (Orlandi, 2009, p.19).

Além disso, devemos nos atentar ao Interdiscurso, ou seja, a memória pensada em relação ao discurso. Essa memória é chamada de memória discursiva, é todo dizer que retorna com base no já-dito, isto é, uma memória não explícita, mas sim carregada no próprio discurso e na sua relação com a exterioridade. Assim, entendendo que o discurso carrega consigo uma carga memorial, cultural e ideológica, podemos observar que o discurso é uma representação de algo com base em outros discursos e em suas exterioridades. Essa relação entre discursos é chamada de relação de sentidos. Todo discurso é visto como um estado de processo discursivo contínuo, assim, não possuindo começo absoluto nem final para o discurso (Orlandi, 2009, p.39). Ademais, podemos observar que o local o qual o sujeito fala é constitutivo com o que ele diz. Essa relação é chamada de relação de forças e é pautada no entendimento que nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, com relações de força, sustentadas no poder dos diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação” (Orlandi, 2009, p.40).

Dessa forma, podemos observar que para analisar os aspectos discursivos tanto do acervo quanto da coleção numismática, devemos nos atentar as minúcias do aparato analítico do Discurso, buscando entender o não dito, com base na relação entre o discurso linguístico, as representações imagéticas e a exterioridade dos artefatos.

Para realizar a nossa pesquisa, usamos como fontes as moedas romanas do período de Tibério Cláudio Nero César (14 - 37 EC). Tal acervo está alocado no setor de numismática do Museu Histórico Nacional. Vale pontuar que essa instituição foi inaugurada em 1922, como uma comemoração do centenário da independência, ganhando, logo na constituição do seu acervo, uma grande quantidade de artefatos ligados à numismática. Podemos constatar que atualmente o acervo numismático do MHN chega a cerca de 150 mil artefatos (Carlan, 2020, p. 211-112), porém, nosso foco são as moedas da Antiguidade.

Em 2022, o Museu Histórico Nacional comemorou o seu centenário, reafirmando sua posição de destaque no cenário científico e social nacional. Devido ao uso do acervo Numismático Romano do MHN em nossa pesquisa, destacamos o acordo de Cooperação UFMS-MHN N° 71/2022-UFMS. Este acordo busca a preservação e disseminação do acervo numismático por meio da catalogação e digitalização das moedas da dinastia Júlio-Claudiana contidas no acervo do MHN. Dessa forma, esta pesquisa é um produto direto do acordo entre UFMS-MHN, uma vez que nos valem das moedas do principado de Tibério que foram catalogadas mediante tal convênio.



Figura 1. Processo de catalogação e digitalização do acervo Numismático Júlio-Claudiano (2023).
Figura retirada do acervo do ATRIVM-UFMS.



Figura 2. Apresentação dos resultados parciais do processo de digitalização do acervo Numismático Júlio-Claudiano para a Museóloga chefe do Núcleo de Numismática do MHN Paula de Jesus Moura Aranha. Figura retirada do acervo do ATRIVM-UFMS.



Figura 3. Apresentação dos resultados parciais do processo de digitalização do acervo Numismático Júlio-Claudiano para o diretor do Museu Histórico Nacional Pedro Colares Heringer. Figura retirada do acervo do ATRIVM-UFMS.

Tendo isso em vista, nosso escopo se reduz para uma pequena porcentagem dentro das moedas imperiais romanas, 130 catalogadas de Augusto e Tibério, sendo 23 que serão trabalhadas nesse TCC. Como aponta o Professor Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos, mediante o estudo numismático podemos entender as ações dos dirigentes políticos de Roma, levando em consideração que as moedas são consequências materiais

de decisões políticas de cidades, impérios e outras comunidades, tendo em vista que a produção em grande escala, com padronizações não são meras coincidências, além disso, dentro de tais padronizações, as imagens e legendas contidas nos exergos nos fornecem informações sobre eventos históricos, das práticas culturais e elementos identitários (Campos, 2018, p. 379).

Portanto, para realizarmos nossa pesquisa se faz necessário a catalogação das moedas a serem estudadas. Em nosso caso, pontuamos que essa quantidade é de 23 moedas, podendo aumentar conforme a realização de catalogações futuras. O processo de catalogação se baseia, a princípio, na verificação de sistematizações anteriores a fim de estabelecermos padrões de medições a serem verificados e comparados. A partir disso, e após a verificação de medidas, buscamos a descrição da moeda, ou seja, analisar os elementos contidos no objeto, descrevendo as figuras e legendas do anverso e reverso, nos atentando para detalhes que podem indicar variações. Após isso, utilizando catálogos de moedas, em específico o *Roman coins and their values vol I* de David R. Sear (2000) e o *Description historique des monnaies frappées sous l'empire romain* de Henry Cohen (1880), e usando outras pesquisas como fundamentação, são tecidos comentários acerca das imagens e legendas contidas nas moedas. Porém, devemos pontuar que para construir o *corpus documental* com o emprego dos catálogos para a fundamentação se faz necessário certo cuidado ao selecionar os objetos para que não fujam do nosso recorte espaço-temporal (Campos, 2018, p. 379).

Para além disso, devemos assinalar a necessidade do trabalho conjunto entre epigrafia e história ao analisar as legendas contidas nas moedas, uma vez que além do latim, figuras políticas, como triúnviros monetários, podem ser observadas em alguns objetos. A partir do exposto acima, todo o material extraído, incluindo fotos do acervo, são tabelados, formando, assim, uma base de dados específica das moedas imperiais do período de Tibério (14 - 37 EC). Por fim, a partir dos estudos acerca do principado de Tibério poderemos observar características político-culturais desse período na materialidade estudada, ou seja, nas moedas.

Ademais, destacamos que existem produções basilares sobre a numismática romana. Dentre elas, podemos citar o livro de Michel H. Crawford, *Coinage and Money under the Roman Republic: Italy and the mediterranean economy* (1985), além dos

estudos de Christopher Howgego, em seu livro *Ancient history from coins* (1995). Assim, com base nessas obras distintas, podemos entender a complexidade de estudar as moedas antigas. Dessa maneira, para compor uma análise profunda, nos valem de diversas obras internacionais e nacionais. Dentre elas, ressaltamos as diversas publicações no âmbito da Numismática Romana do Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos.

Podemos citar o uso da análise numismática desse autor em sua Dissertação, sob o título de *A estrutura de atitudes e referências do imperialismo romano em Sagunto (II a.C. - II d.C.)* (2013), e em sua Tese, *Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC – 14 EC)* (2017). Além disso, o Campos publicou o artigo: “*OB CIVIS SERVATOS: Otávio Augusto como o salvador dos cidadãos romanos nas moedas (30 aec – 14 ec)*” (2018), e o artigo “*A Religião Romana e o princeps Augusto: usos da esfera religiosa como tópico retórico sobre a promoção da paz*” (2021). Nota-se que tais produções são meros exemplos de uma vasta produção, entretanto, servem como exemplo da importância dos estudos desse pesquisador. Assim, nossa pesquisa é influenciada por diversos autores de suma importância nacional e internacional.

2 - O ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

2.1 O percurso do Patrimônio Cultural na História

O Patrimônio Cultural é uma expressão polissêmica que compreende a identidade viva de uma sociedade. Este termo junta duas palavras que designam características complementares acerca de um bem, material ou imaterial, que possui importância histórica, cultural, social ou artística para um corpo social específico.

Como aponta Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (2009, p. 10-11), patrimônio deriva de uma palavra latina, *patrimonium*, que se referia a tudo que se pertencia ao *pater* ou *pater familias*. No mundo romano, a *família* compreendia tudo que estava sob a posse do *pater*, de mulher e filhos a escravizados, animais e bens móveis e imóveis. Este conceito de patrimônio estava intrinsecamente ligado aos interesses aristocráticos, uma vez que a grande população não era proprietária. Assim, o *patrimonium* era um valor aristocrático e privado, ligado somente a transmissão de herança no seio da elite social romana (Funari; Pelegrini, 2009, 10-11).

Com isso em vista, compreende-se que os magistrados romanos colecionassem objetos gregos, como estátuas, em suas casas. Dessa forma, Funari e Pelegrini (2009, p. 11) pontuam que o patrimônio era patriarcal, individual e privativo da aristocracia romana. Isso possivelmente se deve à influência da Dinastia Atálide, governantes do reino de Pérgamo (230 AEC – 133 AEC), procuraram com afinco por estátuas e objetos de arte decorativa gregos, produzidos durante o período clássico, como aponta Françoise Choay (2014, p. 34).

Entretanto, Choay pontua que as coleções Atálicas não englobam o que pode ser caracterizado como tesouro religioso ou funerário, como tesouros acumulados nos túmulos egípcios ou nos templos gregos. Tampouco tais coleções podem ser associadas à categoria das curiosidades, acumuladas por meio de guerras, viagens e pela herança de curiosos, assim, a autora salienta que os objetos reunidos pelos Atálicas foram procurados, escolhidos e adquiridos por qualidades intrínsecas a eles.

Dessa forma, as práticas romanas, em certa medida, se assemelhavam em parte aos costumes Atálicas. A princípio, os objetos espoliados da Grécia pelos exércitos

romanos entraram de forma sutil no íntimo das residências patrícias, com seus status, singelos inicialmente, se alterando a partir da exposição das estátuas em espaços públicos para a apreciação de todos. Com a expansão do comércio de objetos gregos, podemos observar a criação de um mercado da arte com especialistas, falsários e corretores, porém, não podemos deixar de notar que tal comércio se deu a partir da espoliação e saque da Grécia à escala das pilhagens napoleônicas (Choay, 2014, p. 34-35).

Contudo, Françoise Choay (2014, p. 35-36) destaca que existem dois fatores que distanciam esse comércio de objetos da atual preocupação com o patrimônio, sendo eles: o fator étnico e o fator cronológico. Isto posto, podemos observar que todos os artigos que atraíram, a princípio, os Atálidas e, posteriormente, os romanos são em sua maioria de origem grega, em específico, pertencentes aos períodos clássico e helenístico.

Para além, Choay destaca que a sociedade romana buscou se imbuir, por meio da visão, do mundo plástico grego, assim como de seu pensamento por meio da prática da língua helênica (Choay, 2014, p. 36). Essa integração da cultura helênica por parte dos romanos é uma parte de um longo processo de construção e modificação social.

Ademais, a partir de Norberto L. Guarinello (2010, p. 119) compreendemos o Império Romano, como uma ordem que se institui e se reconfigurou perante a passagem do tempo, integrou e modificou a cultura helênica, entre outras culturas mediterrânicas. Com a difusão e o predomínio da Igreja Católica durante os séculos IV-V, e sobretudo durante a Idade Média, o caráter aristocrático do patrimônio foi somado ao simbolismo e coletivismo que a religião instituiu (Funari; Pelegrini, 2009, p.11). Assim, o sentimento coletivo ligado à religião corroborou para a formação de um sentido de patrimônio entre as classes baixas. Como aponta Funari e Pelegrini (2009, p. 12), isso se deu por meio do culto aos santos e a valorização das relíquias religiosas, gerando, por fim, a valorização dos lugares e objetos ligados à devoção cristã, bem como os rituais coletivos ligados a essas práticas.

Em termos materiais, em uma Europa na qual a colonização romana deixou edifícios públicos e monumentos, o período entre o fim do Império Romano do Ocidente e o final da idade média testemunhou inúmeras destruições. Choay aponta que os prosélitos cristãos espoliaram os edifícios e monumentos da antiguidade em busca de matérias primas, reutilizando-as na construção de igrejas e edifícios dispostos ao clero. Todavia, não podemos reduzir o uso das reminiscências romanas ao nível do desmantelamento sistemático do patrimônio. Não que esse processo deva ser ignorado,

porém, a metamorfose do emprego dos espaços também deve ser destacada como um processo ocorrido durante o medievo, como, por exemplo, a mudança de uso da sala de audiências de um prefeito que se tornou a igreja de São Cosme e São Damião (Choay, 2014, p. 43).

Apesar disso, assim como os objetos coletados pelos romanos, não podemos inferir o conceito moderno de patrimônio no que tange aos usos dos materiais e edificações medievais, ora, a preservação dos bens, móveis ou imóveis, nesse período é uma reutilização. Dessa maneira, Choay descreve:

Móveis ou imóveis, as criações da Antiguidade não representam assim o papel de monumentos históricos. A sua preservação é, com efeito, uma reutilização. Ela apresenta-se sob duas formas distintas: reutilização global, acompanhada ou não de reordenações; fragmentação em bocados e fragmentos, utilizáveis para fins e em locais diversos. (Choay, 2014, p.41)

O Renascimento produziu uma mudança de sentido pelo humanismo que se desenvolvia (Funari; Pelegrini, 2009, p. 12). A busca pela valorização do humano em detrimento dos valores religiosos, deu-se início a um embate artístico, filosófico e político. Nesse confronto, os renascentistas buscavam inspiração na antiguidade clássica, grega e romana, condenando o período que distanciava as duas cronologias a um período de trevas.

Os humanistas buscaram na leitura dos clássicos e no colecionismo a aproximação com a antiguidade. Nessa conjuntura, os intelectuais renascentistas passaram a se preocupar com a coleta de itens ligados aos antigos e à sua catalogação (Funari; Pelegrini, 2009, p. 13). Moedas, vasos cerâmicos, inscrições em pedra, estátuas de mármore e metal e vestígios de edifícios são exemplos de artigos que eram amplamente coletados pelos humanistas, como apontam Funari e Pelegrini (2009, p. 13).

O colecionismo pode ser observado desde a antiguidade. Como Cláudio Umpierre Carlan (2008, p. 75) expõe, mesmo que reconhecido como hobby, o colecionismo sempre foi uma expressão da hierarquia política, econômica e social. Assim, como forma de expressão hierárquica, o colecionismo pode ser observado ao longo da história, desde a coleção numismática do imperador Augusto (63 AEC – 14 EC) até as espoliações do Egito por parte europeia. Esse *status quo* ligado ao colecionismo do

patrimônio veio a mudar com a Revolução Francesa, a partir de 1792. O comitê de salvação pública instituiu os primeiros decretos e aparatos jurídicos para a proteção do Patrimônio Histórico (Carlan, 2008, p. 77).

Com a revolução, os patrimônios da nobreza e do clero passam para o estado. Em 1793 o Louvre é transformado em museu, como parte de um projeto de educação cívica e de legitimação ideológica dos Estados Nacionais (Carlan, 2008, p. 77). Essa mudança simbolizou uma virada no que tange a museologia e a questão patrimonial. Durante o século XIX, os intelectuais do século das ciências lançam os primeiros conceitos acerca do patrimônio e da restauração. Por fim, somente durante o século XX houve a consagração do monumento histórico, com uma maior discussão e debates acerca do tema.

Finalmente, após realizarmos um breve panorama sobre as mudanças históricas que influenciaram o conceito de patrimônio, pontuamos a expansão do que se compreende como patrimônio. A partir de 1972 se originou a definição de patrimônio cultural por meio da *Convenção sobre Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*. Essa Convenção, também denominada de Recomendação de Paris, segundo o site do IPHAN¹, foi organizada pela Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (UNESCO), visando incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade. Nesta mesma conferência foi confeccionado o documento que define Patrimônio Cultural como:

ARTIGO 1.º

Para fins da presente Convenção serão considerados como património cultural:

Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (Unesco, 1972, p. 2)

¹ Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24#:~:text=A%20Convenção%20do%20Patrimônio%20Mundial,considerados%20significativos%20para%20a%20humanidade.> Acessado em: 02/09/2024.

Destarte, com a inclusão do plano cultural, foi expandida a noção de patrimônio. A cultura, enquanto sistema de signos e símbolos, permeia a vida cotidiana dos seres humanos, como aponta a Profa. Dra. Maria Helena V. B. Concone:

[...] A nossa percepção do mundo é permeada por aquilo que chamamos cultura; a cultura se assenta na capacidade de simbolizar – de atribuir sentidos; cada sociedade constrói e passa adiante ao longo da sua História um mundo no qual se vive, nasce e morre. Um mundo sujeito ao movimento e à alteração (Concone, 2011, p. 57).

Com isso em vista, a junção do termo patrimônio com cultura entrelaça uma ideia outrora restrita a um pequeno grupo, a uma concepção ampliada do que é socialmente relevante para os diversos grupos que compõem a sociedade. Assim, podemos inferir que Patrimônio Cultural são conjuntos de bens materiais ou imateriais que possuem valor e importância histórica, social e cultural para uma sociedade. Posto isso, nossa pesquisa visa o patrimônio cultural musealizado que se encontra no Museu Histórico Nacional (MHN). Neste sentido, o acervo de Numismática do MHN é fundamental para o desenvolvimento de pesquisas no campo da História em âmbito nacional e internacional, uma vez que o inventário desta instituição conta com uma grande variedade de objetos derivados de diversas temporalidades e de diferentes localidades do planeta.

Como apontam Pedro Paulo Funari e Cláudio Umpierre Carlan (2012, p. 23), o material numismático pouco é usado como documentação para a pesquisa em História no Brasil. À vista disso, frisamos a importância do acervo Numismático do MHN, tendo em vista a possibilidade da pesquisa Histórica por meio da análise dos objetos contidos nesse acervo. Os mesmos autores destacam o frutífero uso das moedas como documentação histórica, uma vez que as moedas possuem aspectos políticos, religiosos e sociais de diversas sociedades ao longo da História (Carlan; Funari, 2012, p. 23). Assim, nossa pesquisa se vale desse importante acervo para compreender aspectos político-sociais da Antiguidade romana contidos nas moedas do Museu Histórico Nacional.

2.2 A formação do Museu Histórico Nacional

Em 1567, Mem de Sá, o então governador-geral do Brasil, determina a edificação da Bateria de Santiago, para integrar o sistema defensivo da Baía de Guanabara. Ampliada em 1602, a Bateria cede lugar à Fortaleza de Santiago, construída em uma ponta que se estendia sobre o mar, com a intenção de reforçar a defesa da cidade contra invasões estrangeiras, originando o complexo de edificações que hoje abriga o Museu Histórico Nacional, como aponta Angela Cardoso Guedes (2010, p.131).

Como assinala Vera Lucia Bottrel Tostes (2002, p. 155), a trajetória do conjunto arquitetônico é marcada pela modificação da estrutura inicial. Em 1693, foi incluído a Prisão Calabouço, para escravos relapsos. Além disso, em 1762, a mando de Gomes Freire de Andrade, foi construída a Casa do Trem para abrigar o trem de artilharia, com armas e munições, com o intuito de reforçar a defesa da cidade contra corsários que buscavam o ouro vindo de Minas Gerais.

Já em 1764, com a elevação da colônia a vice-reino no ano anterior e a subsequente promoção do Rio de Janeiro a Capital do vice-reino, foi erigido a mando do vice-rei, D. António Alvares da Cunha, no terreno entre o Forte de Santiago e a Casa do Trem, o Arsenal de Guerra, destinado ao reparo de armamentos, produção de munições e fundição² (Tostes, 2002, p. 155). Contudo, mesmo constituindo uma importantíssima instalação militar, seu funcionamento era restrito em comparação aos arsenais europeus, tencionando a não concorrência com a metrópole. Destarte, o panorama só se modificaria com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, quando o edifício passou a ter uma organização semelhante ao de Lisboa (Tostes, 2002, p. 155), com o incremento de um quartel, em 1835, para abrigar tropas militares (Guedes, 2010, p. 131-132).

Somando-se ao supracitado, sublinhamos a relevância do Alvará de 1º de Março de 1811, que criou a Real Junta dos Arsenais do Exército, Fábricas e Fundição, sendo nomeado para o cargo de inspetor da instituição³ o brigadeiro Antonio Napion (Tostes, 2002, p. 156). Italiano a serviço da coroa portuguesa, Carlos Antonio Napion possuía formação em ciências e era considerado um erudito. Com isso em vista, o brigadeiro

² Segundo Tostes (2002), buscava aliviar a fabricação bélica até a confecção de peças artísticas. Dentre os artefatos artísticos, foram produzidas as primeiras esculturas fundidas em bronze da América Latina, como a figura da Ninfa Eco, de Valentim da Fonseca e Silva.

³ O cargo de Inspetor de Artilharia, Fábrica e Fundição abrangia todos os serviços da Junta e da Direção do Arsenal, denominado Arsenal Real do Exército (Tostes, 2002, p. 156).

mandou adquirir na Europa uma série de amostras classificadas como minerais segundo o sistema Werner⁴. Vale notar que tal coleção se destinava aos alunos da Academia Militar⁵, constituindo, também, uma das primeiras matrizes dos museus brasileiros (Tostes, 2002, p. 156).



Figura 4. *Panorama da Exposição Internacional de 1922*⁶

Devido a sua localização, tática no que tange a defesa da baía de Guanabara, a região foi considerada área militar até 1908, quando o arsenal de guerra foi transferido para outra localidade⁷, condenando o território outrora importante à decadência.

⁴ Segundo a Professora Dra. Cícera Neysi de Almeida (2023), A. G. Werner (1749 - 1802) foi autor do primeiro livro de identificação mineral e terceiro administrador da coleção Geocientífica de Freiberg, montando sua própria coleção e a vendendo para a mesma Universidade. Em 1805, esse acervo foi comprado por Antônio de Araújo de Azevedo, conde da Barca, e seu destino era o Museu de História Natural de Lisboa, onde foi organizada por Werner usando o seu próprio sistema de classificação, sendo esse o primeiro a ser empregado em minerais (2023, p. 8). Vale ressaltar que a coleção foi transferida para o Brasil junto à Corte Portuguesa, em 1808. Para além, frisamos a importância da coleção e do seu sistema de classificação que, segundo Vera Lucia B. Tostes (2002, p. 156), “[...] constituíram uma das matrizes dos museus brasileiros”.

⁵ Instalada provisoriamente na Casa do Trem em 1811, a Academia Militar foi transferida já no ano seguinte para seu local definitivo, no Largo São Francisco, considerando a falta de infraestrutura do Real Trem, como também era conhecido o edifício.

⁶ Disponível em: G1 - Museu Histórico Nacional comemora 90 anos com série de exposições - notícias em Rio de Janeiro (globo.com) - Acessado em: 22/05/2023

⁷ Desde a chegada da família real portuguesa, em 1808, até o princípio da República, as edificações se transformaram em um grande centro de produção e armazenamento de munições para o Exército brasileiro, Porém, o crescimento urbano e instalações obsoletas colaboraram para a transferência do Arsenal de Guerra para a Ponta do Caju (Tostes, 2002, p. 156).

Entretanto, como aponta Tostes (2002, p. 156-157), o início do século XX marcou um período de grande desenvolvimento para o Rio de Janeiro.

O começo da década de 1920, como expõe Giselle B. Pereira (2023, p. 16), foi marcado pela iminência do centenário da independência do Brasil. Objetivando integrar o Brasil no cenário internacional das “potências civilizadas”, o então presidente Epitácio Pessoa, após a instituição, em 1920, da comissão organizadora responsável pelas celebrações do centenário da independência, concede sua aprovação para a realização da Exposição Internacional em Comemoração ao Centenário da Independência.

Para a realização da comemoração, que, além de celebrar o centenário, buscava mostrar ao mundo a modernidade da Capital Federal, foram realizadas reformas em toda cidade, transformando-a em um grande pátio de obras (Pereira, 2023, p. 17). De acordo com Maria Isabel Ribeiro Lenzi (2022)⁸, dentre as ações, uma das mais consideráveis foi o arrasamento do Morro do Castelo, que, segundo Fernanda Azevedo Ribeiro (2014, p. 77), era considerado um “símbolo degradado de um passado colonial português”⁹. Juntamente com essa visão, Fernanda de Azevedo Ribeiro (2014, p. 77) destaca a necessidade de dispor a Exposição Comemorativa do Centenário em um local de destaque encobriram as razões econômicas ligadas à criação de terrenos supervalorizados do centro, que por si só já validariam o arrasamento decretado em 1921.

Na área resultante desta ação, foram construídos os pavilhões da Exposição do Centenário da Independência (Ribeiro, 2014, p. 78). Assim, no dia 7 de setembro de 1922 foi inaugurada a Exposição do Centenário de 1922, constituída por palácios e por pavilhões, acima citados, separados entre nacionais e estrangeiros. Como aponta Pereira (2023, p. 17), a exposição se espalhava ao longo do aterro ao mar, na Avenida das Nações, atualmente avenida Presidente Wilson, indo desde o Passeio Público à Ponta do Calabouço, área onde hoje o Museu Histórico Nacional se situa.

Dentre os pavilhões, destacamos a parcela nacional, que se encontrava entre a Ponta do Calabouço e o então Mercado Municipal, que era composta por 8 pavilhões. Dentre tais estruturas, destacamos o Pavilhão das Grandes Indústrias, onde, inicialmente,

⁸ Disponível em: Série “1922 – Hoje, há 100 anos” IX – O centenário do Museu Histórico Nacional | Brasileira Fotográfica (bn.gov.br) - Acessado em: 25/01/2024.

⁹ Durante o processo de renovação urbana, a imprensa carioca conduziu um intenso debate, acerca do que seria uma cidade moderna. Este debate, como salienta Ribeiro, se dividiu entre os “sacrílegos” representados pela *Revista da semana* com o apoio da *Careta* e do *Correio da Manhã*, e do outro lado os “tradicionalistas”, representados pelo *Jornal do Brasil* (2014, p. 77 apud Motta, 2013, p. 55 - 56).

foi instalado em duas de suas salas o que viria ser Museu Histórico Nacional (Pereira, 2023, p. 17). Este pavilhão surge a partir do antigo Arsenal de Guerra, da Casa do Trem e do Forte do Calabouço, e se tornou a estrutura que atualmente é integralmente ocupada pelo MHN. Assim, durante as comemorações do centenário da independência, em 1922, é criado no Rio de Janeiro, o então Distrito Federal, o Museu Histórico Nacional (MHN) (Carlan, 2008, p. 81).

Entretanto, salientamos que o MHN não foi o primeiro museu histórico instituído no Brasil (Pereira, 2023, p. 20), porém, foi o primeiro a ter seu acervo ligado, a princípio, somente a História nacional. Seguindo a tendência europeia do século XIX, foi fundado, no Arquivo Nacional, um museu conhecido como *Arquivo Nacional do Império*, durante a gestão de Joaquim Pires Machado Portela (Pereira, 2023, p. 20). O diretor foi um ávido defensor da criação de uma coleção de moedas e medalhas enquanto monumentos históricos, além do interesse por designar um destino aos bens da família imperial após a Proclamação da República. O *Arquivo Nacional do Império* encerrou suas atividades com a criação do MHN, passando seus acervos para o novo museu a partir do decreto de agosto de 1922 (Pereira, 2023, p. 20).

Ainda assim, alguns autores consideram o primeiro museu histórico sendo o Museu Militar, criado em 1865. Estava restrito a um pequeno espaço no Arsenal de Guerra, não reduzindo sua importância, considerando que é um dos primeiros museus fundados no Rio de Janeiro, podendo ser considerado o principal antecedente do Museu Histórico Nacional (Bittencourt, 1997, p. 211; Pereira, 2023, p. 20).

Finalmente, mediante o decreto n.º 15.596, de 2 de agosto de 1922, feito por Eptácio Pessoa, o Museu Histórico Nacional instaurou-se, sendo o primeiro museu a ser voltado apenas para a História Nacional, com seu regulamento sendo publicado e, também, definido seu local de estabelecimento, no Arsenal de Guerra. Tratando-se por si só de uma própria comemoração, o MHN não organizou eventos relativos à Independência do Brasil (Pereira, 2023, p. 26). No que tange a sua organização inicial, Pereira (2023, p. 26) aponta a divisão em duas seções: a primeira com objetos arqueológicos e artísticos, contendo por exemplo transferências do Museu Nacional e Museu Militar, e a segunda com itens de numismática, sigilografia e filatelia, com acervos da Biblioteca Nacional e Casa da Moeda. Pereira expõe ainda que o museu ocupou duas

grandes salas de exposição, com a área de numismática colocada provisoriamente na Biblioteca Nacional com a promessa de ocupação do complexo com o fim da Exposição do Centenário.

Essa instituição inaugurou uma forma de museu que rompia com a visão de museu enciclopédia, servindo como modelo e padrão a ser seguido pelos museus brasileiros do século XX (Carlan, 2008, p. 81). Além disso, vale frisar que o acervo do museu era, inicialmente, voltado para a História do Brasil, com a sua reserva técnica sediando o primeiro curso de museologia no país. Outra importante função destinada à instituição foi hospedar, em 1933, a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), o primeiro órgão voltado à proteção patrimonial nacional. Vale notar que em 1937 o IMN seria transformado em Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (Pereira, 2023, p. 20).

No que tange ao contexto histórico no qual o MHN foi concebido, tanto em termos ideológicos quanto estruturais, destacamos, como aponta E. Hobsbawn (1990, p. 159), que o ápice do princípio da nacionalidade, iniciado no século XIX, desenrolou-se no período do entre guerras (1918 – 1939). Podemos rastrear a ideia inicial de um Museu Histórico Nacional na década de 1910. Gustavo Barroso¹⁰ (1888 - 1959), já em 1911, afirmava a necessidade de um museu que deveria:

[...] celebrar o “culto a saudade”, documentar feitos e “fatos gloriosos” e realizar uma “ação salvadora”, capaz de “ensinar o povo a amar o passado” através dos objetos que deveriam ser reunidos em um lugar apropriado para a celebração da memória e contemplação nostálgica do poder das elites aristocráticas (Chagas; Godoy, 1995, p. 38).

Essa noção de exaltação do passado para afirmar uma identidade nacional é consonante com o período. Tendo em vista a busca por construir figurativamente a nação, via criações culturais de exaltação à pátria, ou seja, a nação vai sendo construída simbolicamente por meio da arquitetura, das artes, da música, pintura e de todo o aparato cultural (Chagas; Godoy, 1995, p. 36). Como apontam Mário Chagas e Solange Godoy (1995, p. 36): “Os esforços desempenhados por determinados setores da sociedade para o surgimento de marcos referenciais do nacional passam pela construção de museus”.

¹⁰ Foi um advogado, professor, museólogo, político, contista, folclorista, cronista, ensaísta e romancista brasileiro.

Assim, o MHN é gestado e concebido como um espaço de exaltação de uma nação simbólica que se constrói.

Levando o supracitado em consideração, a concepção de um museu que deveria congrega em seu acervo a história nacional não é nova. Como apontam José Bittencourt, Lia Silva P. Fernandes e Vera Lúcia Bottrel Tostes (1995, p. 64), já existiam outras instituições com essa função, como o Museu Nacional e o Museu Histórico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Porém, a deterioração dos objetos, em decorrência das técnicas de conservação reduzidas na época, e os museus brasileiros que ainda se enquadravam no modelo de Museu Enciclopédico, voltado para a classificação e estudos de itens que pudessem reunir em si aspectos do saber do país, indo contra a tendência europeia de Museus Públicos (Bittencourt; Fernandes; Tostes, 1995, p. 64), limitavam a formação de uma instituição que conseguia atingir o objetivo de um espaço para a memória nacional.

Assim, o MHN surge como um marco no desenvolvimento museológico no país. No mais, o acervo formado após a inauguração contava com uma lista de objetos que poderiam ser doados, porém, os artigos eram limitados, excluindo itens ligados ao mundo do trabalho, a menos que neles fossem agregados valores por pertencerem a alguma personalidade. Além disso, vale notar que na primeira fase da política de aquisições teve apoio do poder executivo, que, por meio do Decreto 15.959, capítulo IX, listava uma série de repartições públicas que deveriam entregar objetos específicos ao museu, com documento referindo-se em específico a moedas, medalhas, selos e, de maneira geral, objetos com teor histórico (Bittencourt; Fernandes, 1995, p. 65-66).

Ademais, o acervo contou com doações substanciais de diversas coleções, particulares ou não. Entre os anos de 1924 a 1944, a família Guinle doou cerca de 3000 objetos à coleção do Museu Histórico Nacional de todas as classes. Para mais, no período entre os anos de 1927 a 1951, o Arquivo Nacional foi responsável por cerca de 91 entradas, com mais 276 entradas se somando, sendo os responsáveis a Biblioteca Nacional, Ministério da Guerra, Ministério da Agricultura e Escola e Escola Nacional Belas Artes. Além disso, a participação popular foi notável, com espectadores doando itens que consideravam ligados a fatos ou a figuras históricas (Bittencourt; Fernandes,

1995, p. 65-66). Assim, o acervo reflete uma ampla gama de objetos, de itens religiosos a coleções de numismática.

Como aponta Luís Miguel Pereira Lacerda (2023, p. 14), o Museu Histórico Nacional destacou-se como um polo de ensino, pesquisa e extensão desde seu princípio. O MHN também passou por processos de modernização e recuperação do seu acervo, contando com a colaboração de instituições acadêmicas, culturais e da sociedade civil. Essa cooperação foi crucial para a reorganização e renovação do espaço museal para a formação, ensino e pesquisa, impulsionando o desenvolvimento de novas abordagens para as mesmas áreas (Lacerda, 2023, p. 14).

Por fim, o MHN tem como finalidade atender toda a sociedade, articulando-se com instituições de ensino, instituições culturais e sociais para atingir seu objetivo. Dessa forma, desde o planejamento das exposições permanentes e temporárias, até medidas de acessibilidade, atuam para tornar o espaço acessível para a maior quantidade de público possível. Assim, o MHN cumpre sua importante função social, promovendo o acesso ao conhecimento histórico e cultural para um grande público, além de atuar no desenvolvimento científico e educacional nacional.

2.3 O acervo de numismática e a numismática romana do Museu Histórico Nacional

O processo de formação de grandes coleções de moedas no Brasil foi semelhante ao europeu, porém, de maneira tardia. Como apontam Norma Botelho Portugal e Maria Lúcia Faria Rodrigues (1995, p. 97), a família de Orleans e Bragança, mecenas e eruditos constitui a base para as coleções nacionais. Os primórdios da numismática brasileira se ligam a Julius Melli, cônsul suíço, que, ao se estabelecer em Salvador em 1870, reuniu uma das melhores coleções de numismática da sua época (Portugal; Rodrigues, 1995, p. 97). Nos anos seguintes, em específico a partir de 1897, Melli publicou uma sequência de catálogos sobre moedas brasileiras¹¹.

Além de Melli, outros grandes colecionadores deixaram obras escritas¹², que foram fundamentais para o desenvolvimento da ciência no país. Outrossim, as coleções

¹¹ A saber: *As moedas do Brasil colônia* (1897); *Moeda fiduciária Brasileira* (1903).

¹² Antônio Pedro de Andrade deixou obras escritas e catálogos parciais de sua coleção; Augusto Souza Lobo publicou em 1908 o *Catálogo da coleção numismática brasileira*; Amélia Machado Coelho de Castro foi a primeira a se debruçar acerca das medalhas, escrevendo o *Catálogo das medalhas brasileiras e estrangeiras referentes ao Brasil* (Vieira, 1995, p. 97 -98).

particulares foram de fundamental importância para o desenvolvimento dos acervos numismáticos públicos encontrados pelo país, como a de Bernardo d’Azevedo da Silva Ramos, comprada pelo governo estadual do Amazonas, ou a coleção Sertório, comprada pelo Museu Paulista (Portugal; Rodrigues; Vieira, 1995, p. 98). Outra figura de extrema importância foi Amélia Machado Coelho de Castro, conhecida também como Viscondessa de Cavalcanti.

Nascida em 7 de novembro de 1853, Amélia Machado contou com educação francesa, estudando artes e ciência. Segundo Neusa Fernandes (2020, p. 5), Amélia se tornou uma grande colecionadora como seu primo, Alfredo Ferreira Lage. Para além, a mesma autora descreve que, aos 18 anos, Amélia se casou com Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, reconhecido político que mais tarde ganhou o título de Visconde. Com isso em vista, a Viscondessa se destaca como uma colecionadora ímpar, foi a maior colaboradora do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora.

Como aponta Fernandes (2020, p. 6), para esse Museu, Amélia doou grande parte do seu acervo, que incluía dois desenhos do pintor Léon Bonnat; 104 pinturas em miniatura, retratando retratos e naturezas-mortas, todas partes de sua vasta coleção de arte em miniatura. Além disso, doou cerca de 5.000 cartões-postais, cuidadosamente organizados em diversos álbuns por ela mesma. Os álbuns são encadernados em couro, com monogramas dourados e as iniciais “VC” estilizadas em formato de ramos de folhas. Ademais, acima do monograma, há uma coroa incrustada com pedras roxas. A capa é adornada com um pássaro em alto-relevo em destaque. Entre os itens doados, estavam também suas coleções de cartas e moedas, além de peças e objetos diversos, incluindo itens datados do período anterior a Cristo.

Além desse museu, Amélia destinou 54 telas da missão artística francesa, de 1816, outras pinturas do acervo do rei D. João VI, além de uma coleção de pinturas da escola italiana e da coleção do pintor Eugène Boudin, a guarda do Museu de Belas Artes (Fernandes, 2020, p. 6). Amélia Cavalcanti, baseada na sua coleção, publicou em 1889, no Rio de Janeiro, o *Catálogo de Medalhas Brasileiras e das Estrangeiras, referentes ao Brasil*, composto por 115 medalhas, datadas de meados de 1596 a 1888 (Fernandes, 2020, p. 6). Como aponta Fernandes (2020, p. 6-7), a primeira tiragem do catálogo foi composta por 25 exemplares. Em 1910 foi publicada em Paris a segunda edição, aumentada e

ilustrada, com uma tiragem de 100 exemplares, contendo 294 medalhas, com datações entre 1596 a 1903. Nesta edição, as peças foram organizadas conforme os seguintes períodos históricos: Brasil Colonial, Ocupação Holandesa, Domicílio Português, Brasil Império, Primeiro Reinado, Segundo Reinado e Brasil República (Fernandes, 2020, p. 7).

A Viscondessa de Cavalcanti é um exemplo da importante participação feminina na construção dos acervos numismáticos e da própria ciência nacional. Vale ressaltar o projeto Mulheres Numismatas do Brasil, formado inicialmente por Adriana Santos, Gisele Silva, Luiza Capeli, Karina Morgado, Mariana Campos e Telam Ceolin. O objetivo desse grupo era discutir sobre as necessidades femininas no meio e ampliar essa discussão. Durante o Bicentenário da Independência do Brasil, e no centenário da fundação do Museu Histórico Nacional, em 2022, foi lançada ao público, no evento comemorativo do centenário do MHN, realizado no próprio museu, uma tiragem de cédulas do projeto. Nesta cédula, a personalidade em destaque é a própria Viscondessa de Cavalcanti, solidificando a importância das mulheres na Numismática, nas artes e na ciência.



Figura 5. Cédula comemorativa *Mulheres Numismatas do Brasil*.¹³

Nesta cédula, vemos uma rica iconografia que enfoca a histórica luta feminina por direitos, espaço na ciência e na sociedade. Com isso em vista, a Viscondessa de Cavalcanti surge como importante figura a ser representada, tendo em vista sua vasta contribuição.

¹³ Foto retirada do acervo numismático ATRIVM/UFMS.

No que tange ao acervo de numismática do MHN precisamos, primeiro, falar sobre o acervo da Biblioteca Nacional. Ramiz Galvão, diretor da Biblioteca Nacional na época, foi quem introduziu a numismática na instituição supracitada, com o primeiro núcleo de peças sendo composto por cerca de 406 moedas e 6 medalhas e consistindo em uma doação do próprio chefe da seção de manuscritos, J. A. Teixeira de Melo (Portugal; Rodrigues, 1995, p. 97-98). Como aponta Rejane Maria L. Vieira (1995, p. 99), a coleção da Biblioteca Nacional viria a crescer nos anos subsequentes por meio de doações, compras e permutas. Em 1915, o acervo da Biblioteca Nacional já era composto por cerca de 30.310 peças, recebendo mais doações ao longo dos anos. Contudo, em 1922, o decreto que criou o MHN também estabeleceu que a coleção numismática deveria ser transferida para a instituição:

Art. 83. Serão transferidos para o Museu Historico Nacional:

1. Os objectos que constituem o museu historico do Archivo Nacional;
2. O acervo da secção de moedas e medalhas da Bibliotheca Nacional, inclusive as obras impressas que formam a bibliotheca especial da secção;
3. As collecções de moedas, medalhas, sellos e peças similares existentes na Casa da Moeda, que conservará apenas os exemplares que lhe forem necessarios dos trabalhos que houver executado e das peças que lhe servirem como modelos. (Brasil, 1922)

Já em setembro de 1923 a coleção da Biblioteca Nacional foi transportada para a Casa do Trem, com todos os aparatos que compunham o acervo, isto é, cerca de 1500 lâminas, seis vitrinas, dez medalheiros, dentre outros móveis (Portugal; Rodrigues; Vieira, 1995, p. 101). Em 1924, com a seção de numismática já instalada no MHN, o governo de Epitácio Pessoa comprou a grande coleção de Pedro Massena, um grande colecionador mineiro, que era composta por 22.608 peças. Com o passar de 47 anos, em 1969, o acervo já contava com 127.344 peças, com a biblioteca especializada reunindo 4.511 volumes e 491 periódicos (Portugal; Rodrigues; Vieira 1995, p. 105).

Atualmente, o acervo chega a cerca de 150 mil peças, sendo uma das maiores reservas de numismática da América Latina, variando entre várias tipologias, como: moedas, jetons, moedas particulares, valores impressos (cédulas), vales, apólices, cartões

de crédito e de telefone, cunhos, medalhas, condecorações, sinetes sigilográficos, selos postais e fiscais, como aponta a chefe do núcleo de numismática, Paula Aranha¹⁴.

Portanto, tendo em vista o histórico da formação do acervo de Numismática do MHN e a quantidade de artefatos contidas nele, compreendemos que o estudo numismático, em nosso caso restrito apenas ao campo das moedas, se mostra como um fator decisivo para a análise e compreensão do campo da história, seja na Antiguidade Clássica ou em sociedades modernas. Como aponta A. R. Meadows (2009, p. 48), as moedas são fontes históricas multidimensionais, com os artefatos demonstrando aspectos sobre a história social, econômica e política, bem como a própria cronologia da antiguidade.

Nesse ínterim, dentre toda sorte de moedas da coleção, buscamos um grupo seletivo. As moedas da antiguidade entraram como um corpo estranho no acervo, porém, hoje em dia representam um segmento cotejado e procurado por diversos pesquisadores de antiguidade no país. As moedas da antiguidade contabilizam aproximadamente 10.150 moedas, separadas em:

Moedas gregas	700
Roma (República)	800
Roma (Império)	4.900
Bizantinas	250
África (Cartago, Numídia e Egito)	400
Celtas	30
Gálica	35
Ostrogodos, Lombardos e “bárbaros”	15
Visigóticas	10
Império Sassânida	10
Sem classificação	3.000
Total aproximado	10.150

¹⁴ Disponível em: Podcast MHN: segundo episódio aborda acervo de numismática do museu | Museu Histórico Nacional (museus.gov.br). Acessado em: 22/05/2023.

Tabela 1 - Estimativa das Moedas Antigas do Museu Histórico Nacional RJ¹⁵

Com esse universo de numismático da Antiguidade em vista, destacamos as moedas romanas, em específico do período imperial, como o escopo da nossa pesquisa. Dessa forma, pontuamos que a linguagem e o poder em Roma estavam intrinsecamente ligada às cunhagens monetárias (Carlan, 2014, p. 14). Com efeito, as moedas romanas possuem o quantitativo aproximado de 5.700 artefatos, sendo 800 moedas referentes ao período republicano romano e 4.900 moedas referentes ao período imperial romano. Com isso em vista, cotejamos pesquisar as moedas referentes ao principado do Imperador Tibério Cláudio Nero César (14 EC - 37 EC).

Enfim, o acervo de Numismática do Museu Histórico Nacional tem importância internacional, não somente pela quantidade de artefatos, mas também pela qualidade e integridade dos objetos da coleção. Além disso, seu caráter plural torna ímpar a importância científica do acervo. A presença de variados tipos de moedas, ligadas a diferentes sociedades ao longo da história, possibilita um variado escopo de pesquisas para os historiadores e numismatas brasileiros e estrangeiros. Por fim, reiteramos a importância do Museu Histórico Nacional e seu acervo de numismática para a ciência nacional e internacional, tendo em vista seu amplo e variado acervo.

¹⁵(205) 14H30 – 17H MS | 15H30 – 18H BRASÍLIA | CONFERÊNCIAS DE ABERTURA - YouTube - Acessado em: 22/05

3 - O PRINCIPADO DE TIBÉRIO E A LINGUAGEM ICONOGRÁFICA DAS MOEDAS DO MHN

3.1 O Principado de Tibério

Nascido em 16 de novembro de 42 AEC em Roma, Tibério Cláudio Nero César era descendente de uma linhagem antiga e poderosa. Seu pai era Tibério Cláudio Nero e sua mãe era Lúvia Drusila, ambos descendentes da *gens*¹⁶ Cláudia, uma importante família que desempenhou um papel notável na política da República. Como aponta Robin Seager (2005, p. 6), em 41 AEC o pai do futuro *princeps*¹⁷ se juntou a Fulvia, esposa de Marco Antônio, e Lúcio, irmão de Fulvia e cônsul, contra as forças de Otaviano¹⁸ na Península Itálica.

Entretanto, em fevereiro de 40 AEC, as forças de Lúcio foram cercadas em Perúsia, com os pais de Tibério fugindo por pouco¹⁹. Em 39 AEC, após uma campanha

¹⁶ Segundo Gisele Oliveira Ayres Barbosa (2017, p. 26), *gens* compreende todos os descendentes livres do sexo masculino de um ancestral comum, às vezes fictício, que tomavam o mesmo *nomem* - o segundo nome dos romanos.

¹⁷ Segundo Carlos Eduardo da Costa Campos (2017, p. 49-50; 2018, p. 17-18), Otaviano Augusto, em seu projeto político, buscou construir sua imagem política como portador de poderes moderados para a época, buscando ressaltar que seu governo não representava uma ruptura completa com a ordem social republicana antiga. Dessa forma, no uso do título de *princeps*, o primeiro cidadão, Augusto buscava se afastar da imagem de um tirano ou monarca, uma vez que primava pelo compromisso com a manutenção da paz social. Campos (2017, p. 49-50; 2018, p. 18-19; 2019, p. 6) argumenta que o principado não foi uma mera ruptura ou continuidade das tradições romanas, mas era uma nova forma de exercício do poder que se valia de uma imbricação entre as tradições antigas e inovação. Com isso em vista, Rafael Costa Campos (2013, p. 12) nota que mesmo com Augusto inovando na forma de exercício do poder, o início do principado foi um período de experimentação política, tendo em vista a relação dialética entre a criação do papel do *princeps* e as expectativas sociais que esse papel deveria corresponder (Campos, 2017, p. 50; 2018, p. 18-19). Dessa forma, conforma as circunstâncias sociais se modificavam no decorrer do principado, os imperadores se adaptavam em maior ou menor escala para garantir sua governabilidade.

¹⁸ Segundo Carlos Eduardo da Costa Campos (2017, p. 11), as próprias nomeações de Otávio Augusto denotam suas conexões sociais e as suas transformações na sociedade. Dessa forma, Campos frisa que há um consenso acadêmico em chamar o primeiro Imperador Júlio-Claudiano de Caio Otávio no período entre 63-44 AEC; Otaviano após a adoção dele por Júlio César, entre 44-27 AEC; e Augusto entre 27 AEC e 14 EC. Anderson de Araujo Martins Esteves (2010, p. 25), complementa ao apontar que o uso do nome Otaviano para denotar o período anterior a obtenção do título de Augusto é típico da historiografia moderna. Isto se deve ao fato que, nas palavras de Esteves, “o emprego da forma *Octavianus*, em que o sufixo indica a família original do adotado, era algo depreciativo à época, já que denotava um *homo nouus*, isto é, que não provinha de uma linhagem antiga.”

¹⁹ Seager (2005, p. 6) destaca que Lúvia e Tibério Nero fugiram primeiro para a cidade que atualmente tem por nome Palestrina, na Península Itálica, depois para Nápoles. Então, por mar foram para a Sicília, onde Sexto Pompeu ofereceu abrigo aos refugiados. Entretanto, Tibério Nero se sentiu deprimido por Pompeu, deixando a Sicília em busca da aliança de Marco Antônio. Mesmo que em relativa segurança na Grécia, a família quase morreu em um incêndio florestal perto de Esparta (Seager, 2005, p. 6).

realizada por Sexto Pompeu²⁰ em retaliação a renovação do segundo triúvirato²¹, um acordo entre os triúviro e Pompeu foi firmado em Miseno. Uma das cláusulas desse acordo anistiava os refugiados, dentre eles Tibério Cláudio Nero, Lúvia Drusila e seu filho (Seager, 2005, p. 7). De volta a Roma, Lúvia, já grávida do seu segundo filho, chamou a atenção de Otaviano, que pressionou Tibério Nero a se divorciar. Assim, em 14 de janeiro de 38 AEC, nasceu Druso Cláudio Nero, irmão de Tibério, e em 17 do mesmo mês Lúvia e Otaviano se casaram²².

Como enteado do *princeps*, o início da vida pública de Tibério decorreu de forma tranquila. Em 27 AEC, agora com 14 anos, Tibério assumiu a *toga uirilil*²³, que marcava a passagem da infância para a vida adulta, e logo no ano seguinte já obteve sua primeira experiência no ramo militar. Para subjugar os povos do norte da atual Espanha, Augusto assumiu pessoalmente o comando militar, levando consigo Tibério e Marco Cláudio Marcelo, que estava noivo da filha de Augusto, Júlia.

Ao retornarem a Roma em 24, Marcelo e Tibério receberam honras junto a Augusto, entretanto, ficou evidente a inclinação do *princeps* em favor de Marcelo, uma vez que este recebeu um assento no Senado entre os ex-pretore, além de ganhar o direito de se candidatar ao cargo de cônsul dez anos antes da idade permitida (Seager, 2005, p. 12). Tibério, em contrapartida, foi significativamente menos favorecido, recebendo o

²⁰ Sexto Pompeu foi o filho mais velho do ex-triúviro Cneu Pompeu Magno, e um general romano da República Romana Tardia, sendo considerado um dos últimos focos de resistência ao segundo triúvirato. Com isso em vista, Sexto Pompeu invadiu parte da costa da Península Itálica e assediou os navios que carregavam suprimentos de grãos para Roma, minando o apoio público para possíveis incursões dos triúviro contra o general. Assim, afetados pelas devastações dos conflitos ocorridos na Península Itálica e pela fome, a população de Roma e da própria Península Apenina pressionaram Otaviano pela paz, culminando no pacto de Messina.

²¹ Um triúvirato é um governo onde três pessoas compartilhavam o poder. Em Roma, no ano de 60 AEC, Júlio César, Cneu Pompeu Magno e Marco Licínio Crasso, formaram de maneira informal o primeiro triúvirato. Essa primeira organização foi dissolvida após a morte de Crasso no oriente, culminando em um conflito militar entre César e Pompeu, com o último falecendo ao se retirar para o Egito. Em 43 AEC, Caio Octaviano Júlio César, Marco Antônio e Marco Emílio Lépido formaram o segundo triúvirato, sendo este formalmente decretado. Em 33 AEC, o segundo triúvirato chega ao seu fim com um conflito bélico entre Otaviano e Antônio, com o último falecendo em 30 AEC na batalha de Alexandria.

²² Para elucidar a genealogia e as relações da Dinastia Júlio-Claudiana, consultar Anexo A.

²³ Segundo o Novíssimo Dicionário Latino-Português de F. R. dos Santos Saraiva (2006, p. 1207) a *Toga uirilil* ou *Toga viril* era uma vestimenta destinada aos meninos romanos que tomavam a maioria. Dessa forma, essa indumentária representava a passagem da infância para a vida adulta em Roma.

direito de se candidatar a cada cargo das magistraturas²⁴ do *cursus honorum*²⁵ com cinco anos a menos do que a idade legal. Dessa forma, logo Tibério foi eleito questor²⁶ e Marcelo edil²⁷.

A partir da entrada de Tibério na vida pública romana, o futuro Imperador passou por diversos cargos da administração pública de Roma. Com 19 anos, Tibério passou a lidar com as dificuldades que afetam os suprimentos de grãos para Roma e para o porto de Ostia. Segundo Seager (2005, p. 12), esse fato sugere que Augusto deu o cargo de *Questor Ostiensis*²⁸. Logo após isso, Tibério passou a investigar os quartéis onde os escravizados eram alojados por toda a Península Itálica, garantindo que nenhum homem livre vítima de sequestro ou banditismo fosse condenado injustamente.

Tibério seguiu por uma típica introdução à vida pública de um jovem aristocrata, exceto pelo avanço acelerado, que viria a caracterizar as carreiras dos jovens membros da *Domus Caesari*²⁹. Para além, como Carlos Eduardo da Costa Campos (2017, p. 57) destaca, Augusto, visando lidar com diversas responsabilidades que seu cargo exigia, se valeu de uma rede de assistentes vinculados diretamente a ele. Assim, o *princeps* utilizou membros de sua família como seus filhos, netos, sobrinhos e libertos para preencher cargos governamentais. Não obstante, vale notar que as posições mais importantes eram destinadas a senadores, equestres e seus herdeiros. Naturalmente, Tibério fez parte dessa rede de assistência a Augusto.

²⁴ Magistraturas eram os cargos públicos exercidos por magistrados responsáveis pela administração da República e, posteriormente, do Império.

²⁵ Segundo Campos (2017, p. 383), *cursus honorum*, ou caminho das honras, era como se definia o curso da carreira dentro da atividade pública romana.

²⁶ Questor eram magistrados com responsabilidades fiscais (Campos, 2017, p. 387).

²⁷ Edil era um dos quatro magistrados menores eleito na *comitia tributa*, uma assembleia política organizada com base nas 35 tribos. Suas principais funções diziam respeito à infraestrutura da cidade de Roma, além da organização de jogos públicos (Campos, 2017, p. 383).

²⁸ Como *Questor Ostiensis*, Tibério ficou responsável pela supervisão e administração das finanças locais do porto de Ostia, o principal porto romano na Península Itálica.

²⁹ Em seu processo de centralização política, Otaviano Augusto estabeleceu uma rede de patronagem que sustentou simultaneamente o consentimento dos governados e a possibilidade de administração do império (Campos, 2013, p. 77). Em meio a isso, Augusto centralizou o poder político da coletividade no âmbito da residência do *princeps*, desenvolvendo uma corte imperial. Segundo Rafael C. Campos (2013, p. 77-78), a formação da residência dos césares (*Domus Caesaris*) se deu de maneira original e involuntária. Sua estrutura era composta por um conglomerado de núcleos familiares menores originários de vinculação consanguínea e parental, com a figura do *pater familias* sendo exercida, em um primeiro momento, por Augusto. Sem filhos homens, Otaviano se valeu do seu poder de *pater* para garantir sua sucessão, promovendo casamentos estratégicos e adotando herdeiros. Esse esforço de Augusto culminou em inovações simbólicas, uma vez que Augusto e César tornaram-se nomes exclusivos da família imperial durante e após a dinastia Júlio-Claudiana. Dessa forma, os membros da *Domus Caesari* passaram a representar uma relação com as divindades e bons presságios para os romanos (Campos, 2013, p. 78).

Entretanto, no que tange a sucessão imperial, o futuro *princeps* se viu à margem da linha sucessória. Rafael Costa Campos (2013, p. 86) destaca que a posição política construída por Augusto não poderia ser transmitida somente mediante seus interesses, tendo em vista que seu projeto político foi calcado na manutenção da República e de suas tradições políticas. Assim, o *princeps* deveria persuadir seus concidadãos para poder concretizar seu programa sucessório, tendo em vista que a concentração de prerrogativas e poderes sob uma pessoa foi um feito sem precedentes. Contudo, o *princeps* Augusto desenvolveu um plano sucessório de transmissão de poderes em sua família.

Após a morte de Marco Cláudio Marcelo³⁰, em 23 AEC, Augusto casou sua filha, Júlia, com Agripa. Esse casamento garantiu tanto a continuidade da linhagem quanto assegurava a lealdade de Agripa, para que não houvesse possíveis disputas pela sucessão. Em 20 AEC nasceu Caio Vipsânio Agripa e, em 17 AEC, Lúcio Vipsânio Agripa. Seager (2005, p. 18) destaca que Augusto deixou clara as intenções de adotar ambos após o nascimento de Lúcio. Em 19 AEC, Tibério se casou com Vipsânia Agripina, filha do general Agripa, cujo poder só era inferior ao do próprio *princeps*. Além disso, em 18 AEC Agripa recebeu o mesmo *imperium*³¹ de Augusto, além do poder tribunício (Campos, 2013, p. 88).

Augusto delineou um sistema sucessório que assegurava a transmissão de seus poderes e prerrogativas sem que houvesse conflitos entre os possíveis sucessores

³⁰ Em 29 AEC, Marcelo já havia participado do triunfo de Augusto pela vitória na batalha do Ácio, desfilando no lugar de honra no lado direito do *princeps* (Seager, 2005, p. 8). Rafael Campos (2013, p. 86) destaca que após acompanhar Augusto em uma campanha militar na *Hispania*, Marcelo foi ordenado por Augusto a se casar com Júlia, sua única filha. Logo após seu casamento, em 23 AEC, Marcelo teria recebido uma concessão especial do Senado para que pudesse concorrer ao cargo de edil, podendo ascender também ao consulado dez anos antes do permitido. Mesmo que Augusto não tenha manifestado explicitamente que Marcelo seria um possível sucessor, suas ações despertaram inquietações entre os senadores. Como aponta Campos (2013, p. 86-87), a agitação dos membros do Senado pode apontar que a concentração dos poderes políticos nas mãos de Augusto, mesmo com o apoio de suas redes de apoio, não era unânime. Ainda em 23 AEC, outro acontecimento acentuou a tensão entre o Senado e Augusto. Marco Primo, procônsul da Macedônia, regressou a Roma sob a acusação de transpor os limites do seu poder de governador ao entrar em guerra com uma tribo aliada dos romanos. Primo, em sua defesa, alegou que agiu de acordo com instruções de Augusto e de Marcelo, intensificando o mal-estar no Senado. Para além, a defesa de Primo foi realizada por Lúcio Murena, cônsul do ano e primo de Mecenas. Após a condenação de Primo, Augusto descobriu uma conspiração entre senadores, culminando, após o exílio, no assassinato dos conspiradores. Nesse ínterim, Augusto adoeceu e Marcelo faleceu. Assim, logo após se recuperar, Augusto buscou conter os rumores que o *princeps* estaria impondo uma sucessão dinástica baseada em sua vontade pessoal. Campos (2013, p. 88) aponta que Augusto teve de ler seu testamento perante o Senado para que cessassem os rumores e questionamentos.

³¹ *Imperium* é o poder supremo que incluía o comando da guerra e a execução das leis possuído por Magistrados Seniores pelo seu um ano de mandato, ou mais se prorrogado (Campos, 2017, p. 385).

(Campos, 2013, p. 88 – 89). Esse sistema era baseado em pares que possuíam autoridade equivalente, visando evitar um vácuo no poder imperial. Essa estrutura era encabeçada por Augusto e Agripa, seguidos por Caio e Lúcio e, como última opção, Tibério e Druso.

Todavia, em 12 AEC, após anos cuidando dos assuntos do Império no Oriente, Agripa faleceu. Esse fato, juntamente com a minoridade de Caio e Lúcio, estabeleceram um novo arranjo. Tibério foi forçado a se divorciar de Vipsânia para se casar com Júlia, a filha de Augusto. Druso era casado com Antonia, sobrinha de Augusto. Entretanto, em 9 AEC Druso Cláudio faleceu após uma queda de um cavalo em uma campanha militar no Reno (Campos, 2013, p. 89).

Como destaca Rafael Campos (2013, p. 89-90), provavelmente a morte de Agripa e Druso tenha levado Augusto a promover Tibério como seu consorte político, porém, sem o compartilhamento dos poderes imperiais imediatamente. Assim, Tibério exerceu o consulado em 8 e 7 AEC, sendo aclamado diversas vezes como *imperator*³², recebendo um triunfo após a submissão dos germanos durante seu segundo consulado. Em 6 AEC, o compartilhamento dos poderes entre Augusto e Tibério foi formalmente institucionalizado e ritualizado em acordo com o Senado. Todavia, Tibério abdicou formalmente da vida pública em Roma e se retirou para a ilha de Rodas, alegando desgaste pelo exercício de suas funções. Seager (2005, p. 221) pontua que Augusto lamentou que foi traído e abandonado no próprio Senado.

De toda forma, Augusto promoveu seus netos, ressaltando seus interesses. Inicialmente, Otaviano Augusto promoveu jogos em honra a Caio e Lúcio, os apresentando a população e os inserindo nos colégios sacerdotais antes da idade mínima permitida (Campos, 2023, p. 91). em 8 AEC, Caio acompanhou Augusto em uma campanha militar no Reno. Nesta ocasião, Augusto concedeu um bônus aos soldados em nome de Caio, buscando assegurar a lealdade dos legionários. Em 5 AEC, Augusto promoveu cerimonialmente a maioria do jovem Caio, que recebeu a *toga uirilis*. Além disso, Seager (2005, p. 27) aponta que no mesmo ano Caio e Lúcio foram homenageados pela ordem equestre com o título de *principes iuuentutis* (príncipes da juventude equestre). Em 1 AEC, Caio foi enviado para o Oriente para ganhar experiência militar e popularidade com o exército. Após dois anos, Caio ganhou o consulado mesmo estando

³² *Imperator* era um comandante que era chefe ou general, especialmente que ganhou uma batalha ou confronto, aclamado por suas tropas (Campos, 2017, p. 384-385).

na região da Síria e, em 3 AEC, foi aclamado *imperator* após conquistar uma fortaleza. Lúcio, do mesmo modo, foi enviado para a Hispânia. Porém, em 2 AEC, faleceu em Messina, a caminho da Hispânia. Caio também veio a falecer, em 4 EC, após ser ferido gravemente no cerco de Artagira (Campos, 2013, p. 92).

Novamente, os arranjos que Augusto fizera tiveram de ser modificados. Assim, em 4 EC Tibério foi adotado pelo *princeps* após voltar de seu exílio em Rodas, recebendo as mesmas prerrogativas que Agripa havia recebido (Campos, 2013, p. 92). Além disso, Agripa Póstumo³³, filho mais novo de Júlia e M. Agripa, foi concomitantemente adotado. Outrossim, Tibério, por intermédio do *princeps*, deu seu primeiro passo político como sucessor de Augusto. Assim, o futuro *princeps* buscou assegurar sua figura como o novo *pater familias*, para futuramente se afirmar como o novo *pater patriae*. Para tal, Tibério promoveu a continuidade da *Domus Caesari*, adotou Germânico, filho do seu irmão mais novo. Em 9 EC, após a derrota de rebeliões na Germânia, Tibério recebeu o triunfo e Germânico ganhou insígnias triunfais, a posição de pretor e a possibilidade de disputar o consulado antes da idade permitida.

Já em 12 EC, após Tibério estabelecer o controle do Ilírio, novamente o futuro *princeps* foi agraciado com um triunfo. Como destaca Campos (2013, p. 94), tanto em 9 EC quanto em 12 EC, as aclamações de *imperator* para Augusto também passaram a incluir Tibério. Além disso, embaixadores de reinos vizinhos prestaram deferência a Tibério, assim como fizeram com Caio e Lúcio. Além disso, possivelmente a celebração triunfal já teria reforçado a associação de Tibério como o próximo *princeps*. No ano de 13 EC, os poderes de Augusto e Tibério foram novamente renovados por mais dez anos.

No verão de 14 EC, o *princeps* Otaviano Augusto faleceu aos setenta e cinco anos, em Nola. Como aponta Rafael Campos (2011, p. 179), um dos primeiros problemas políticos do novo principado consistia na falta de precedentes ou conjunto de referências para a manutenção e continuidade de uma constituição política baseada na Restituição da República enfatizada por Augusto. Dessa forma, o novo *princeps* se deparou com a necessidade de determinar aos olhos da percepção coletiva o que viria a ser essa nova

³³ Agripa Póstumo, que deveria receber o privilégio de exercer uma magistratura e ser enviado para alguma legião para obter experiência militar, não recebeu nada (Campos, 2013, p. 93). Além disso, entre 6 ou 7 EC foi expulso de Roma, permanecendo em Sorrento por um período e depois partindo para a ilha de Planásia, onde foi definitivamente ostracizado.

etapa da História de Roma. Também fez-se necessário neutralizar de imediato possíveis opositores a sua legitimidade e soberania, além de estabelecer junto ao Senado qual seria o pacto das relações políticas e a atuação e influência de indivíduos ligados diretamente à estrutura do poder imperial. Para além disso, também se fez necessário remediar as demandas dos legionários insatisfeitos.

A princípio, não adentraremos profundamente em minúcias acerca do assassinado de Agripa Póstumo em 14 EC. Entretanto, vale citar que esse assassinato foi tido por Tácito como a primeira atrocidade do novo principado (Tac., Ann., Livro 1, 6). Além disso, ainda no mesmo ano, possivelmente foi concedido a Germânico o *imperium* proconsular. Essa concessão representou uma continuidade da estratégia de Augusto, tendo em vista que se o *princeps* viesse a morrer, seu subordinado com poderes maiores que os demais, estaria em condições de assumir o controle (Campos, 2013, p. 109). Entretanto, ao passo que esse movimento político se desenrolava em Roma, as legiões estacionadas na Panônia e no Ilírio se amotinaram.

Tais motins não se desenvolveram do nada. Muitos legionários presentes nas legiões estacionadas nas províncias já haviam ultrapassado o período regular de serviço proposto por Augusto. Somou-se a isso a intensidade e sucessão de embates que se sucederam durante os últimos dez anos de governo de Augusto. Assim, em um momento favorável a fadiga dos legionários veio à tona. Além disso, os legionários reivindicavam a antecipação do término do serviço militar de vinte para dezesseis anos, além do aumento salarial para um denário por dia (Campos, 2013, p. 110).

Com as notícias de revoltas chegando em Roma, Tibério enviou Druso Cláudio ao centro da amotinação na Panônia, junto a um contingente de tropas pretorianas além do próprio prefeito da guarda pretoriana, Lúcio Élio Sejano. Assim que a comitiva chegou no acampamento, Druso buscou apaziguar a situação, porém, seus esforços somente aumentaram a insatisfação, culminando nos legionários montando um cerco para que a comitiva não fugisse (Campos, 2013, p. 111). Entretanto, por conta de um eclipse interpretado pelos soldados como mau agouro decorrente da insatisfação divina com a revolta, a possível tragédia foi evitada. Se aproveitando da oportunidade, Druso ordenou a execução dos instigadores do motim e dos demais cooperadores, pondo fim a insurreição na Panônia.

Na Ilíria, a situação se mostrou mais grave. Os legionários nessa região buscavam reivindicações semelhantes as legiões estacionadas na Panônia, porém,

também não reconheciam Tibério como *princeps*, pressionando Germânico para que se apoderasse da *res publica*³⁴. Isso acentuou a própria desconfiança de Tibério sobre Germânico, mesmo que o último tenha se mostrado leal ao *princeps* (Campos, 2013, p. 114). Após reviravoltas e confrontos, Germânico ordenou a invasão da *Germânia como* uma forma de transferir as tensões para outro foco.

Após o fim dos motins, Druso Cláudio e Germânico receberam aclamações de Tibério perante o Senado. Em 18 EC, Germânico assumiu o consulado junto a Tibério, recebendo o *imperium maius*³⁵, tornando nítido a compreensão que o general poderia ser o próximo sucessor. No ano de 19 EC, Germânico empreendeu uma série de campanhas na região do Reno, contudo, não obteve grandes resultados. Como aponta Campos (2013, p. 117), seu envio para a província da Síria seria importante experiência militar e administrativa, reforçando sua posição como sucessor. Entretanto, após rugas com o então governador da província, Gneu Calpúrnio Pison, Germânico adoeceu e faleceu misteriosamente.

Outro ponto a se destacar do principado de Tibério foi o aparente interesse do *princeps* pela participação nas discussões jurídicas e administrativas cotidianas da cidade de Roma, estando na capital do Império ou não (Campos, 2013, p. 154). Em 15 EC, Tibério recusou o título de *pater patriae* e o juramento de obediência das suas ações ao Senado, reforçando sua *ciuilitas*³⁶. Contudo, a partir da restauração da *lex maiestatis* (lei de traição) por parte de Tibério. Como destaca Rafael Campos (2013, p. 155), essa lei adquiriu durante o principado uma nova significação. Além disso, a proeminência de acusações, perseguições e condenações de membros da aristocracia senatorial se tornou um fator para a representação do governo de Tibério de maneira negativa.

O ano de 23 EC foi um marco para o principado de Tibério. Neste ano, Druso Cláudio faleceu e, com isso, um ilustre equestre ascendeu. Não nos estenderemos sobre

³⁴ Como argumenta Rafael C. Campos (2013, p. 26), *Res Publica* não pode ser plasmado somente com a ideia de República. Dessa forma, o termo definiu para os romanos a ideia de comunidade. Como destaca o autor, a República neste caso pode ser compreendida como um sistema de valores e conceitos que nem sempre corresponderam a realidade política. Assim, seu colapso no século I AEC não derivou da transgressão constitucional, mas foi percebido como a incapacidade dos seus contemporâneos de aderir a um sistema de valores que colocava o bem público acima dos interesses individuais.

³⁵ *Imperium maius* era o poder de *imperium* que conferia ao portador a autoridade sobre qualquer governador provincial em qualquer caso de conflito (Campos, 2017, p. 74).

³⁶ Segundo Rafael Campos (2013, p. 154), *ciuilitas* poderia ser entendido como uma maneira de portar-se como um entre os iguais.

aspectos específicos sobre Lúcio Élio Sejano, tendo em vista que no próximo subcapítulo será abordado as implicações da ascensão de Sejano e suas consequências. Por hora, vale notar que Sejano foi prefeito da guarda pretoriana de 14 a 31 EC. Sua aproximação com o *princeps* consolidou sua posição e, quando Tibério se isola em Capri, se torna o executor das políticas de repressão do Imperador. Sejano, buscando fortalecer sua posição, buscou sua inserção na família imperial por meio do casamento com a viúva de Druso. Entretanto, Tibério impediu essa aproximação, gerando ressentimento entre as duas figuras. Em 31 EC, Sejano foi nomeado cônsul. No mesmo ano, o então cônsul conspirou contra Tibério, culminando na sua morte.

Outrossim, os anos de 26 e 27 EC formam um ponto de inflexão para a administração imperial no principado de Tibério. Nesses anos, Tibério junto com parte de sua corte se deslocaram para a ilha de Capri. Como frisa Campos (2013, p. 202), esse fato em si não destoaria das práticas aristocráticas romanas. Entretanto, Tibério não retornou a Roma, passando o resto do seu governo e de sua vida em Capri. Com o afastamento do *princeps* para Capri, sua participação nas deliberações do Senado, que outrora foram tão caras ao Imperador, foram substituídas por instruções via correspondência (Campos, 2013, p. 211).

Do mesmo modo, Tibério tornou-se dependente das informações que Sejano lhe enviava, porém, tais informações eram selecionadas de acordo com as intenções do prefeito da guarda pretoriana. Essa configuração possibilitou a ascensão de Sejano e certo isolamento do *princeps*. Contudo, em 31 EC as pretensões conspiracionistas de Sejano foram freadas e o mesmo foi eliminado. Os desdobramentos do afastamento do *princeps* da capital imperial são múltiplos. Sua ausência permitiu a continuidade dos abusos causados pelas acusações e condenações por traição.

Por fim, o *princeps* Tibério faleceu em 37 EC, em Capri. Seu reinado é marcado por conflitos e controvérsias. Além disso, frisamos que o principado de Augusto legou para o governo de Tibério um novo sistema político que, embora tenha agregado precedentes republicanos, se estabeleceu como um conjunto de experimentações e readaptações políticas sem uma consolidação definitiva. Dessa forma, este período da História de Roma é marcado por contínuas complexidades e modificações na estrutura de poder, desde a cooptação política augustana até a mudança da corte imperial para Capri perpetrada por Tibério.

3.2 As disputas pelo poder na sucessão imperial augustana

O Principado inaugurou um novo regime político baseado na continuidade nos princípios republicanos, porém, com a centralização gradual de poderes políticos e religiosos na figura do *princeps*. Entretanto, a passagem do principado de Otaviano Augusto para Tibério revelou fragilidades no processo de sucessão. Como destaca Rafael Costa Campos (2011, p.179), um dos primeiros problemas que podemos observar no novo principado consistia na ausência de qualquer conjunto de referências para a manutenção de uma nova condição política que não era mais relacionada ao reestabelecimento da República, como Augusto tinha amplamente enfatizado durante seu governo.

Com isso em vista, Tibério se deparou com uma nova série de demandas políticas urgentes no início do seu governo. Como frisa Campos (2011, p. 179), a princípio era essencial determinar aos olhos da opinião pública o que viria a ser esse novo principado. Além disso, era imperioso neutralizar possíveis opositores da sua busca por legitimidade e autoridade. Outrossim, o *princeps* teria de estabelecer em conjunto com o Senado qual seria o novo acordo da relação política e da esfera de atuação de indivíduos ligados diretamente à estrutura da administração imperial. Por fim, o novo Imperador deveria remediar as demandas dos legionários insatisfeitos.

Segundo Campos (2011, p. 180), cada *princeps* se viu obrigado a estabelecer uma contínua e cotidiana relação de poder e influência com seus subordinados e pares para que a existência de uma ordem imperial se conservasse. Neste sentido, o assassinato de Agripa Póstumo, ocorrido logo após a morte de Augusto, deve ser analisado como um possível expediente político fundamental para a ascensão de Tibério.

Em 4 EC, após o retorno de Tibério do seu exílio em Rodes, Otaviano Augusto adotou Agripa Póstumo, o filho mais novo de Júlia com M. Agripa, e o futuro *princeps*. Porém, em 6 ou 7 EC Agripa foi exilado, residindo na ilha de Plasínia até o fim de sua vida. Como aponta Robin Seager (2005, p. 40), não se sabe exatamente quem foi o mandante da execução de Agripa. Rafael Campos (2011, p. 181) complementa ao relatar que a historiografia já oscilou em culpabilizar Augusto, Lívia, Tibério e Salústio Crispo por este ato. Todavia, mesmo que não saibamos de quem partiu a ordem de execução, a morte de Agripa pode elucidar a situação delicada do processo de sucessão imperial.

Mesmo que isolado politicamente, Agripa Póstumo poderia ser visto como um símbolo e uma representação de certos associados políticos que não estavam interessados na centralização do poder imperial no seio da *gens* Cláudia e, junto a Júlia maior e Júlia menor, que foram exiladas por Augusto durante seu principado, poderiam tentar empreender campanhas que resultariam em uma possível guerra civil. Dessa forma, a eliminação de Agripa seria essencial para a ascensão e consolidação de Tibério como *princeps*.

Mesmo que uma possível crise fosse evitada, a posição de Tibério ainda era delicada. Em 14 EC, as legiões estacionadas na Panônia e no Ilírico se amotinaram. Nesse ínterim, o novo *princeps* enviou Druso Cláudio e Germânico César para mediar a situação. Destacaremos aqui o caso no qual Germânico estava envolvido, visto que os desdobramentos podem esclarecer a relação complexa entre Tibério e membros da *Domus Caesari*. Tais revoltas podem ser vistas como consequência direta da política militar de Augusto, em particular durante os conflitos na Germânia entre 5 e 12 EC. A derrota das legiões de Quintílio Varo na batalha de Teutoburgo em 9 EC agravou a situação militar e forçou Otaviano a buscar na plebe urbana, menos acostumada a disciplina militar, os reforços das tropas fronteiriças (Campos, 2013, p. 112).

Assim, após quase meio século de lealdade a Augusto, as legiões viram na ascensão de Tibério, que havia uma conhecida experiência militar, a possibilidade de melhorias e recompensas. De acordo com Rafael Campos (2013, p. 110), os legionários da Panônia reivindicavam a antecipação do término do serviço militar para dezesseis anos ao invés de vinte, aumento do soldo para um denário por dia e o imediato recebimento das recompensas, de outro modo revoltaram a província e marchariam sob Roma. As legiões do Ilírico tinham demandas semelhantes, entretanto, se acrescentava a isso a recusa dos legionários ao reconhecimento de Tibério como *princeps*. Mesmo com a presença de Germânico não se mostrou um facilitador para a resolução do motim, tampouco para mitigar a possível desconfiança que Tibério sustentava em relação ao seu enteado.

A figura de Germânico, que era popular entre os soldados, adicionou complexidade à situação. Devido à sua estreita ligação com as tropas, e o amplo reconhecimento como o herdeiro militar de Augusto, tornou-se, mesmo que de forma involuntária, um símbolo das expectativas de mudança e de potencial ascensão ao poder. A situação piorou com as legiões sob o comando de C. Sílio e A. Cecina Severo entraram

em revolta aberta. Germânico, que fora enviado por Tibério para apaziguar as legiões, se deparou com pedidos de usurpação do poder. Tácito (*Ann.*, livro 1, 31) destaca a esperança que as legiões nutriam pela tomada de poder por Germânico. Entretanto, o mesmo autor destaca a lealdade do general para com Tibério. Como aponta Campos (2013, p. 114 - 115), Germânico se recusou a atender aos pedidos de usurpação por parte dos legionários. Em um gesto dramático para tentar desmobilizar os revoltosos, o general ameaçou suicídio, porém, esse ato não teve grande efeito.

Após tais eventos, Germânico buscando uma solução mais prática: o general e sua comitiva compuseram uma correspondência em nome de Tibério que oferecia a dispensa militar para todos que já haviam excedido os vinte anos de serviço, a redução do tempo de serviço para dezesseis anos e o pagamento em dobro dos benefícios devidos (Campos, 2013, p. 114). Porém, a chegada de uma comitiva senatorial e a descoberta de que a correspondência de Tibério era falsa trouxeram desconfiança entre as tropas. Coagido, Germânico teve de pagar as promessas que haviam sido feitas do próprio bolso, ao passo que os senadores quase foram mortos pelos legionários. Essa situação de insegurança compeliu Agripina e seu filho, Caio César, e outras esposas a fugirem do acampamento.

A fuga das mulheres e crianças gerou uma grande comoção entre os legionários que clamaram pela volta de Agripina, Caio e as demais mulheres e crianças. Espontaneamente, os soldados prenderam os principais opositores e os executaram. Mesmo assim, ainda havia focos de amotinação entre as legiões V e XXI, as primeiras a se revoltarem. Após ser informado por Sílio Cecina de uma possível guerra aberta entre as legiões, Germânico investiu contra os revoltosos causando enormes baixas.

Rafael Campos (2013, p. 115) disserta que, buscando evitar novos motins, Germânico ordenou a invasão da região sob o pretexto de recuperar os estandartes legionários perdidos por Varo anos antes. Primeiro, o general e suas tropas enfrentaram a tribo dos *chatti*, resgatando Segesto, um general germânico aliado dos romanos e genro de Armínio. Em seguida, adentrou a floresta de Teutoburgo e enterrou os restos dos legionários e de Quintílio Varo. Entretanto, pelo forte inverno, perda de provisões e um forte contra ataque de Armínio fizeram as legiões recuarem. Campos (2013, p. 116), frisa que Tibério ficou satisfeito com a supressão dos motins, mesmo que desconfiado com a

popularidade conquistada por Germânico por meio da concessão de dinheiro e da antecipação da dispensa, mesmo que possivelmente feitos em nome do Imperador. Ao retornarem, Druso e Germânico receberam aclamações iguais feitas por Tibério perante o Senado. Contudo, em 15 EC Tibério não cumpriu as promessas de dispensa dos soldados, sob a justificativa de que essa ação prejudicaria os compromissos militares.

Em 16 EC, Germânico preparou uma grande invasão na mesma região, porém, não resultou em vitória. Mesmo que essa invasão tenha resultado em certos avanços, não foi possível construir condições para a permanência na região e a continuidade da Guerra (Campos, 2013, p. 117). Em 18 EC, após Germânico assumir o consulado junto a Tibério, e ter recebido o *imperium maius*, houve uma clara indicação da sucessão imperial. Assim, Germânico foi enviado à Síria, onde poderia adquirir experiência militar e administrativa. Junto ao general, Tibério indicou Gneu Calpúrnio Pison³⁷ como governador da província (Campos, 2013, p. 117).

Germânico rumou ao Oriente primeiro visitando Druso Cláudio na Dalmácia. Em Nicópolis assumiu o consulado e de lá seguiu para Atenas, onde Agripina concebeu Júlia Livila que foi imediatamente deificada pelos atenienses (Campos, 2013, p. 118). Pison e Plancina já haviam rumado para a Síria, com o governador distribuindo donativos para os legionários e os liberando do serviço militar, o que pode indicar uma estratégia de manipulação das tropas, ao passo que sua esposa se portava como Agripina. Assim que chegou na Síria, Germânico e Pison entraram em conflito, com ambos se tornando inimigos declarados.

Em meio a essa situação, a decisão de Germânico de visitar o Egito agravou a situação entre o general e Tibério. Durante sua visita, se deparou com um grande racionamento de produtos. Em contrapartida, o general ordenou a redução dos custos dos produtos ao abrir os armazéns, apaziguando a população local. Como aponta Campos (2013, p. 119), Germânico ganhou apoio popular ao andar pelas ruas sem escolta e vestido à moda grega. Essa atitude foi repreendida pelo *princeps* via correspondência. A demonstração de popularidade de Agripina e Germânico no Egito somado a proeminência do casal no núcleo da família imperial pode indicar certa pressa ou ambição de usurpar o principado, aumento a desconfiança de Tibério.

³⁷ Como aponta Campos (2013, p. 118), Pison era de uma linhagem republicana proeminente, sendo cônsul junto a Tibério em 7 EC. Sua esposa, Plancina, era amiga de Lívía.

Ao retornar para a Síria, Germânico entrou em conflito novamente com Pison. Logo após hostilidades públicas entre ambos, o general adoeceu. Robin Seager (2005, p. 88 - 89) aponta que durante sua enfermidade, Germânico passou a acreditar que a causa de sua doença era Pison. Segundo o autor supracitado, ossos humanos e cinzas foram encontrados onde o general estava hospedado, reforçando as suspeitas de feitiçaria. Convencido de sua morte, Germânico enviou uma carta a Pison rompendo formalmente com a amizade e o expulsando da Síria. Isso possivelmente poderia ser feito, uma vez que Germânico era portador do *imperium maius*, ou seja, ele tinha mais poder que os governadores.

Após a morte de Germânico, Pison celebrou publicamente a morte de seu rival, ato que contribuiu para sua incriminação. Além disso, o ex-governador da Síria tentou organizar um exército para retornar a província, contudo, Cneu Sâncio Saturnino o confrontou e desmantelou sua tentativa. Quando o cortejo fúnebre de Germânico chegou à Roma foi recebido com cerimônias, porém, sem a presença de Tibério ou Lívia. Outrossim, Tibério ordenou um funeral simples, com as cinzas de Germânico sendo depositadas no mausoléu da família. A morte de Germânico levantou dúvidas de que Tibério o considerasse uma ameaça por causa de sua popularidade, e do seu controle das legiões no Oriente, porém, compreender que ele teria provocado essa morte em favor de Druso Cláudio é frágil.

Quando Pison voltou para Roma, esperava contar com o apoio de Tibério, entretanto enfrentou um julgamento complicado, acusado de incitar motim e de ser coautor da morte de Germânico. A defesa de Pison não lhe foi favorável e, ao ser abandonado por sua mulher Plancina e sufocado pelas circunstâncias, ele cometeu suicídio. Tibério, por sua vez, interveio para que parte da fortuna de Pison permanecesse viva e seus filhos não fossem punidos, enquanto Plancina foi poupada a pedido de Lívia. Durante o Principado de Tibério, a relação do *princeps* com o senado foi complexa, com diversas disputas dentro da ordem senatorial se desenrolando neste período. Logo após a morte de Augusto, e antes mesmo que Tibério fosse aclamado pelo Senado como Imperador, os cônsules em exercício, Sexto Pompeu e Sexto Apuleio, se anteciparam jurando aliança ao novo *princeps*. Não obstante, na presença dos cônsules, o prefeito da guarda pretoriana e o prefeito da distribuição de grãos, respectivamente S.

Estrabão e C. Turrânio, fizeram o mesmo, e, por último, os demais senadores, soldados e população fizeram o mesmo (Campos, 2013, p. 130).

Assim, consonante com os principais representantes da administração imperial, o Senado e a Ordem Equestre se adiantaram em demonstrar compromisso para com Tibério. Tácito (*Ann.*, livro 1, 7) faz um relato sobre esse movimento das elites:

Mas já dentro de Roma corriam a precipitar-se na escravidão os cônsules, patrícios e cavaleiros; e quanto mais ilustres tanto mais falsos e prontos se mostravam, estudando até sua fisionomia e seus gestos para nem parecerem demasiadamente alegres com a morte do príncipe, nem tristes com o novo governo, de maneira que a adulação tinha achado o segredo de equilibrar as alegrias com o pranto. (Tácito, *Ann.*, Livro 1, 7)

Da mesma forma, Tácito (*Ann.*, Livro 1, 7) menciona a convocação do Senado, mediante o poder tribunicio a ele concedido por Augusto, como se fazia no período republicano. Em seu édito de convocação, narra Tácito (*Ann.*, Livro 1, 7), às instruções eram simples: a presença de Tibério próximo ao caixão de Augusto e a responsabilidade pelo funeral. Segundo Campos (2013, p. 131), o testamento foi lido por um liberto somente aos membros da ordem senatorial. Em seu testamento, Augusto explicitava que, após a perda de Caio e Lúcio, Tibério seria herdeiro de dois terços dos espólios e Lúvia receberia a parte restante junto à filiação à família Júlia com o recebimento do pronome “Augusta”.

Após a cremação de Augusto e sua apoteose, ocorreu um período de luto que antecedeu o segundo encontro com o Senado (Campos, 2013, p. 131). Esse hiato, que tardou por quase um mês, aparentando um certo receio do novo *princeps* em aceitar sua posição no governo. Tácito (*Ann.*, Livro 1, 11) reforça essa perspectiva ao narrar um diálogo constrangedor entre Tibério e o Senado:

Desde logo todas as adorações se voltaram para Tibério, o qual, com a sua aparência de modéstia, falando muito confusamente sobre a grandeza do império, dizia que, para conservá-lo, só a alma do divino Augusto havia tido forças, pois que, tendo sido chamado por ele para ter parte em tão importantes cuidados, por sua própria experiência conhecera a grande fortuna e trabalhos que eram necessários para bem o governar. (Tácito, *Ann.*, Livro 1, 11)

Além disso, Tibério apresentou nesta reunião um documento que continha a descrição dos principais recursos públicos, os contingentes do exército, quantidade de

embarcações, protetorados e províncias, taxas de arrecadações, gastos e concessões públicas, além de uma recomendação de Augusto para manter as fronteiras (Campos, 2013, p. 132). Nessa circunstância, Tibério sugeriu aos senadores a possibilidade de assumir qualquer parte da administração que fosse conferida a ele, ressaltando a impossibilidade de arcar com a administração imperial sozinho, dessa forma deveria haver uma colaboração para o pleno funcionamento da administração imperial.

De acordo com Campos (2013, p. 133 - 134), o *princeps* solicitou a presença de colaboradores, não com a intenção de governar todo o império de forma conjunta como em uma oligarquia, mas dividindo o território em três, assumindo ele próprio uma dessas partes. A primeira parte abrangeria a Península Itálica e Roma, a segunda ficaria responsável pelas legiões e a terceira compreenderia as províncias e as demais populações no império. Entretanto, a maioria dos senadores foram contra o proposto, implorando para que Tibério governasse o Estado como um todo (Campos, 2013, p. 133). Em meio a reações diversas dos senadores e debates, Tibério cessou a recusa ao poder, mesmo que sem admitir que assumiria o comando.

Rafael Campos (2013, p. 134) destaca que a documentação clássica transmite a impressão de que havia certa hesitação de Tibério a assumir o comando. Porém, essa demora na aceitação se ligaria ao tempo que o *princeps* levaria para assegurar que não houvesse mais ameaças a sua soberania. Assim, os primeiros encontros entre Tibério e o Senado elucidam a delicada relação entre o *princeps* e a instituição senatorial. Dessa forma, o governo de Tibério explicita as dificuldades que persistiram em seus sucessores no que tange a adequação e preservação do equilíbrio senatorial e autoridade imperial (Campos, 2013, p. 139).

Vale ressaltar que Tibério se mostrou interessado nos assuntos da administração pública, em especial as questões jurídicas. Segundo João Victor Freitas (2021, p. 194), o governo de Tibério nos Anais de Tácito pode ser dividido entre dois períodos: entre 14 a 23 EC, Tibério fez intervenções pontuais, em geral moderadas e acertadas nas questões jurídicas e na condução do Senado. Já entre 23 a 37 EC a segunda fase taciteana do governo de Tibério se desenrolou. Esse período foi marcado pelo acúmulo gradual de abusos na condução do poder, pela ruptura do contato direto com os senadores e a confiança de Tibério em intermediários para a condução da administração pública.

Contudo, mesmo que Tácito frisasse a boa administração das leis pelo *princeps*, o historiador destacou a reintrodução da *lex maiestatis* (lei de traição). Além disso, o mesmo historiador destaca a má condução dos julgamentos por essa lei. Entretanto, Freitas (2021, p. 197) elucida que essa percepção de Tácito se deve a dois pontos principais: o seu distanciamento temporal do período, que permitiu ao historiador uma visão mais abrangente do período, e a influência de uma tradição literária que enfatizava os efeitos danosos da delação e os abusos cometidos por esses delatores ao explorarem o *crimen maiestatis*.

Campos (2013, p. 156) destaca que desde o início da aplicação da lei o escopo das acusações de lesa-majestade era amplo. Dessa forma, a natureza do crime fez com que a condenação se tornasse uma ferramenta de eliminação política. Com as novas cortes judiciais do principado, sob a supervisão imperial, havia uma margem para manobras políticas que atenuaram ou intensificavam as penas. Essa flexibilidade permitia ao Senado e o *princeps* moldar o sistema jurídico conforme as necessidades políticas. Outrossim, no principado de Tibério o Senado assumiu um papel central nos julgamentos de traição, criando um vínculo estreito entre os interesses dos senadores e do Imperador.

Além disso, uma característica que é evidente no principado de Tibério foi a irregularidade na maneira como os diversos casos foram conduzidos pelo Senado, mesmo com a interferência explícita do *princeps*. Um dos fatores essenciais para o aumento de condenações dessa lei foi a renúncia formal da amizade entre o *princeps* e o indivíduo. Ao passo que a figura da majestade foi associada à figura do imperador, e não mais a preservação da soberania do estado romano, o limite entre a ruptura de laços pessoais como respostas à ofensas, e a criminalização da ofensa como injúria contra o próprio Estado tornou-se cada vez mais tênue (Campos, 2013, p. 159).

Como destaca Campos (2013, p. 159), Tibério parece ter conseguido sublimar a dualidade desta relação quando ofensas contra ele ou sua família foram dilatadas. Porém, a partir de 23 EC esse panorama se modificou com as fontes focando na ascensão de Sejano. No que tange ao crime de traição, é possível observar que a aplicação das leis sob o principado adquiriu um caráter flexível e engenhoso, se convertendo em um instrumento de repressão. Essa prática evoluiu em paralelo ao desenvolvimento do sistema político, combinando a renúncia pessoal da amizade com a possibilidade de acusação por crime de majestade. Dessa forma, se tornar inimigo do *princeps* equivalia a se posicionar como adversário do próprio povo romano.

No que diz respeito a Sejano, frisamos que sua ascensão ocorreu antes da ida de Tibério para Capri. Como aponta Robin Seager (2005, p. 151), Lúcio Élio Sejano nasceu em *Vulsunii*, na Etrúria, e acompanhou Caio César em sua viagem ao Oriente. No período de ascensão de Tibério, Sejano já havia conquistado a confiança do *princeps*, sendo nomeado para compartilhar a prefeitura da guarda pretoriana junto a seu pai, com nome homônimo. Além disso, o *princeps* enviou Sejano como mentor de Druso quando foi enviado para reprimir a revolta na Panônia. Sobre a guarda pretoriana, Campos (2013, p. 178) argumenta que seu poder era moderado até que, durante o principado de Tibério, todas as tropas foram unidas em um único acampamento fora da cidade. Essa centralização permitiu que as tropas recebessem ordens simultaneamente, aumentaria a confiança dos soldados e geraria temor entre os demais.

Por consequência, Sejano ampliou sua influência política da guarda pretoriana e a influência de seus membros (Campos, 2013, p. 178). Outro aspecto importante na ascensão de Sejano foi sua aproximação da elite senatorial e militar, consolidando sua posição dentro da política do principado. Além disso, ao selecionar pessoalmente os tribunos e centuriões para a guarda pretoriana, Sejano solidificou sua influência dentro da estrutura militar, garantindo que seus aliados estivessem em posições estratégicas. Essa prática não apenas aumentou sua autonomia, mas também estabeleceu um novo padrão de relacionamento entre o Imperador e seus oficiais.

Contudo, a ascensão de Sejano também foi marcada por uma crescente ambição e uma estratégia política que o levou a desestabilizar as relações com Tibério. Embora inicialmente colaborativo, Sejano começou a utilizar sua posição e influência para minar a autoridade do Imperador, eventualmente culminando em tensões significativas. O papel do *princeps* se tornou mais complexo, uma vez que, além de lidar com as pressões externas e as expectativas do Senado, ele precisava confrontar Sejano. Essa ambivalência nas relações entre os dois se refletia em uma política de desconfiança e medo, onde a delação e a traição se tornaram ferramentas cruciais para a manutenção do controle e da ordem política.

Dessa forma, a trajetória de Sejano é emblemática das tensões intrínsecas ao Principado de Tibério, onde as alianças podiam rapidamente se transformar em traição. Essa dinâmica de poder revela a fragilidade do sistema político do principado, que,

mesmo que tenha se estruturado sobre a figura do Imperador e suas redes políticas, estava sujeito a pressões e disputas internas que poderiam levar ao declínio do *princeps*. A partir da ascensão de Sejano, é possível notar como as instituições e as relações de poder no principado eram fluidas e frequentemente tumultuadas, refletindo a complexidade do governo romano e a precariedade do poder imperial.

Dessa forma, o principado de Tibério foi um momento de modificação e consolidação do principado. Entretanto, a partir do exposto podemos notar as disputas pelo poder entre membros ligados à dinâmica imperial. Assim, Tibério teve de buscar diferentes formas para consolidar e manter seu poder, se valendo das suas redes políticas, controle do exército, coerção de opositores, além do uso de suportes culturais que visavam expor o *princeps* como o regulador da nova ordem estabelecida.

3.3 As representações monetárias do princeps Tibério estão contidas no acervo do MHN:

Como aponta A. R. Meadows (2009, p. 48), as moedas são fontes históricas multidimensionais, com os artefatos demonstrando aspectos sobre a história social, econômica e política, bem como a própria cronologia da antiguidade. Com isso em vista, nossa pesquisa visou analisar o acervo numismático romano do período do principado de Tibério Cláudio Nero César (14 EC - 37 EC) do Museu Histórico Nacional.

Dessa maneira, pontuamos que, a princípio, o conjunto de moedas do principado de Tibério no referido museu compreendem cerca de 46 artefatos. Contudo, somente 23 moedas foram completamente catalogadas para essa monografia. Dessa forma, o nosso *corpus documental* abrange somente as moedas presentes no apêndice Catálogo Numismático Tiberiano do ATRIVM UFMS (CANTA).

Dentro do nosso escopo, contabilizamos 14 moedas de As (Cobre); 5 moedas de Dupôndio (Bronze); e 4 moedas de sestércios (Bronze). Outrossim, todas as moedas possivelmente foram localizadas na região de Roma, na Península Itálica. No que tange ao período aproximado das cunhagens, podemos notar uma grande multiplicidade de períodos aproximados das cunhagens, variando desde 15 EC até 37 EC.

No tocante à análise das moedas, Christopher Howgego (1995) aponta que as moedas possuem um conjunto de símbolos, legendas e imagens inerentes a um conjunto cultural. Esta associação entre legendas e iconografia geram uma linguagem própria que deve ser compreendida pelos receptores. Neste sentido, Carlos Eduardo da Costa Campos

(2017, p. 78) pontua que o poder institucionalizado, ou em vias de institucionalização, necessita de diversos dispositivos culturais para a sua integração social e preservação ao longo do tempo. Dessa forma, o autor aponta que a partir da nova ordem de Augusto como detentor da *Potesta*, um grande repertório simbólico, tanto na literatura quanto em outros suportes, foi constituído, refletindo a modificação cultural que Roma vivenciava nesse período.

Com o exposto em vista, as moedas são um tipo de suporte que contém em si imagens, símbolos e legendas ligados à autoridade romana, que eram monopolizados por Augusto como parte do seu projeto de poder. Dessa forma, por meio do catálogo numismático criado por Campos (2017), podemos notar uma grande diversidade do conjunto iconográfico estruturado pelo projeto augustano. De insígnias e inscrições sacerdotais, divindades, legitimidade e imagens imperiais, insígnias cívicas, até o Tiranocídio de Júlio César, Campos (2017) evidencia o uso de diferentes símbolos como formas de comunicação da legitimidade do poder de Augusto. Outrossim, salientamos que nas legendas das moedas augustanas é possível observar a renovação dos poderes a ele conferido, como o consulado e o Poder Tribunicio.

Com a morte de Augusto em 14 EC, seu sucessor, Tibério Cláudio Nero César, recorreu a certas práticas de seu antecessor para legitimar e consolidar seu poder. Dentre tais práticas, o uso da moeda como suporte comunicacional foi amplamente utilizado. Neste ponto, frisamos que em nosso escopo contamos com diversas iconografias, porém, destacamos a preponderância no uso das imagens de Augusto, Lúvia e do casal imperial Augusto-Lúvia, como formas de legitimar o poder de Tibério. Dessa forma, com base nos estudos de Howgego (1995), organizamos nosso escopo em eixos temáticos baseados nas representações contidas nas moedas. Assim, podemos observar a disposição de temas como: legitimidade e sucessão, insígnias cívicas e imagens imperiais.

Assim, começaremos nossa análise pelo eixo legitimidade e sucessão. Com isso em vista, separamos este eixo entre moedas com a representação de Augusto e Lúvia, moedas com representação de Augusto e moedas com a representação de Lúvia. Dessa forma, iniciaremos nossa análise com as moedas 10, 11, 12 e 20, que representam em sua iconografia Augusto e Lúvia.



Figura 6. Moeda número 10: As - Cobre; Período 15 - 16 EC; Região: Roma; Referência: SEAR, p. 351, n: 1788; RIC 72; BMCRE 151.

Em seu anverso, as moedas possuem o Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda. Ao lado, a imagem de raios e acima uma estrela, e na legenda: [DIVVS] AVGVSTVS [P]AT[ER] / Divino Augusto, pai (da pátria). O conjunto iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (*pater patriae*) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Sobre a coroa que Augusto porta, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário pontua que a coroa revela as forças supraterestrres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo. Como aponta Carlos Eduardo da Costa Campos (2017, p. 106), Augusto buscou o controle do culto a Apolo e sua própria associação ao deus. Assim, como filho do deus Júlio César e do deus olímpico Apolo, Augusto se estabeleceu como ordenador do mundo social romano, mediante aval divino.

Além disso, o feixe de raios, segundo Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 765-766), é considerado como um atributo de Júpiter, além de manifestar as vontades e o poder infinito do deus supremo. A estrela acima de Augusto, pode vir a significar a iluminação celeste recebida pelos *princeps*, ou até mesmo fazer referência ao cometa de César.

No reverso, podemos observar a imagem de Livia sentada, segurando uma pátera e um cetro, com sua legenda consistindo somente em: S.C. - Dividido pela figura de Livia (SENATVS CONSVLTVM) / Decreto do senado. Campos (2017, p. 152) ressalta que a

pátera era um prato ou uma tigela redonda e rasa utilizada para práticas religiosas, como a libação de vinho aos deuses ou recebendo o sangue de animais sacrificados, além de ser um objeto atribuído aos epulões³⁸. Como aponta Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 226-227), o cetro simboliza o poder e a autoridade. Dessa forma, a representação do cetro e da pátera se combinam na demonstração de poder e comprometimento com os deveres religiosos.



Figura 7. Moeda 5: As - Cobre; Período: 22 - 30 EC; Região: Roma; Referência: COHEN, vol.1, p.94, n:228; SEAR, p.352, n:1789; RIC 81 BMCRE 146

No anverso das moedas 5, 6, 7, 8, 22 e 23 podemos observar o Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda. Em sua legenda se lê: *DIVVS AVGVSTVS PATER* / Divino Augusto, pai (da pátria). Novamente, o conjunto iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (*pater patriae*) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Sobre a coroa que Augusto porta, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário pontua que a coroa revela as forças supraterestras que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo.

Em seu reverso, podemos observar a fachada do recinto do altar da *Ara Providentiae Augusti*, com porta de painel duplo e chifres do altar visíveis acima, em sua legenda: SC - separados pela figura do altar / PROVIDENT. - Abaixo do altar (PROVIDENTIA - SENATVS CONSVLTVM) / Providente - Decreto do Senado. Como

³⁸ Segundo Carlos Eduardo da Costa Campos (2017, p. 384), epulões eram sacerdotes responsáveis pelo banquete ritual dos deuses.

aponta Russel T. Scott (1982, p. 438 - 439), provavelmente a representação do altar fazia referência a um monumento real, que foi dedicado por Tibério à Augusto após sua adoção, em 4 AEC. Segundo Martin Percival Charlesworth (1936, p. 108), *Providentia* na República Romana Tardia, se refere a previsão divina expressa por meio de um intermediário humano visando a *aeternitas* do povo romano. Essa preservação do povo romano poderia ser feita por meio da escolha de um herdeiro, de proteção contra conspirações, que trazia a *securitas*, exercício da legislação e atividades paternas, que se relaciona a alimentação da população, construções públicas, agricultura e ajuda aos oprimidos (Scott, 1982, p. 436). Dessa forma, Tibério se vale do culto a providência do seu pai adotivo para ressaltar sua atuação como intermediário divino para a preservação de Roma.



Figura 8. Moeda número 3: Sestércio - Bronze; Período: 22 - 23 EC; Região: Roma; Referência: COHEN, vol.1, p.189, n:3; SEAR, p.346, n:1764; RIC 48; BMCRE 70.

No que tange ao averso da moeda número 3, David R. Sear (2000, p. 350) aponta que a imagem contida nessa moeda poderia representar a estátua de Augusto instalada perto do Teatro *Marcellus* em Roma. Segundo Letícia Aga Pereira Passos (2021, p. 192), Júlio César concebeu a obra em 46 AEC, com o teatro sendo erigido na parte sul do Campo de Marte, perto do Rio Tibre e de outras obras importantes. Para a realização da obra, César ordenou a retirada do Templo de *Pietas* no fórum *Holitorium*, de outros santuários e de casas particulares. Entretanto, tal intento cessou após a morte de César, sendo retomada por volta de 23 AEC por Augusto (Passos, 2021, p. 192). Otaviano observou a insuficiência do espaço destinado a obra, obrigando Augusto a custear com seus próprios recursos a compra de mais terras privadas.

Passos evidencia que neste período de Transição da República Romana Tardia para o Principado, o jovem Otaviano buscava se ligar a imagem de Júlio César, seu pai

adotivo, para fortalecer sua empreitada política, explorando sua herança política e usando diversos artifícios simbólicos e ideológicos para reforçar seu governo. Assim, Augusto replanejou o projeto, tornando-o provavelmente maior do que inicialmente pensado por César (Passos, 2021, p. 192). Em 17 AEC, o Teatro de Marcelo foi palco para os jogos seculares antes mesmo de ter seu edifício completamente construído. Passos (2021, p. 193) aponta que nestes momentos festivos, o Imperador promoveu a distribuição de dinheiro ou alimentos, sendo ovacionado como um modelo de generosidade. Além disso, quando aclamado pela plebe urbana e pelas legiões, o Imperador também demonstrava seu poder. Nestes eventos, importantes ritos religiosos também eram realizados, buscando garantir desde a proteção por meio das divindades até a prosperidade do Império, destacando o imperador como modelo religioso. Neste período, o Teatro era conhecido como *Theatrum quod est no Circo Flaminio*, porém, Augusto dedicou a edificação à memória do seu sobrinho Marco Cláudio Marcelo (Passos, 2021, p. 193), que falecera em 23 AEC.

Ademais, outros elementos contidos na iconografia devem ser analisados. Sobre a presença de portando uma coroa que Augusto porta (Augusto radiado), o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa simboliza uma conquista transcendente, associada a forças supraterrrestres. Ademais, ela sugere assimilação a deuses como Apolo. Como aponta Carlos Campos (2017, p. 106), Augusto buscou o controle do culto a Apolo e sua própria associação ao deus. Assim, como filho do deus Júlio César e do deus olímpico Apolo, Augusto se estabeleceu como ordenador do mundo social romano, mediante aval divino. Além disso, o ramo que Augusto segura, segundo Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 768-769), pode ser associado ao ramo de ouro que, na mitologia grega e romana, significa um símbolo universal de regeneração e imortalidade. Para mais, o cetro simboliza poder e autoridade.

Outro ponto a se notar é o Altar aos pés de Augusto. Como aponta o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 40), o altar pode simbolizar um microcosmo e catalizador do sagrado. Dessa forma, Junto a legenda: *[DIVVS] [AVGVSTVS] [PATER] / Divino Augusto, pai (da pátria)*, o conjunto linguístico iconográfico, por meio do culto à *imago* de Augusto, ressalta o poder e proeminência do antigo imperador e, por consequência, ao seu sucessor e a sua família.

Em seu reverso, a moeda não possui imagem, entretanto, possui legenda: *TI. CAESAR [DIVI] [AVG.] [F.] [AVG.] [P.] M. TR. POT. XXIII - S. C. no centro do campo (TIBERIVS CAESAR DIVI AVGVSTI FILIVS AVGVSTVS, PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTESTATE VICESIMA QVARTA - SENATVS CONSVLTVM) / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto), sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 24ª vez - Decreto do Senado.* Como parte do processo de centralização político-religiosa promovido por Augusto, a concentração de titulaturas senatoriais, honorárias e funções e cargos no *Quattour Amplissima Collegia Sacerdotum romanorum*, pode ser observada por meio de diversas fontes, como as *Res Gestae Divi Avgvsti* e, até mesmo, nas moedas.

Nas fontes monetárias do período augustano, é possível observar nas legendas a renovação dos seus poderes e titulaturas, como o Poder Tribunício, muitas vezes abreviado nas legendas como *TR POT.* Com essa característica nas moedas augustanas em vista, as moedas do período do Imperador Tibério possuem o mesmo padrão, reforçando a renovação dos poderes e titulaturas político religiosas, como podemos observar no trecho da legenda: “*PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTESTATE VICESIMA QVARTA / sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 24ª vez*”. Além disso, vale ressaltar que na mesma legenda é possível notar a associação de Tibério com seus pai adotivo, já considerado um deus, no seguinte trecho: “*TIBERIVS CAESAR DIVI AVGVSTI FILIVS AVGVSTVS / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto)*”. Essa associação reforça a legitimidade do poder de Tibério, além de consolidar seu poder por meio da linha sucessória, ligada diretamente a um deus.



Figura 9. Moeda número 2: Sestércio - Bronze; Período: 36 - 37 EC; Região: Roma; Referência: BABELON, vol.2, p.90, n:287; COHEN, vol.1, p.105, n:306; SEAR, p.350, n:1784; RIC 68; BMCRE

No que tange ao anverso da moeda 2, David R. Sear (2000, p. 54-55) nota que a presença de animais nas cunhagens romanas remonta ao período republicano. É notável a presença de javali, crocodilo e touro nas cunhagens augustanas, reiterando o discurso de que Augusto era o herdeiro da República. Entretanto, no decurso de seu principado a cunhagem perdeu gradualmente essa característica, sendo substituída por uma abordagem mais conservadora dos conteúdos iconográficos nas cunhagens imperiais. Dessa forma, as cunhagens dos demais imperadores da dinastia Júlio-Claudiana quase não possuem representações de animais. Contudo, podemos observar algumas exceções nas emissões monetárias do período do principado de Tibério. Sear (2000, p. 54-55) aponta as emissões de sestércio do período, poderiam conter em seu anverso a figura de quatro elefantes puxando um carro ornamentado, levando uma estátua de Augusto que porta um cetro e um ramo. Outra emissão a ser apontada é a de As, que em seu reverso poderia conter a representação de uma águia.

Com isso em vista, no Anverso desta moeda podemos observar a figura de quatro elefantes puxando um carro ornamentado. Na parte superior do carro, podemos ver uma estátua de Augusto segurando um cetro e um ramo. Como aponta o Dicionário de Símbolos (2001, p. 360), de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, os elefantes podem significar o poderio régio, quando pensamos somente no tamanho e na massa dos animais. Além disso, o mesmo texto aponta que essas figuras, por causa da aparente desconfiança e precaução, podem significar que um indivíduo correlacionado se afastaria da imprudência. O carro puxado, segundo o mesmo Dicionário (2001, p. 193 - 194), se identifica a um segundo personagem, em nosso caso a estátua de Augusto, pode significar o conjunto de forças cósmicas a conduzir, e o condutor seria o espírito que as dirigia. A estátua segura um cetro, simbolizando a força e autoridade, e um ramo, que simboliza a regeneração e imortalidade (Chevalier; Gheerbrant, 2001, p. 768).

A partir do exposto, apontamos que o conjunto iconográfico talvez buscasse comunicar que Augusto, já divinizado, reagiria às forças cósmicas que influenciavam o destino dos homens. A legenda contida no Anverso também compõe parte dessa mensagem. Assim, a legenda: *DIVO AVGVSTO SENATVS POPVLVSQUE ROMANVS / Ao divino imperador (Augusto), o senado e o povo romano*, reforça o estado divino de Augusto, somando ao seu culto tanto o Senado quanto o Povo romano.

Em seu reverso, a moeda não possui imagem, entretanto, possui legenda: TI. CA[ESAR] [DIVI] [AVG.] [F.] [AVGVST.] P. M. TR. POT. XXXVI[?] S.C. no centro do campo (*TIBERIVS CA[ESAR] [DIVI] [AVGVSTI] [FLIVS] [AVGVSTVS] PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTESTATE TRICESIMA SEXTA*) / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto), sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 36ª vez. Como parte do processo de centralização político-religiosa promovido por Augusto, a concentração de titulaturas senatoriais, honorárias e funções e cargos no *Quattour Amplissima Collegia Sacerdotum romanorum*, pode ser observada por meio de diversas fontes, como as *Res Gestae Divi Avgvsti* e, até mesmo, nas moedas.

Nas fontes monetárias do período augustano, é possível observar nas legendas a renovação dos seus poderes e titulaturas, como o Poder Tribunício, muitas vezes abreviado nas legendas como *TR POT*. Com essa característica nas moedas augustanas em vista, as moedas do período do Imperador Tibério possuem o mesmo padrão, reforçando a renovação dos poderes e titulaturas político religiosas, como podemos observar no trecho da legenda: “*PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTESTATE TRICESIMA SEXTA / sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 36ª vez*”. Além disso, vale ressaltar que na mesma legenda é possível notar a associação de Tibério com seu pai adotivo, já considerado um deus, no seguinte trecho: “*TIBERIVS CAESAR DIVI AVGVSTI FILIVS AVGVSTVS / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto)*”. Essa associação reforça a legitimidade do poder de Tibério, além de consolidar seu poder por meio da linha sucessória, ligada diretamente a um deus.

Ademais, ainda neste eixo temático, podemos observar nas moedas 9, 18 e 19 a representação somente de Livia Drusila e na moeda número 1 um *carpentum* que se liga a proeminência de Livia. Dentre elas, podemos notar variações: as moedas números 18 e 19 possuem em seu averso Livia Drusila como *Iustitia*. Já a moeda número 10 apresenta em seu averso Livia Drusila como *Pietas*. Assim, abordaremos a seguir os diferentes tipos e as diferenças fundamentais entre *Pietas* e *Iustitia*.



Figura 10. Moeda número 18: Dupôndio - Bronze; Período: 22 - 23 EC; Região: Roma; Referência: SEAR, p. 341, n: 1739; RIC Tiberius 46; BMCRE Tiberius 79.

Neste padrão, podemos observar em seu anverso a imagem de Lúvia como justiça, com a legenda: *IVSTITIA* / Justiça. Segundo o Novíssimo Dicionário Latino-Português de F. R. dos Santos Saraiva, *Iustitia* significa algo como justiça, equidade e cumprimento dos deveres para com os deuses. Além disso, *iustitia* é uma virtude coletiva, ligada à ideia de regulação da ordem social por meio da aplicação formal das leis. Ademais, Lúvia também porta um diadema, representando o seu alto *status* como membro da família imperial.

Em seu reverso, a figura 2 não possui imagem, entretanto, possui legenda: *TI. CAESAR [DIVI] [AVG.] [F.] [AVG.] [P.] M. TR. POT. XXIII - S. C.* no centro do campo (*TIBERIVS CAESAR DIVI AVGVSTI FILIVS AVGVSTVS, PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTESTATE VICESIMA QVARTA - SENATVS CONSVLTVM*) / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto), sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 24ª vez - Decreto do Senado. Como parte do processo de centralização político-religiosa promovido por Augusto, a concentração de titulaturas senatoriais, honorárias e funções e cargos no *Quattuor Amplissima Collegia Sacerdotum romanorum*, pode ser observada por meio de diversas fontes, como as *Res Gestae Divi Avgvsti* e, até mesmo, nas moedas.

Nas fontes monetárias do período augustano, é possível observar nas legendas a renovação dos seus poderes e titulaturas, como o Poder Tribunício, muitas vezes abreviado nas legendas como *TR POT.* Com essa característica nas moedas augustanas em vista, as moedas do período do Imperador Tibério possuem o mesmo padrão, reforçando a renovação dos poderes e titulaturas político religiosas, como podemos observar no trecho da legenda: “*PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTESTATE VICESIMA QVARTA* / sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 24ª vez”. Além disso, vale ressaltar que na mesma legenda é possível notar a associação de Tibério com

seu pai adotivo, já considerado um deus, no seguinte trecho: “*TIBERIVS CAESAR DIVI AVGVSTI FILIVS AVGVSTVS / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto)*”. Essa associação reforça a legitimidade do poder de Tibério, além de consolidar seu poder por meio da linha sucessória, ligada diretamente a um deus.



Figura 11. Moeda número 9: Dupôndio - Bronze; Período: 23 EC; Região: Roma; Referência: SEAR, p. 341, n: 1741; COHEN, Vol. I, p. 170-171, n: 1; RIC Tiberius: 43; BMCRE: Tiberius 98.

A moeda número 9, diferentemente do padrão anteriormente apresentado, contém em seu anverso Livia Drusilla como *Pietas*. Segundo Hugo Araújo (2015, p. 60), *pietas* pode ser entendido como a necessidade do cumprimento dos deveres pessoais que o indivíduo, em nosso caso Livia, em relação aos seus familiares, à pátria e aos deuses. Além disso, Livia aparece diademada, demonstrando a proeminência e pertencimento a família imperial, e usando véu, que pode significar o decoro feminino, especialmente entre as mulheres casadas. As matronas romanas tinham por costume cobrir suas cabeças com véu.

No que tange ao reverso, pontuamos que não há imagem, entretanto, possui a seguinte legenda: *DRV[SVS] CAESAR TI. AVGVSTI F. TR. POT. ITER.* (*DRVSVS CAESAR TIBERII AVGVSTI FILIVS, TRIBVNICIA POTESTATE ITERVM*) / Druso César, filho do imperador (Augusto) Tibério, detentor do Poder Tribunício pela segunda vez. Como aponta Christopher Howgego (1995, p. 80 - 81) A sucessão era um tópico sensível no principado primitivo. A hesitação na produção de cunhagens contendo a imagem de Marcelo, filho de Otávia e considerado a primeira escolha para a sucessão imperial, cedeu em um momento em que a monopolização imperial dos tipos monetários indica uma demonstração mais aberta da autocracia (Howgego, 1995, p. 80). Em 12 / 13 AEC cunhagens contendo a imagem de Augusto e Agripa sugerem a representação do

segundo com o mesmo peso da imagem de Augusto. Entretanto, a mensagem dinástica só foi totalmente explícita a partir das cunhagens de Caio e Lúcio.

Assim como Augusto, Tibério se valeu das moedas como aparato comunicacional. Neste sentido, a legenda *DRVSVS CAESAR TIBERII AVGVSTI FILIVS* / Druso César, filho do imperador (Augusto) Tibério, sugere uma possível indicação de Druso como sucessor de Tibério. Além disso, na legenda também fica evidente a renovação do poder tribunício de Druso no seguinte trecho: *TRIBVNICIA POTESTATE ITERVM* / detentor do Poder Tribunício pela segunda vez. Assim como nas cunhagens augustanas, podemos ver nas cunhagens do principado de Tibério a renovação de titulaturas e o exercício das titulaturas por membros da *Domus Caesari*. No caso desta moeda, o exercício do poder tribunício por Druso pode reforçar sua posição como sucessor de Tibério.



Figura 12. Moeda número 1: Sestércio - Bronze; Período: 22 - 23 EC; Região: Roma; Referência: SEAR, p.340, n:1738; RIC Tiberius 51; BMCRE Tiberius 76.

No que tange ao anverso, o *Carpentum*, segundo o dicionário Latim-Português de F. R. dos Santos Saraiva (2006, p. 186), era uma espécie de coche, sege ou carruagem, sobretudo para uso feminino. Como aponta Jared Hudson (2021, p. 396-397), o *Carpentum* possuía um *status* especial, sendo concedido apenas para uso das matronas durante o período republicano, como para uso de alguns membros femininos da família imperial durante o principado. Como aponta o mesmo autor, o veículo é sancionado e ligado a contextos oficiais. Dessa forma, é um produto patrocinado pelo Estado e especialmente construído para ser visto, como as carruagens triunfais. Além disso, a inscrição *S.P.Q.R. / IVLIAE AVGVSTA*, isto é, *O senado e o povo romano para Júlia*

Augusta, reforça a proeminência de Lívia Drusila. Como aponta Richard A. Bauman (1992, p. 131), após o falecimento de Augusto em 14 EC, Lívia Drusila, por meio da execução do testamento do outrora *princeps*, foi adotada na *gens Iulia*, recebendo também o título de Augusta. Dessa forma, passou a ser chamada Júlia Augusta, herdando também um terço dos bens de Augusto e, por fim, tornando-se sacerdotisa do culto de Augusto após sua apoteose. Assim, o anverso busca demonstrar a proeminência de Lívia Drusila e, por consequência, reforçar o poder e prestígio de membros da família imperial.

Já sobre o reverso, não há imagens. Dessa forma, focaremos nossa análise na legenda presente: *TI. CAESAR [DIVI] [AVG.] F. [AVGVST.] [P.] [M.] [TR.] [POT] [XX]IIII(?) - S. C.* (Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto), sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 24ª vez). Como parte do processo de centralização político-religiosa promovido por Augusto, a concentração de titulações senatoriais, honrarias e funções e cargos no *Quattuor Amplissima Collegia Sacerdotum romanorum*, pode ser observada por meio de diversas fontes, como as *Res Gestae Divi Avgvsti* e, até mesmo, nas moedas. Nas fontes monetárias do período augustano, é possível observar nas legendas a renovação dos seus poderes e titulações, como o Poder Tribunício, muitas vezes abreviado nas legendas como TR POT. Com essa característica nas moedas augustanas em vista, as moedas do período do Imperador Tibério possuem um padrão semelhante, reforçando a renovação dos poderes e titulações político-religiosas, como podemos observar no trecho da legenda: “*PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA PTESTATE VICESIMA QVARTA* / sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 24ª vez”. Além disso, vale ressaltar que na mesma legenda é possível notar a associação de Tibério com seu pai adotivo, já considerado um deus, no seguinte trecho: “*TIBERIVS CAESAR DIVI AVGVSTI FILIVS AVGVSTVS* / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto)”. Essa associação reforça a legitimidade do poder de Tibério, além de consolidar seu poder por meio da linha sucessória, ligada diretamente a um deus.

Com relação ao eixo de insígnias cívicas, analisaremos as moedas 4, 16 e 17. Neste padrão, podemos notar duas variações, uma apresenta a imagem de Augusto junto a Coroa de Carvalhos, nas moedas 16 e 17, e na moeda 4 vemos a coroa cívica com capricórnios. Assim, examinaremos a primeira variação.



Figura 13. Moeda número 17: Dupôndio - Bronze; Período: 22 - 26 EC; Região: Roma; Referência: SEAR, p. 351, n: 1787; RIC 79; BMCRE 143.

No anverso deste padrão, podemos notar um Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda, além da seguinte legenda: [DI]VVS AVGVSTVS PA[TER] / Divino Augusto, pai (da pátria). O conjunto iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (*pater patriae*) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Como aponta Rafael Costa Campos (2013, p. 45), esta aclamação representou uma honra de enorme importância, tendo em vista que era uma extensão da designação *parens patriae*, conferida anteriormente a Caio Mário, Cícero e Júlio César. Entretanto, não era um poder formal. Com esta designação, Augusto se tornou o primeiro cidadão e pai da pátria. Rafael Campos (2013, p. 45) aponta que Roma passou a ser considerada a principal causa tanto de Augusto quanto dos demais romanos, que, por meio de sua providência e sábia antecipação, reconheceram Augusto como um *primer inter pares*, o primeiro entre os iguais, utilizando sua *auctoritas* como um referencial para a comunidade.

Outro ponto a se notar é a coroa que Augusto porta. Segundo o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário aponta que a coroa revela as forças supraterrrestres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo. Como aponta Carlos Campos (2017, p. 106), Augusto buscou o controle do culto a Apolo e sua própria associação ao deus. Assim, como filho do deus Júlio César e do deus olímpico Apolo, Augusto se estabelecia como ordenador do mundo social romano, mediante aval divino.

No reverso, podemos observar a Coroa de Carvalho / Coroa Cívica, com a legenda: SC (no campo) / *SENATVS CONSVLTVM* - Decreto do Senado. Segundo Carlos Eduardo da Costa Campos (2017, p. 83), a Coroa Cívica durante a República Romana e no Principado foi considerada uma das mais altas condecorações militares que um cidadão poderia receber, sendo reservada a comandantes que salvaram a vida dos cidadãos. Assim, Campos pontua que os ramos de louro, associados à Coroa Cívica e a legenda *OB CIVIS SERVATOS*, conferem que seu detentor foi um cidadão romano vitorioso que salvou os romanos do caos.

No que tange à variação (moeda número 4), salientamos que possivelmente o artefato é uma falsificação do século XVI, da região de Pádua.



Figura 14. Moeda número 4: Sestércio - Bronze; Período: 36 - 37 EC; Região: Roma; Referência: COHEN, vol.1, p.104, n:302; RIC I 63; BMCRE 109.

Sobre o anverso da moeda 4, podemos notar a cabeça de Augusto Laureado virado à esquerda. Segundo o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário aponta que a coroa revela as forças supraterrrestres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo. Como aponta Carlos Campos (2017, p. 106), Augusto buscou o controle do culto a Apolo e sua própria associação ao deus. Assim, como filho do deus Júlio César e do deus olímpico Apolo, Augusto se estabelecia como ordenador do mundo social romano, mediante aval divino.

Além disso, a legenda contida no Anverso: *DIVVS AVGVSTVS PATER* / *Divino Augusto, pai (da pátria)*, correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (*pater patriae*) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Como aponta Rafael Costa Campos (2013, p. 45), esta aclamação representou uma honra de enorme importância, tendo em vista que era uma extensão da designação *parens*

patriae, conferida anteriormente a Caio Mário, Cícero e Júlio César. Entretanto, não era um poder formal. Com esta designação, Augusto se tornou o primeiro cidadão e pai de uma família.

Já no Reverso, podemos observar a presença da Coroa de Carvalho, dois Capricórnios e um Globo, além da seguinte legenda: *OB CIVES SER (no centro) - SC (Nas laterais) / OB CIVES SERVATOS - SENATVS CONSVLTVM/ Por ter salvo os cidadãos - Pelo decreto do senado*. Segundo Carlos Eduardo da Costa Campos (2017, p. 83), a Coroa Cívica durante a República Romana e no Principado foi considerada uma das mais altas condecorações militares que um cidadão poderia receber, sendo reservada a comandantes que salvaram a vida dos cidadãos. Assim, Campos pontua que os ramos de louro, associados à Coroa Cívica e a legenda *OB CIVIS SERVATOS*, conferem que seu detentor foi um cidadão romano vitorioso que salvou os romanos do caos.

Como aponta Natália Frazão José (2020, p. 54), o uso do capricórnio por Augusto pode ser explicado como uma forma de aproximação entre Otaviano e Rômulo. Augusto nascera em um período ligado ao signo astrológico de libra, entretanto, com as reformas no calendário realizadas por Júlio César, seu nascimento teria ocorrido próximo ao solstício de inverno, portanto, sob o signo de Capricórnio. O uso do signo por Augusto como forma de propaganda busca associação com o primeiro rei de Roma, Rômulo, que possuía seu nascimento ligado ao mesmo signo (José, 2020, p. 55). Além dessa associação, o capricórnio era um símbolo polivalente, sendo relacionado tanto a sorte (fortuna) ou, como na Eneida de Virgílio, a liberdade política. Vale notar que o capricórnio geralmente é representado com um globo.

O eixo temático Religião possui em seu âmbito as moedas 3, 6, 7, 8, 9 e 23. Nesse ínterim, é possível notar moedas que apresentam em sua iconografia monumentos religiosos (moedas: 6, 7, 8, 9 e 23) e outras que apresentam Augusto portando artefatos religiosos (moedas: 3 e 5). Dessa forma, começaremos nossa análise pelo segundo tipo apresentado.

Por fim, analisaremos o eixo de imagens imperiais. Dessa forma, pontuamos que em nosso escopo possuem duas variações de imagens imperiais, o raio e a águia, cada qual presente em duas moedas.



Figura 15. Moeda número 13: As - Cobre; Período: 34 - 37 EC; Região: Roma; Referência: Sear, p. 352, n: 1790; RIC 82; BMCRE 155.

No anverso das moedas 13 e 21 podemos observar o busto de Augusto, radiado e virado para a esquerda. Em sua legenda podemos ler: [D]IVVS AV[G]VS[TV]S PAT[ER] / Divino Augusto, pai (da pátria). Assim como em outras moedas do nosso *corpus documental*, o conjunto iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (*pater patriae*) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Sobre a coroa que Augusto porta, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário pontua que a coroa revela as forças supraterrrestres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo.

Em seu reverso, tais moedas apresentam uma Águia de asas abertas sob um globo, e em sua legenda podemos ler: SC - ao redor do campo / *SENATVS CONSVLTVM* / Por decreto do Senado. Como aponta Russel T. Scott (1982, p. 437), a águia faz parte de uma série de símbolos que buscam enfatizar a *Victoria Augusti*, isto é, as vitórias militares alcançadas por Augusto. Segundo o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 22 - 25), a Águia foi usada amplamente como símbolo Imperial, além de se relacionar com Júpiter. Além disso, o mesmo dicionário pontua que o globo pode ser interpretado como a representação de um território limitado sob o qual uma figura exerce poder. Assim, a Águia sob o globo comunicaria as conquistas imperiais romanas no período augustano.



Figura 16. Moeda número 15: As - Cobre; Período: 34 - 37 EC; Região: Roma, Referência: SEAR, p. 352, n: 1791; RIC 83; BMCRE 157.

A iconografia contida no anverso das moedas 14 e 15 é idêntica ao tipo anteriormente falado, e sua legenda também é a mesma. Em seu reverso, podemos observar um Raio Alado, e em sua legenda podemos ler: S.C. Ao redor do campo / SENATVS CONSVLTVM / Decreto do Senado. Assim como no tipo anterior, T. Scott (1982, p. 437) indica que o raio alado também faz parte de uma série de símbolos que buscam enfatizar a *Victoria Augusti*, isto é, as vitórias militares alcançadas por Augusto. Para além, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 765) aponta o raio como a manifestação da vontade de Júpiter, o deus supremo. Dessa forma, novamente podemos observar um atributo ligado ao poder e a Júpiter, como forma de enfatizar as vitórias de Augusto.

Com as análises expostas em vista, é possível notar temas recorrentes na cunhagem do principado de Tibério. C. H. V. Sutherland (1984, p. 91 - 92) destaca que as cunhagens de As do principado de Tibério possuem como característica a grande quantidade de informações linguísticas e pictóricas³⁹. Para além, o autor aponta a presença de uma grande série de cunhagens que glorificam o *princeps* Augusto, além de tipos isolados sobre o mesmo tema, com a representação de Lívia, Druso, os filhos gêmeos de Druso, as Virtudes Imperiais como *Iustitia*, *Pietas*, *Clementia*, *Moderatio* e *Salus*. Ademais, as cunhagens de As da série de *DIVVS AVGVSTVS PATER*, datadas do final do principado de Tibério, apresentam em seu reverso a Águia sob um globo e o Raio.

Russel T. Scott (1982, p. 436 - 437) elucida os possíveis significados de certos tipos monetários referidos por Sutherland anteriormente e presentes nas moedas que

³⁹ Como aponta Sutherland (1984, p. 91 - 92), isso possivelmente se deve ao surgimento de uma nova escola de gravadores e designers na casa de cunhagem de Roma. Mesmo que não haja grandes referências a essa repentina escola, é fato que houve no período uma mudança substancial na caligrafia, design de retrato e a atenção especial dada aos tipos de Sestércio.

analisamos. Assim, Scott frisa que os reversos que possuem a representação de Templos, Altares e Coroas de Carvalho comemoram e enfatizam a Previsão Augustana, as virtudes cívicas e a própria posição de Augusto como chefe da família Imperial. Para além, os tipos com o reverso representando Livia podem sinalizar o papel dinástico do seu casamento com Augusto e seu importante papel no culto a Augusto deificado. Outrossim, os tipos de Águia e Raio fazem referência a *Victoria Augusti*. Scott (1982, p. 437) frisa que os tipos monetários referidos acima constituem uma espécie de catálogo geral das virtudes de Augusto.

No que tange as moedas analisadas no presente trabalho, as 14 moedas de As possuem em seu repertório iconográfico e linguístico a presença de Augusto radiado em seu anverso - em algumas acompanhados de um feixe de raios e de uma estrela/cometa de César -, e em seu reverso os tipos variam entre a fachada do Altar *Ara Providentiae Augusti*, Livia sentada carregando uma pátera e um cetro, a Águia sob um globo e o Raio Alado. Como aponta Christopher Howgego (1995, p. 39), a cunhagem imperial romana exhibe a ideologia imperial de forma mais flagrante. Somando a isso, Scott (1982, p. 437) argumenta que Tibério se valeu do uso de diferentes tipos monetários ao longo do seu principado a depender dos ocorridos no período. Com isso em vista, é nítida a relação entre os tipos e o período no qual possivelmente foram cunhados.

No que tange às cunhagens de dupôndio, as 5 moedas analisadas apresentam representações de Livia como *Iustitia* e *Pietas*, além de símbolos cívicos. Esses tipos comunicavam as virtudes cívicas e individuais do núcleo familiar imperial, como uma forma de autopromoção, reforçando a perpetuação da *Providentia* augustana. Martin Percival Charlesworth (1936, p. 108), *Providentia* na República Romana Tardia, se refere a previsão divina expressa por meio de um intermediário humano visando a *aeternitas* do povo romano. Isso poderia ser feito por meio da escolha de um herdeiro, bem como proteção contra conspirações e atividades relacionadas com construções, estradas, alimentação. Assim, ao reforçar a *Providentia*, e virtudes como *Pietas* e *Iustitia*, os tipos buscaram evidenciar a harmonia do Império, sua prosperidade e sucesso, além de cobrir crises que poderiam estar passando. Sobre as cunhagens de Sestércio, as 4 moedas analisadas possuem em sua iconografia símbolos de poder e proeminência da família imperial.

Com o exposto em vista, é nítido o uso das cunhagens como meios de comunicação que visavam reforçar a posição do grupo dirigente. Assim, no principado

de Tibério, as cunhagens desempenharam um papel crucial como meio de comunicação e de reforço ideológico do culto à família imperial. A iconografia impressa nas moedas servia para disseminar mensagens cuidadosamente construídas, exaltando as virtudes de Tibério e dos membros da *Domus Caesari*. Ademais, além de legitimar seu poder, essas representações reforçavam a noção de continuidade dinástica e a harmonia do Império, criando uma conexão direta entre o imperador e o povo, tendo em vista a ampla circulação das moedas por todo o império. Assim, as moedas funcionaram como uma forma de propaganda que fortalecia a ideia de que a estabilidade do império estava ligada ao *princeps* Tibério e a família imperial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em nossa pesquisa, foi possível observar a importância do Museu Histórico Nacional, tendo em vista sua trajetória, seus marcos e seu amplo acervo. À vista disso, destacamos o acordo de cooperação UFMS-MHN N° 71/2022-UFMS, pois, por meio deste foi possível a realização da nossa pesquisa. Logo, o tripé universitário ensino, pesquisa e extensão se consolidam através dessa relação interinstitucional. Dessa forma, a partir de 2022 foram realizadas viagens ao Rio de Janeiro com o objetivo de catalogar e digitalizar o acervo numismático romano imperial do MHN. No museu, foi dada a continuidade do processo de catalogação das moedas da dinastia Júlio-Claudiana, iniciadas em 2014 pelo Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos.

A partir disso, devemos elucidar o processo de catalogação. A princípio, a equipe do núcleo de Numismática do MHN selecionava as moedas destinadas à catalogação. Após isso, era realizada a aferição de características da moeda, como altura, largura e peso. Em seguida, era anotado e analisado parcialmente as legendas e iconografias contidas em cada moeda. Subsequentemente, foram retiradas fotos em alta resolução de cada moeda e foi realizado o processo de captura de dados para a digitalização de moedas específicas. Essa etapa era realizada no próprio museu, contudo, a análise dos dados e a digitalização foram realizados no laboratório ATRIVM-UFMS, em Campo Grande (MS).

Após a coleta de dados no MHN, foram realizadas as traduções das legendas contidas nas moedas, além de analisar a iconografia e os demais dados obtidos no museu. Como produto, foram geradas fichas para cada moedas, contendo dados específicos de cada artefato e fotos em alta resolução. Para além, foi realizada a digitalização de moedas específicas. As Humanidades Digitais, dessa forma são partes essenciais dessa pesquisa ao possibilitarem a relação entre as tecnologias e o processo de construção da pesquisa histórica, dessa maneira divulgando cientificamente os resultados (Lacerda; Almeida; Campos; Poiati, 2024, p. 1768-1778).

Dessa forma, o acordo de cooperação atua na preservação do patrimônio museal nacional, além de desempenhar importante papel na ampliação do acesso às informações do acervo numismático do MHN. Salientamos que esse processo é minucioso e prolongado. A análise dos dados e historicização do artefato demanda o trabalho conjunto com especialistas. Além disso, nota-se a necessidade de contínuo aprimoramento, estudando diferentes perspectivas e tecnologias para a análise dos artefatos. Outrossim, destacamos que o acordo de cooperação resultou na pesquisa que deu origem a monografia de Luís Miguel Pereira Lacerda (2023), que analisou moedas de Augusto do acervo do MHN.

Ressaltamos que nessa mesma parceria se desenvolveu esta monografia. Com isso em vista, buscamos analisar parte do acervo de moedas imperiais do período do principado de Tibério Claudio Nero César (14 - 37 EC). Com isso em vista, foi realizado o procedimento de catalogação nas moedas tiberianas. Assim, foram produzidas 23 fichas, contendo dados específicos de cada moeda e a análise das legendas e iconografias contidas em cada moeda.

Ao longo de nossas reflexões acerca do principado de Tibério e das moedas produzidas no período, destacamos que tais artefatos se mostram como fontes fecundas que, ao serem analisadas, nos revelam as dinâmicas de uma nova forma de exercício de poder. O projeto político perpetrado por Otaviano Augusto se baseou na continuidade e modificação dos aspectos republicanos, centralizando o poder político religioso na figura do Imperador e na sua rede de aliados. Contudo, após sua morte em 14 EC, a transição do principado para Tibério evidenciou a fragilidade do processo sucessório. A falta de um conjunto de referências que garantissem a manutenção de uma ordem política resultou em uma série de novas demandas políticas logo no início do seu governo.

Outrossim, destacamos que, assim como Augusto, Tibério se valeu de um amplo aparato cultural para moldar a opinião pública e garantir sua governabilidade. Neste sentido, o uso das moedas como um meio de propagação da figura do Imperador é evidente. Destacamos que, devido a circularidade em diversas camadas da sociedade e em diversos locais dentro e fora do Império, as moedas se mostraram como um meio de comunicação eficiente, carregando em si um conjunto linguístico e iconográfico que o público receptor compreenderia. Dessa forma, ao longo da análise das moedas tiberianas do MHN, podemos observar o amplo uso da imagem de Augusto, Livia e de símbolos de poder.

Com o exposto em vista, salientamos que o processo de análise das moedas, desde a coleta de dados no Museu Histórico Nacional até o produto final, resulta no desenvolvimento de habilidades na área da pesquisa, pensamento crítico e educação. Além disso, a produção de um catálogo de moedas tiberianas do MHN possibilita a divulgação do patrimônio numismático nacional. Ademais, ressaltamos que o acervo numismático do MHN possui cerca de 23 moedas do principado de Tibério que ainda estão em processo de catalogação. Dessa forma, torna-se viável futuros trabalhos de análise e aprofundamento acerca desses artefatos.

Em suma, concluímos que o estudo das moedas do Imperador Tibério Claudio Nero César possibilita a compreensão do principado como um período complexo, com mudanças substanciais na política, sociedade e cultura romana. Outrossim, a análise numismática junto a análise de fontes escritas possibilita a observação de indícios das mudanças, disputas e do exercício do poder nesse período. Assim, o uso do acervo numismático do MHN neste trabalho atua como uma forma de valorizar e evidenciar o patrimônio museológico nacional.

REFERÊNCIAS

Documentação e Dicionários:

- BMCRE. **Coins of the Roman Empire in the British Museum**. Vol 1. Harold Mattingly (org). London - UK: BMP, 1976.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)**. Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.]- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- COHEN, H. Description historique des monnaies frappées sous l'Empire Romain. Vol. 1. Paris: Chez MM. Rollin Feuardent, 1880.
- RIC – Roman Imperial Coinage, Vol. 1, segunda edição. Por C. H. V. Sutherland e R. A. G. Carson, Londres – UK: Spike and Sons, 1984 (Primeira edição em 1923).
- SARAIVA, F. R. dos Santos. **Novíssimo dicionário Latino-Português**. Etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico e etc. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1993.
- SEAR, David R. **Roman coins and their values: The millennium edition**. Vol. I. London: Spink, 2000.
- SUTHERLAND, C.H.V. **The Roman Imperial Coinage**. Vol., I, revised edition, from 31 BC to AD 69. London: Spink, 1984.
- TÁCITO. *Anais*. Tradução de José Liberato Freire de Carvalho. Lisboa: Edições Colibri, 2022.

Bibliografia:

- ALMEIDA, Cícera Neysi de. **As coleções mineralógicas e a aventura humana na busca do conhecimento**. Campinas - Sp: *Terrae Didat* - vol 19, 1 - 14, 2023.
- ARANHA, Paula de Jesus Moura. **A representação simbólica da ninfa Aretusa nas cunhagens de Siracusa como fator de identificação no século V a.C.: as emissões da Dinastia Deinomenide**. 2016. 175 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- ASSUMPTÃO, Luis Filipe Bantim; CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa (Coord.). **Numisma: estudos interdisciplinares sobre numismática antiga volume 1.** Vassouras, RJ: Universidade de Vassouras, 2024.
- BAUMAN, Richard A.. **Woman and Politics in Ancient Rome**. London: Routledge, 1992.
- BARBOSA, Gisele Oliveira Ayres. **Quando o divino celebra o humano: religião, política e poder nas moedas republicanas romanas (139-83 AEC)**. 2017. 2 v. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BARROS, José D'Assunção. **História da Cultura Material: Notas sobre um campo histórico em suas relações intradisciplinares e interdisciplinares**. PatrimoniUSS. Vassouras, p. 1–17, n. 1, jul. 2009.
- BITTENCOURT, José; FERNANDES, Lia Silva P., TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. **Examinando a Política de Aquisição do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Anais do Museu Histórico Nacional - vol. 27, 61 - 77, 1995.

- CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. **Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC – 14 EC)**. Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2017.
- CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. **A estrutura de atitudes e referências do imperialismo romano em Sagunto (II a.C. – I d.C.)**. Orientadora: Profª Dra. Maria Regina Candido. 2013. 251 f. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2013.
- CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. **OB CIVIS SERVATOS: Otávio Augusto como salvador dos cidadãos romanos nas moedas (30 AEC – 14 EC)**. Macapá: Fronteiras & Debates – vol. 5, n. 2, 11-27, 2018.
- CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. **O princeps Otávio Augusto e sua trajetória no poder romano: considerações sobre suas funções no consulado e no senado (I AEC – I EC)**. Diálogos Mediterrânicos - vol. 16, 5-21, 2019.
- CAMPOS, Rafael Costa. **Entre Roma e Capri: o afastamento de Tibério César como ponto de inflexão política durante seu Principado**. Orientador: Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello. 2013. Tese (doutorado) História, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.
- CARLAN, Cláudio Umpierre. **Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação**. Orientador: Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari. 2003. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- CARLAN, Cláudio Umpierre. **Linguagem e imagem: numismática como documento**. Campinas: Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade - Vol. 19, N.º 28, 2014.
- CARLAN, Claudio Umpierre. **Os museus e patrimônio histórico: uma relação complexa**. São Paulo: Revista História - USP, 2008.
- CHAGAS, Mário de Souza; GODOY, Solange de Sampaio. **Tradição e ruptura no Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Anais do Museu Histórico Nacional - Vol. 27, 31-59, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia. Crítica y Emancipación**, (1): 53-76, junho 2008.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio: Arte & Comunicação**. Lisboa: Edição 70, 2014.
- CONCONE, Maria Villas Bôas. **A noção de Cultura**. São Paulo (SP): Revista Kairós Gerontologia, 51 - 66, 2011.
- CRAWFORD, Michael H. **Coinage and money under the Roman Republic: Italy and Mediterranean economy**. University of California press, 1985.
- CUNHA, Hugo de Araújo da. **Poder e Violência em Sêneca na Época de Calígula: um Estudo do De Ira (século I d.C.)**. 137 f. Orientadora: Sônia Regina Rebel de Araújo. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.
- DEL PRIORE, Mary. **A grande história das pequenas coisas**. In: NAZARETH, Otávio; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel (org). Museu Histórico Nacional. São Paulo. Olhares, 2013. p.127-128.
- ESTEVEZ, Anderson de Araújo Martins. **Nero nos Annales de Tácito**. Orientadora: Profª Dra. Alice da Silva Cunha. 164 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010.
- FERNANDES, Neusa. **Viscondessa Cavalcanti**. Passagens de Paris, 2020.

FREITAS, João Victor Lanna de. **O Crimen Maiestatis e o principado romano (27 a.c – 68 d.c):** conflito, competição e representação. Orientador: Prof. Dr. Fábio Faversani. 2021. 414 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana (MG).

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Ordem, integração e fronteiras no império romano. um ensaio.** São Paulo: Revista *Mare Nostrum* - Vol. 1, 113-127, 2010.

GUEDES, Angela Cardoso. **Museu Histórico Nacional.** Rio de Janeiro: Educação & Comunicação, 131 - 136, 2010.

HOWGEGO, Christopher. **Ancient history from coins.** Editora Routledge, 1995.

JOSÉ, Natália Frazão. **Augusto:** representações, representatividade e alteridade na legitimação do poder do princeps. De *Rubus Antiquis*, Núm. 9, 2019-2020.

LACERDA, Luis Miguel Pereira. **As divindades na legitimidade do poder do princeps Augusto (27 a.C.- 14 d.C.):** um estudo a partir do acervo do museu histórico nacional. Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos. 2023. 64 f. Monografia (Graduação) - História, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande.

LACERDA, L. M. P.; ALMEIDA, M. A. O.; CAMPOS, C. E. da C; POIATI, J. G. V.. Preservando a história através da digitalização do acervo de numismática romana do Museu Histórico Nacional: ações do acordo de cooperação UFMS-MHN. In: Tiago S. Reis; Maria Ferreira. (Org.). **Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária.** 1ed.Porto: Editora Cravo, 2024, p. 1768-1778.

LENZI, Maria Isabel Ribeiro. Cem anos do Museu Histórico Nacional. *Brasiliana Fotográfica*, [S.I.] 2022. Disponível em: **Série “1922 – Hoje, há 100 anos” IX – O centenário do Museu Histórico Nacional |** *Brasiliana Fotográfica* (bn.gov.br) - Acessado em: 25/01/2024.

MEADOWS, A. R. Numismatics. In: ERSKINE, Andrew. **A Companion to Ancient History.** Oxford: Blackwell Publishing, 2009, p. 48-58.

NAZARETH, Otávio. **Museu Histórico Nacional.** Editora Olhares, 2013.

OLIVEIRA, Julio César Magalhães de. **Tibério.** In: PORTO, Vagner Carvalheiro; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (org.). *Imperadores Romanos, de Augusto a Marco Aurélio.* Teresina: LABHAM/UFPI; LARP/MAE/USP, 2019, p. 40-70.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso.** Editora Pontes, 1983.

PASSOS, L.A.P. O Teatro de Marcelo: historiografia e percepção do espaço teatral (séc. I a.C.). **R. Museu Arq. Etn.,** 36 191-211, 2021.

PEREIRA, Giselle Bastos. **A “política de aquisição” na formação de acervo do museu histórico nacional: as celebrações da independência.** Orientador: Prof. Dr. Anaildo Bernardo Baraçal. 2023. 101 f. Monografia (Graduação) - Museologia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro. 2023.

PORTUGAL, Norma Botelho; RODRIGUES, Maria Lúcia Faria; VIEIRA, Maria Rejane Lobo. Uma grande coleção de moedas no Museu Histórico Nacional?. Rio de Janeiro: **Anais do Museu Histórico Nacional** - vol. 27, 91 - 111, 1995.

RIBEIRO, Fernanda de Azevedo. **A Exposição Internacional do Centenário da Independência de 1922: processo de modernização e legado para a cidade do Rio de Janeiro.** Orientador (a): Profa. Dra. Vera F. Rezende. 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói - RJ, 2014.

SEAGER, Robin. **Tiberius.** London: Routledge, 2004.

SILVA, Ana Paula da; SILVA, Paulo Sérgio da. Patrimônio Cultural Imaterial: A Atuação do IPHAN e do IEPHA/MG. Uberlândia: **Cadernos de Pesquisa do CDHIS** - vol 33, 40 - 68, 2020.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

TOSTES, Vera Lucia Bottrel. Museu Histórico Nacional: Da fortaleza ao maior museu da história brasileira. Rio de Janeiro: **Anais do Museu Histórico Nacional** - vol. 34, 153 - 166, 2002.

SCOTT, Russel T. PROVIDENTIA AUG. **História: Zeitschrift für Alte Geschichte**, Bd. 31, H. 4 (4th Qtr., 1982), pp. 436-4.

Reverso	TI. CAESAR [DIVI] [AVG.] F. [AVGVST.] [P.] [M.] [TR.] [POT] [XX]IIII(?) - S. C. (no centro do campo) / TIBERIVS CAESAR DIVI AVGVSTI FILIVS AVGVSTVS, PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTESATE VICESIMA QVARTA / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto), sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 24ª vez.
Referências	SEAR, p.340, n:1738; RIC Tiberius 51; BMCRE Tiberius 76.
Comentários	<p>No que tange ao averso, o <i>Carpentum</i>, segundo o dicionário Latim-Português de F. R. dos Santos Saraiva (2006, p. 186), era uma espécie de coche, sege ou carruagem, sobretudo para uso feminino. Como aponta Jared Hudson (2021, p. 396-397), o <i>Carpentum</i> possuía um <i>status</i> especial, sendo concedido apenas para uso das matronas durante o período republicano, como para uso de alguns membros femininos da família imperial durante o principado. Como aponta o mesmo autor, o veículo é sancionado e ligado a contextos oficiais. Dessa forma, é um produto patrocinado pelo Estado e especialmente construído para ser visto, como as carruagens triunfais. Além disso, a inscrição <i>S.P.Q.R. / IVLIAE AVGVSTA</i>, isto é, <i>O senado e o povo romano para Júlia Augusta</i>, reforça a proeminência de Lívia Drusila. Como aponta Richard A. Bauman (1992, p. 131), após o falecimento de Augusto em 14 EC, Lívia Drusila, por meio da execução do testamento do outrora <i>princeps</i>, foi adotada na <i>gens Iulia</i>, recebendo também o título de Augusta. Dessa forma, passou a ser chamada Júlia Augusta, herdando também um terço dos bens de Augusto e, por fim, tornando-se sacerdotisa do culto de Augusto após sua apoteose. Assim, o averso busca demonstrar a proeminência de Lívia Drusila e, por consequência, reforçar o poder e prestígio de membros da família imperial.</p> <p>Já sobre o reverso, não há imagens. Dessa forma, focaremos nossa análise na legenda presente: <i>TI. CAESAR [DIVI] [AVG.] F. [AVGVST.] [P.] [M.] [TR.] [POT] [XX]IIII(?) - S. C.</i> (Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto), sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 24ª vez). Como parte do processo de</p>

	<p>centralização político-religiosa promovido por Augusto, a concentração de titulações senatoriais, honorárias e funções e cargos no <i>Quattuor Amplissima Collegia Sacerdotum romanorum</i>, pode ser observada por meio de diversas fontes, como as <i>Res Gestae Divi Avgvsti</i> e, até mesmo, nas moedas. Nas fontes monetárias do período augustano, é possível observar nas legendas a renovação dos seus poderes e titulações, como o Poder Tribunício, muitas vezes abreviado nas legendas como TR POT. Com essa característica nas moedas augustanas em vista, as moedas do período do Imperador Tibério possuem um padrão semelhante, reforçando a renovação dos poderes e titulações político religiosas, como podemos observar no trecho da legenda: “<i>PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTESTATE VICESIMA QVARTA</i> / sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 24ª vez”. Além disso, vale ressaltar que na mesma legenda é possível notar a associação de Tibério com seu pai adotivo, já considerado um deus, no seguinte trecho: “<i>TIBERIVS CAESAR DIVI AVGVSTI FILIVS AVGVSTVS</i> / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto)”. Essa associação reforça a legitimidade do poder de Tibério, além de consolidar seu poder por meio da linha sucessória, ligada diretamente a um deus.</p>
<p>Bibliografia</p>	<p>BAUMAN, Richard A.. Woman and Politics in Ancient Rome. London: Routledge, 1992.</p> <p>CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC – 14 EC). Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2017.</p> <p>CAMPOS, Rafael Costa. Entre Roma e Capri: o afastamento de Tibério César como ponto de inflexão política durante seu Principado. Orientador: Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello. 2013. Tese (doutorado) História, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.</p> <p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.]- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p> <p>SARAIVA, F. R. dos Santos. Novíssimo dicionário Latino-Português. Etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico e etc. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1993.</p>

Prancha nº 2:**Anverso****Reverso****Identificação:**

Registro (SIGA)	155966
Moeda/Tipo	Sestércio
Período	36 - 37 EC
Região	Roma
Material	Bronze
Dimensões	Peso: 25 g / Diâmetro: 32 mm
Recorrência	

Imagens contidas na moeda:

Anverso	Quatro elefantes puxando um carro ornamentado. O carro com uma estátua de Augusto com um ramo e um cetro para a esquerda.
Reverso	Sem Imagem.

Inscrições contidas na moeda:

Anverso	DIVO AVGVSTO S.P.Q.R / DIVO AVGVSTO SENATVS POPVLVSQUE ROMANVS / Ao divino imperador (Augusto), o senado e o povo romano.
Reverso	TI. CA[ESAR] [DIVI] [AVG.] [F.] [AVGVST.] P. M. TR. POT. XXXVI[?] S.C. no centro do campo (TIBERIVS CA[ESAR] [DIVI] [AVGVSTI] [FLIVS] [AVGVSTVS] PONTIFEX MAXIMVS,

	TRIBVNICIA POTESTATE TRICESIMA SEXTA) / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto), sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 36ª vez.
Referências	BABELON, vol.2, p.90, n:287; COHEN, vol.1, p.105, n:306; SEAR, p.350, n:1784; RIC 68; BMCRE 125.
Comentários	<p>No que tange ao Anverso, David R. Sear (2000, p. 54-55) nota que a presença de animais nas cunhagens romanas remonta ao período republicano. Com isso em vista, é notável a presença de javali, crocodilo e touro nas cunhagens augustanas, reiterando o discurso de que Augusto era o herdeiro da República. Entretanto, no decurso de seu principado a cunhagem perdeu gradualmente essa característica, sendo substituída por uma abordagem mais conservadora dos conteúdos iconográficos nas cunhagens imperiais. Dessa forma, as cunhagens dos demais imperadores da dinastia Júlio-Claudiana quase não possuem representações de animais. Contudo, podemos observar algumas exceções nas emissões monetárias do período do principado de Tibério. Sear (2000, p. 54-55) aponta as emissões de sestércio do período, poderiam conter em seu anverso a figura de quatro elefantes puxando um carro ornamentado, levando uma estátua de Augusto que porta um cetro e um ramo. Outra emissão a ser apontada é a de As, que em seu reverso poderia conter a representação de uma águia.</p> <p>Com isso em vista, no Anverso desta moeda podemos observar a figura de quatro elefantes puxando um carro ornamentado. Na parte superior do carro, podemos ver uma estátua de Augusto segurando um cetro e um ramo. Como aponta o Dicionário de Símbolos (2001, p. 360), de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, os elefantes podem significar o poderio régio, quando pensamos somente no tamanho e na massa dos animais. Além disso, o mesmo texto aponta que essas figuras, por causa da aparente desconfiança e precaução, podem significar que um indivíduo correlacionado se afastaria da imprudência. O carro puxado, segundo o mesmo Dicionário (2001, p. 193 - 194), se identifica a um segundo personagem, em nosso caso a estátua de Augusto, pode significar o conjunto de forças cósmicas a conduzir, e o condutor seria o</p>

espírito que as dirigia. A estátua segura um cetro, simbolizando a força e autoridade, e um ramo, que simboliza a regeneração e imortalidade (Chevalier; Gheerbrant, 2001, p. 768).

Com o exposto em vista, podemos apontar que o conjunto iconográfico talvez buscasse comunicar que Augusto, já divinizado, regiria as forças cósmicas que influenciavam o destino dos homens. A legenda contida no Anverso também compõe parte dessa mensagem. Assim, a legenda: *DIVO AVGVSTO SENATVS POPVLVSQUE ROMANVS* / Ao divino imperador (Augusto), o senado e o povo romano, reforça o estado divino de Augusto, somando ao seu culto tanto o Senado quanto o Povo romano.

Em seu reverso, a moeda não possui imagem, entretanto, possui legenda: TI. CA[ESAR] [DIVI] [AVG.] [F.] [AVGVST.] P. M. TR. POT. XXXVI[?] S.C. no centro do campo (TIBERIVS CA[ESAR] [DIVI] [AVGVSTI] [FLIVS] [AVGVSTVS] PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTESTATE TRICESIMA SEXTA) / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto), sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 36ª vez. Como parte do processo de centralização político-religiosa promovido por Augusto, a concentração de titulaturas senatoriais, honrarias e funções e cargos no *Quattour Amplissima Collegia Sacerdotum romanorum*, pode ser observada por meio de diversas fontes, como as *Res Gestae Divi Avgvsti* e, até mesmo, nas moedas.

Nas fontes monetárias do período augustano, é possível observar nas legendas a renovação dos seus poderes e titulaturas, como o Poder Tribunício, muitas vezes abreviado nas legendas como *TR POT*. Com essa característica nas moedas augustanas em vista, as moedas do período do Imperador Tibério possuem o mesmo padrão, reforçando a renovação dos poderes e titulaturas político religiosas, como podemos observar no trecho da legenda: “*PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTESTATE TRICESIMA SEXTA* / sumo sacerdote, detentor do poder

	<p><i>tribunício pela 36ª vez</i>”. Além disso, vale ressaltar que na mesma legenda é possível notar a associação de Tibério com seus pai adotivo, já considerado um deus, no seguinte trecho: “<i>TIBERIVS CAESAR DIVI AVGVSTI FILIVS AVGVSTVS / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto)</i>”. Essa associação reforça a legitimidade do poder de Tibério, além de consolidar seu poder por meio da linha sucessória, ligada diretamente a um deus.</p>
<p>Bibliografia</p>	<p>CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC – 14 EC). Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2017.</p> <p>CAMPOS, Rafael Costa. Entre Roma e Capri: o afastamento de Tibério César como ponto de inflexão política durante seu Principado. Orientador: Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello. 2013. Tese (doutorado) História, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.</p> <p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.]- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p> <p>SEAR, David R. Roman coins and their values: The millennium edition. Vol. I. London: Spink, 2000.</p>

Prancha nº 3:**Anverso****Reverso****Identificação:**

Registro (SIGA)	155967
------------------------	--------

Moeda/Tipo	Sestércio
-------------------	-----------

Período	22 - 23 EC
----------------	------------

Região	Roma
---------------	------

Material	Bronze
-----------------	--------

Dimensões	Peso: 20,5 g / Diâmetro: 35,1 mm
------------------	----------------------------------

Recorrência	
--------------------	--

Imagens contidas na moeda:

Anverso	Augusto radiado, sentado à esquerda, segurando um ramo e um cetro, com um altar aos pés.
----------------	--

Reverso	Sem Imagem.
----------------	-------------

Inscrições contidas na moeda:

Anverso	[DIVVS] [AVGVSTVS] [PATER] / Divino Augusto, pai (da pátria).
----------------	---

Reverso	TI. CAESAR DIVI [AVG.] [F.] [AVGVST.] [P.] M. TR. POT. XXIII S.C. no centro do campo. / TIBERIVS CAESAR DIVI AVGVSTI FILIVS AVGVSTVS, PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTES- TATE VICESIMA QVARTA / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto), sumo sacerdote (pontífice máximo), detentor do Poder Tribunício pela 24ª vez.
----------------	---

Referências	COHEN, vol.1, p. 105 n: 309; SEAR, p.350, n:1782; RIC 49; BMCRE 74 (Tiberius).
Comentários	<p>No que tange ao Anverso, David R. Sear (2000, p. 350) aponta que a imagem contida nessa moeda poderia representar a estátua de Augusto instalada perto do Teatro <i>Marcellus</i> em Roma. Segundo Letícia Aga Pereira Passos (2021, p. 192), Júlio César concebeu a obra em 46 AEC, com o teatro sendo erigido na parte sul do Campo de Marte, perto do Rio Tibre e de outras obras importantes. Para a realização da obra, César ordenou a retirada do Templo de <i>Pietas</i> no fórum <i>Holitorium</i>, de outros santuários e de casas particulares. Entretanto, tal intento cessou após a morte de César, sendo retomada por volta de 23 AEC por Augusto (Passos, 2021, p. 192). Otaviano observou a insuficiência do espaço destinado a obra, obrigando Augusto a custear com seus próprios recursos a compra de mais terras privadas.</p> <p>Passos evidencia que neste período de Transição da República Romana Tardia para o Principado, o jovem Otaviano buscava se ligar a imagem de Júlio César, seu pai adotivo, para fortalecer sua empreitada política, explorando sua herança política e usando diversos artifícios simbólicos e ideológicos para reforçar seu governo. Assim, Augusto replanejou o projeto, tornando-o provavelmente maior do que inicialmente pensado por César (Passos, 2021, p. 192). Em 17 AEC, o Teatro de Marcelo foi palco para os jogos seculares antes mesmo de ter seu edifício completamente construído. Passos (2021, p. 193) aponta que nestes momentos festivos, o Imperador promoveu a distribuição de dinheiro ou alimentos, sendo ovacionado como um modelo de generosidade. Além disso, quando aclamado pela plebe urbana e pelas legiões, o Imperador também demonstrava seu poder. Nestes eventos, importantes ritos religiosos também eram realizados, buscando garantir desde a proteção por meio das divindades até a prosperidade do Império, destacando o imperador como modelo religioso. Neste período, o Teatro era conhecido como <i>Theatrum quod est no Circo Flaminio</i>, porém,</p>

Augusto dedicou a edificação à memória do seu sobrinho Marco Cláudio Marcelo (Passos, 2021, p. 193), que falecera em 23 AEC.

Ademais, outros elementos contidos na iconografia devem ser analisados. Sobre a presença de portando uma coroa que Augusto porta (Augusto radiado), o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário pontua que a coroa revela as forças supraterrrestres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo. Como aponta Carlos Campos (2017, p. 106), Augusto buscou o controle do culto a Apolo e sua própria associação ao deus. Assim, como filho do deus Júlio César e do deus olímpico Apolo, Augusto se estabeleceu como ordenador do mundo social romano, mediante aval divino. Além disso, o ramo que Augusto segura, segundo Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 768-769), pode ser associado ao ramo de ouro que, na mitologia grega e romana, significa um símbolo universal de regeneração e imortalidade. Para mais, o cetro simboliza poder e autoridade.

Outro ponto a se notar é o Altar aos pés de Augusto. Como aponta o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 40), o altar pode simbolizar um microcosmo e catalizador do sagrado. Dessa forma, junto a legenda: *[DIVVS] [AVGVSTVS] [PATER] / Divino Augusto, pai (da pátria)*, o conjunto linguístico iconográfico, por meio do culto à *imago* de Augusto, ressalta o poder e proeminência do antigo imperador e, por consequência, ao seu sucessor e a sua família.

Em seu reverso, a moeda não possui imagem, entretanto, possui legenda: *TI. CAESAR [DIVI] [AVG.] [F.] [AVG.] [P.] M. TR. POT. XXIII - S. C. no centro do campo (TIBERIVS CAESAR DIVI AVGVSTI FILIVS AVGVSTVS, PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTESTATE VICESIMA QVARTA - SENATVS CONSVLTVM) / Tibério*

	<p><i>César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto), sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 24ª vez - Decreto do Senado.</i> Como parte do processo de centralização político-religiosa promovido por Augusto, a concentração de titulações senatoriais, honrarias e funções e cargos no <i>Quattuor Amplissima Collegia Sacerdotum romanorum</i>, pode ser observada por meio de diversas fontes, como as <i>Res Gestae Divi Avgvsti</i> e, até mesmo, nas moedas.</p> <p>Nas fontes monetárias do período augustano, é possível observar nas legendas a renovação dos seus poderes e titulações, como o Poder Tribunício, muitas vezes abreviado nas legendas como <i>TR POT</i>. Com essa característica nas moedas augustanas em vista, as moedas do período do Imperador Tibério possuem o mesmo padrão, reforçando a renovação dos poderes e titulações político religiosas, como podemos observar no trecho da legenda: “<i>PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTESTATE VICESIMA QVARTA / sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 24ª vez</i>”. Além disso, vale ressaltar que na mesma legenda é possível notar a associação de Tibério com seu pai adotivo, já considerado um deus, no seguinte trecho: “<i>TIBERIVS CAESAR DIVI AVGVSTI FILIVS AVGVSTVS / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto)</i>”. Essa associação reforça a legitimidade do poder de Tibério, além de consolidar seu poder por meio da linha sucessória, ligada diretamente a um deus.</p>
<p>Bibliografia</p>	<p>CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC – 14 EC). Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2017.</p> <p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.]- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p> <p>PASSOS, L.A.P. O Teatro de Marcelo: historiografia e percepção do espaço teatral (séc. I a.C.). R. Museu Arq. Etn., 36 191-211, 2021.</p> <p>SEAR, David R. Roman coins and their values: The millennium edition. Vol. I. London: Spink, 2000.</p>

Prancha nº 4: (Falsa paduana)



Anverso



Reverso

Identificação:

Registro (SIGA)	155969
Moeda/Tipo	Sestércio
Período	36 - 37 EC
Região	Roma
Material	Bronze
Dimensões	Peso: 21,6 g / Diâmetro: 35 mm
Recorrência	
Imagens contidas na moeda:	
Anverso	Busto de Augusto, laureado e virado para a esquerda.
Reverso	Coros de carvalho sustentados por duas celas com uma esfera abaixo.
Inscrições contidas na moeda:	
Anverso	DIVVS AVGVSTVS PATER / Divino Augusto, pai (da pátria).
Reverso	OB CIVES SER (no centro) - SC (Nas laterais) / OB CIVES SERVATOS - SENATVS CONSVLTVM/ Por ter salvo os cidadãos - Pelo decreto do senado.
Referências	COHEN, vol.1, p.104, n:302; RIC I 63; BMCRE 109.

<p>Comentários</p>	<p>No que tange ao Anverso, podemos notar a cabeça de Augusto Laureado virado à esquerda. Segundo o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário aponta que a coroa revela as forças supraterrrestres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo. Como aponta Carlos Campos (2017, p. 106), Augusto buscou o controle do culto a Apolo e sua própria associação ao deus. Assim, como filho do deus Júlio César e do deus olímpico Apolo, Augusto se estabelecia como ordenador do mundo social romano, mediante aval divino.</p> <p>Além disso, a legenda contida no Anverso: <i>DIVVS AVGVSTVS PATER / Divino Augusto, pai (da pátria)</i>, correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (<i>pater patriae</i>) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Como aponta Rafael Costa Campos (2013, p. 45), esta aclamação representou uma honra de enorme importância, tendo em vista que era uma extensão da designação <i>parens patriae</i>, conferida anteriormente a Caio Mário, Cícero e Júlio César. Entretanto, não era um poder formal. Com esta designação, Augusto se tornou o primeiro cidadão e pai de uma família.</p> <p>Já no Reverso, podemos observar a presença da Coroa de Carvalho, dois Capricórnios e um Globo, além da seguinte legenda: <i>OB CIVES SER (no centro) - SC (Nas laterais) / OB CIVES SERVATOS - SENATVS CONSVLTVM/ Por ter salvo os cidadãos - Pelo decreto do senado</i>. Segundo Carlos Eduardo da Costa Campos (2017, p. 83), a Coroa Cívica durante a República Romana e no Principado foi considerada uma das mais altas condecorações militares que um cidadão poderia receber, sendo reservada a comandantes que salvaram a vida dos cidadãos. Assim, Campos pontua que os ramos de louro, associados à Coroa Cívica e a legenda <i>OB CIVIS SERVATOS</i>, conferem que seu</p>
---------------------------	---

	<p>detentor foi um cidadão romano vitorioso que salvou os romanos do caos.</p> <p>Como aponta Natália Frazão José (2020, p. 54), o uso do capricórnio por Augusto pode ser explicado como uma forma de aproximação entre Otaviano e Rômulo. Augusto nascera em um período ligado ao signo astrológico de libra, entretanto, com as reformas no calendário realizadas por Júlio César, seu nascimento teria ocorrido próximo ao solstício de inverno, portanto, sob o signo de Capricórnio. O uso do signo por Augusto como forma de propaganda busca associação com o primeiro rei de Roma, Rômulo, que possuía seu nascimento ligado ao mesmo signo (José, 2020, p. 55). Além dessa associação, o capricórnio era um símbolo polivalente, sendo relacionado tanto a sorte (fortuna) ou, como na Eneida de Virgílio, a liberdade política. Vale notar que o capricórnio geralmente é representado com um globo.</p>
Bibliografia	<p>CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC – 14 EC). Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2017.</p> <p>CAMPOS, Rafael Costa. Entre Roma e Capri: o afastamento de Tibério César como ponto de inflexão política durante seu Principado. Orientador: Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello. 2013. Tese (doutorado) História, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.</p> <p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.].- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p> <p>JOSÉ, Natália Frazão. Augusto: representações, representatividade e alteridade na legitimação do poder do princeps. De Rubus Antiquis, Núm. 9, 2019-2020, p. 42-63.</p> <p>SEAR, David R. Roman coins and their values: The millennium edition. Vol. I. London: Spink, 2000.</p>

Prancha nº 5:



Anverso



Reverso

Identificação:

Registro (SIGA) 155973

Moeda/Tipo As

Período 22 - 30 EC

Região Roma

Material Cobre

Dimensões Peso: 11 g / Diâmetro: 29 mm

Recorrência

Imagens contidas na moeda:

Anverso Busto de Augusto, radiado e virado para a esquerda.

Reverso Fachada do recinto do altar da Ara Providentiae Augusti, com porta de painel duplo e chifres do altar visíveis acima.

Inscrições contidas na moeda:

Anverso DIVVS AVGVSTVS PAT[ER] / Divino Augusto, pai (da pátria).

Reverso PROVIDENT. S.C. (PROVIDENTIA - SENATVS CONSVLTVM) / Providente. Decreto do Senado.

Referências COHEN, vol.1, p.94, n:228; SEAR, p.352, n:1789; RIC 81 BMCRE 146

<p>Comentários</p>	<p>No anverso das moedas 6, 7, 8, 9 e 23, podemos observar o Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda. Em sua legenda se lê: <i>DIVVS AVGVSTVS PATER</i> / Divino Augusto, pai (da pátria). Novamente, o conjunto iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (<i>pater patriae</i>) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Sobre a coroa que Augusto porta, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário pontua que a coroa revela as forças supraterrrestres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo.</p> <p>Em seu reverso, podemos observar a fachada do recinto do altar da <i>Ara Providentiae Augusti</i>, com porta de painel duplo e chifres do altar visíveis acima, em sua legenda: SC - separados pela figura do altar / <i>PROVIDENT</i>. - abaixo do altar (<i>PROVIDENTIA - SENATVS CONSVLTVM</i>) / Providente - Decreto do Senado. Como aponta Russel T. Scott (1982, p. 438 - 439), provavelmente a representação do altar fazia referência a um monumento real, que foi dedicado por Tibério à Augusto após sua adoção, em 4 AEC. <i>Providentia</i>, se refere a providência Augustana, isto é, a previsão divina expressa por meio de um intermediário humano visando a <i>aeternitas</i> do povo romano. Essa preservação do povo romano poderia ser feita por meio da escolha de um herdeiro, de proteção contra conspirações, que trazia a <i>securitas</i>, exercício da legislação e atividades paternas, que se relaciona a alimentação da população, construções públicas, agricultura e ajuda aos oprimidos (Scott, 1982, p. 436). Dessa forma, Tibério se vale do culto a providência do seu pai adotivo para ressaltar sua atuação como intermediário divino para a preservação de Roma.</p>
<p>Bibliografia</p>	<p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores,</p>

	<p>números).Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.]- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p> <p>SCOTT, Russel T. PROVIDENTIA AUG. Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte, Bd. 31, H. 4 (4th Qtr., 1982), pp. 436-4.</p>
--	---

Prancha n° 6:**Anverso****Reverso****Identificação:**

Registro (SIGA)	155974
Moeda/Tipo	As
Período	22 - 30 EC
Região	Roma
Material	Cobre
Dimensões	Peso: 11.6 g / Diâmetro: 29 mm
Recorrência	
Imagens contidas na moeda:	
Anverso	Busto de Augusto, radiado e virado para a esquerda.
Reverso	Fachada do recinto do altar da Ara Providentiae Augusti, com porta de painel duplo e chifres do altar visíveis acima.
Inscrições contidas na moeda:	
Anverso	DIVVS AVGVSTVS PATER / Divino Augusto, pai (da pátria).
Reverso	PROVIDENT. S.C. (PROVIDENTIA SENATVS CONSVLTVM) / Providente. Decreto do senado.
Referências	COHEN, vol.1, p.94, n:228; SEAR, p.352, n:1789. RIC 81 E BMCRE 146

<p>Comentários</p>	<p>No anverso das moedas 6, 7, 8, 9 e 23, podemos observar o Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda. Em sua legenda se lê: <i>DIVVS AVGVSTVS PATER</i> / Divino Augusto, pai (da pátria). Novamente, o conjunto iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (<i>pater patriae</i>) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Sobre a coroa que Augusto porta, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário pontua que a coroa revela as forças supraterrrestres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo.</p> <p>Em seu reverso, podemos observar a fachada do recinto do altar da <i>Ara Providentiae Augusti</i>, com porta de painel duplo e chifres do altar visíveis acima, em sua legenda: SC - separados pela figura do altar / <i>PROVIDENT</i>. - abaixo do altar (<i>PROVIDENTIA - SENATVS CONSVLTVM</i>) / Providente - Decreto do Senado. Como aponta Russel T. Scott (1982, p. 438 - 439), provavelmente a representação do altar fazia referência a um monumento real, que foi dedicado por Tibério à Augusto após sua adoção, em 4 AEC. <i>Providentia</i>, se refere a providência Augustana, isto é, a previsão divina expressa por meio de um intermediário humano visando a <i>aeternitas</i> do povo romano. Essa preservação do povo romano poderia ser feita por meio da escolha de um herdeiro, de proteção contra conspirações, que trazia a <i>securitas</i>, exercício da legislação e atividades paternas, que se relaciona a alimentação da população, construções públicas, agricultura e ajuda aos oprimidos (Scott, 1982, p. 436). Dessa forma, Tibério se vale do culto a providência do seu pai adotivo para ressaltar sua atuação como intermediário divino para a preservação de Roma.</p>
<p>Bibliografia</p>	<p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação</p>

Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.].- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001. SCOTT, Russel T. PROVIDENTIA AUG. Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte, Bd. 31, H. 4 (4th Qtr., 1982), pp. 436-4.

Prancha nº 7:**Anverso****Reverso****Identificação:**

Registro (SIGA)	155975
Moeda/Tipo	As
Período	22 - 30 EC
Região	Roma
Material	Cobre
Dimensões	Peso: 10.5 g / Diâmetro: 28,5 mm
Recorrência	
Imagens contidas na moeda:	
Anverso	Busto de Augusto, radiado e virado para a esquerda.
Reverso	Fachada do recinto do altar da Ara Providentiae Augusti, com porta de painel duplo e chifres do altar visíveis acima.
Inscrições contidas na moeda:	
Anverso	DIVVS AVGVSTVS PATER / Divino Augusto, pai (da pátria).
Reverso	PROVIDENT. S.C. (PROVIDENTIA SENATVS CONSVLTVM) / Providente. Decreto do senado.
Referências	COHEN, vol.1, p.94, n:228; SEAR, p.352, n:1789. RIC 81 E BMCRE 146

<p>Comentários</p>	<p>No anverso das moedas 6, 7, 8, 9 e 23, podemos observar o Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda. Em sua legenda se lê: <i>DIVVS AVGVSTVS PATER</i> / Divino Augusto, pai (da pátria). Novamente, o conjunto iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (<i>pater patriae</i>) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Sobre a coroa que Augusto porta, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário pontua que a coroa revela as forças supraterrrestres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo.</p> <p>Em seu reverso, podemos observar a fachada do recinto do altar da <i>Ara Providentiae Augusti</i>, com porta de painel duplo e chifres do altar visíveis acima, em sua legenda: SC - separados pela figura do altar / <i>PROVIDENT.</i> - abaixo do altar (<i>PROVIDENTIA - SENATVS CONSVLTVM</i>) / Providente - Decreto do Senado. Como aponta Russel T. Scott (1982, p. 438 - 439), provavelmente a representação do altar fazia referência a um monumento real, que foi dedicado por Tibério à Augusto após sua adoção, em 4 AEC. <i>Providentia</i>, se refere a providência Augustana, isto é, a previsão divina expressa por meio de um intermediário humano visando a <i>aeternitas</i> do povo romano. Essa preservação do povo romano poderia ser feita por meio da escolha de um herdeiro, de proteção contra conspirações, que trazia a <i>securitas</i>, exercício da legislação e atividades paternas, que se relaciona a alimentação da população, construções públicas, agricultura e ajuda aos oprimidos (Scott, 1982, p. 436). Dessa forma, Tibério se vale do culto a providência do seu pai adotivo para ressaltar sua atuação como intermediário divino para a preservação de Roma.</p>
<p>Bibliografia</p>	<p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores,</p>

	<p>números).Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.]- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p> <p>SCOTT, Russel T. PROVIDENTIA AUG. Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte, Bd. 31, H. 4 (4th Qtr., 1982), pp. 436-4.</p>
--	---

Prancha nº 8:**Anverso****Reverso****Identificação:**

Registro (SIGA)	155978
Moeda/Tipo	As
Período	22 - 30 EC
Região	Roma
Material	Cobre
Dimensões	Peso: 11g / Diâmetro: 29,9 mm
Recorrência	

Imagens contidas na moeda:

Anverso	Busto de Augusto, radiado e virado para a esquerda.
Reverso	Fachada do altar- recinto do Ara Providentiae Augusti.

Inscrições contidas na moeda:

Anverso	DIVVS AVGVSTVS PATER / Divino Augusto, pai (da pátria).
Reverso	PROVIDENT. - S.C. - no exergo (PROVIDENTIA - SENATVS CONSVLTVM) / Providente - Decreto do Senado.
Referências	COHEN, vol.1, p.94, n:228; SEAR, p.352, n:1789. RIC 81 E BMCRE 146

<p>Comentários</p>	<p>No anverso das moedas 6, 7, 8, 9 e 23, podemos observar o Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda. Em sua legenda se lê: <i>DIVVS AVGVSTVS PATER</i> / Divino Augusto, pai (da pátria). Novamente, o conjunto iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (<i>pater patriae</i>) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Sobre a coroa que Augusto porta, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário pontua que a coroa revela as forças supraterrrestres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo.</p> <p>Em seu reverso, podemos observar a fachada do recinto do altar da <i>Ara Providentiae Augusti</i>, com porta de painel duplo e chifres do altar visíveis acima, em sua legenda: SC - separados pela figura do altar / <i>PROVIDENT</i>. - abaixo do altar (<i>PROVIDENTIA - SENATVS CONSVLTVM</i>) / Providente - Decreto do Senado. Como aponta Russel T. Scott (1982, p. 438 - 439), provavelmente a representação do altar fazia referência a um monumento real, que foi dedicado por Tibério à Augusto após sua adoção, em 4 AEC. <i>Providentia</i>, se refere a providência Augustana, isto é, a previsão divina expressa por meio de um intermediário humano visando a <i>aeternitas</i> do povo romano. Essa preservação do povo romano poderia ser feita por meio da escolha de um herdeiro, de proteção contra conspirações, que trazia a <i>securitas</i>, exercício da legislação e atividades paternas, que se relaciona a alimentação da população, construções públicas, agricultura e ajuda aos oprimidos (Scott, 1982, p. 436). Dessa forma, Tibério se vale do culto a providência do seu pai adotivo para ressaltar sua atuação como intermediário divino para a preservação de Roma.</p>
<p>Bibliografia</p>	<p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação</p>

	<p>Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.].- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p> <p>SCOTT, Russel T. PROVIDENTIA AUG.. Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte, Bd. 31, H. 4 (4th Qtr., 1982), pp. 436-4.</p>
--	---

Prancha nº 9:**Anverso****Reverso****Identificação:**

Registro (SIGA)	155979
------------------------	---------------

Moeda/Tipo	Dupôndio
-------------------	----------

Período	23 EC
----------------	-------

Região	Roma
---------------	------

Material	Bronze
-----------------	--------

Dimensões	Peso: 10,5 / Diâmetro: 29 mm
------------------	------------------------------

Recorrência	
--------------------	--

Imagens contidas na moeda:

Anverso	Busto de Livia, velado, diademado e drapeado como Pietas.
----------------	---

Reverso	Sem imagem.
----------------	-------------

Inscrições contidas na moeda:

Anverso	PI[ETAS] / Comprimento dos deveres religiosos.
----------------	--

Reverso	DRV[SVS] CAESAR TI. AVGVSTI F. TR. POT. ITER. (DRVSVS CAESAR TIBERII AVGVSTI FILIVS, TRIBVNICIA POTESTATE ITERVM) / Druso César, filho do imperador (Augusto) Tibério, detentor do Poder Tribunício pela segunda vez.
----------------	---

Referências	SEAR, p. 341, n: 1741; COHEN, Vol. I, p. 170-171, n: 1; RIC Tiberius: 43; BMCRE: Tiberius 98; SUTHERLAND, vol. 1, p. 97.
--------------------	--

Comentários

Podemos observar no anverso Lúvia Drusila como *Pietas*. Segundo Hugo Araújo (2015, p. 60), *pietas* pode ser entendido como a necessidade do cumprimento dos deveres pessoais que o indivíduo, em nosso caso Lúvia, em relação aos seus familiares, à pátria e aos deuses. Além disso, Lúvia aparece diademada, demonstrando a proeminência e pertencimento a família imperial, e usando véu, que pode significar o decoro feminino, especialmente entre as mulheres casadas. As matronas romanas tinham por costume cobrir suas cabeças com véu.

No que tange ao reverso, pontuamos que não há imagem, entretanto, possui a seguinte legenda: DRV[SVS] CAESAR TI. AVGVSTI F. TR. POT. ITER. (*DRVSVS CAESAR TIBERII AVGVSTI FILIVS, TRIBVNICIA POTESTATE ITERVM*) / Druso César, filho do imperador (Augusto) Tibério, detentor do Poder Tribunício pela segunda vez. Como aponta Christopher Howgego (1995, p. 80 - 81) A sucessão era um tópico sensível no principado primitivo. A hesitação na produção de cunhagens contendo a imagem de Marcelo, filho de Otávia e considerado a primeira escolha para a sucessão imperial, cedeu em um momento em que a monopolização imperial dos tipos monetários indica uma demonstração mais aberta da autocracia (Howgego, 1995, p. 80). Em 12 / 13 AEC cunhagens contendo a imagem de Augusto e Agripa sugerem a representação do segundo com o mesmo peso da imagem de Augusto. Entretanto, a mensagem dinástica só foi totalmente explícita a partir das cunhagens de Caio e Lúcio.

Assim como Augusto, Tibério se valeu das moedas como aparato comunicacional. Neste sentido, a legenda *DRVSVS CAESAR TIBERII AVGVSTI FILIVS* / Druso César, filho do imperador (Augusto) Tibério, sugere uma possível indicação de Druso como sucessor de Tibério. Além disso, na legenda também fica evidente a renovação do poder tribunício de Druso no seguinte trecho: *TRIBVNICIA POTESTATE ITERVM* / detentor do Poder Tribunício pela segunda vez. Assim como nas cunhagens augustanas, podemos ver nas cunhagens do

	<p>principado de Tibério a renovação de titulaturas e o exercício das titulaturas por membros da <i>Domus Caesari</i>. No caso desta moeda, o exercício do poder tribunicio por Druso pode reforçar sua posição como sucessor de Tibério.</p>
Bibliografia	<p>CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC – 14 EC). Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2017.</p> <p>CAMPOS, Rafael Costa. Entre Roma e Capri: o afastamento de Tibério César como ponto de inflexão política durante seu Principado. Orientador: Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello. 2013. Tese (doutorado) História, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.</p> <p>CUNHA, Hugo de Araújo da. Poder e Violência em Sêneca na Época de Calígula: um Estudo do <i>De Ira</i> (século I d.C.). 137 f. Orientadora: Sônia Regina Rebel de Araújo. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.</p> <p>SARAIVA, F. R. dos Santos. Novíssimo dicionário Latino-Português. Etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico e etc. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1993.</p>

Prancha nº 10:**Anverso****Reverso****Identificação:**

Registro (SIGA)	155981
------------------------	---------------

Moeda/Tipo	As
-------------------	----

Período	15 - 16 EC
----------------	------------

Região	Roma
---------------	------

Material	Cobre
-----------------	-------

Dimensões	Peso: 10,06 g / Diâmetro: 28,7 mm
------------------	-----------------------------------

Recorrência	
--------------------	--

Imagens contidas na moeda:

Anverso	Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda. Ao lado, a imagem de raios e acima uma estrela.
----------------	--

Reverso	Lívia sentada e virada à direita segurando uma pátera e um centro.
----------------	--

Inscrições contidas na moeda:

Anverso	DIVVS AVGVSTVS PATER / Divino Augusto, pai (da pátria).
----------------	---

Reverso	Sem inscrição.
----------------	----------------

Referências	SEAR, p. 351, n: 1788; RIC 72; BMCRE 151.
--------------------	---

Comentários	Em seu anverso, a moeda possui o Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda. Ao lado, a imagem de raios e acima uma estrela, e na
--------------------	--

legenda: [DIVVS] AVG[VSTVS] [P]AT[ER] / Divino Augusto, pai (da pátria). O conjunto iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (*pater patriae*) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Sobre a coroa que Augusto porta, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário pontua que a coroa revela as forças supraterrrestres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo. Como aponta Carlos Campos (2017, p. 106), Augusto buscou o controle do culto a Apolo e sua própria associação ao deus. Assim, como filho do deus Júlio César e do deus olímpico Apolo, Augusto se estabeleceu como ordenador do mundo social romano, mediante aval divino.

Além disso, o feixe de raios, segundo Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 765-766), é considerado como um atributo de Júpiter, além de manifestar as vontades e o poder infinito do deus supremo. A estrela acima de Augusto, pode vir a significar a iluminação celeste recebida pelos *princeps*, ou até mesmo fazer referência ao cometa de César.

No reverso, podemos observar a imagem de Lívia sentada, segurando uma pátera e um cetro, com sua legenda consistindo somente em: S.C. - Dividido pela figura de Lívia (SENATVS CONSVLTVM) / Decreto do senado. Como aponta Carlos Eduardo da Costa Campos (2017, p. 152), a pátera era um prato ou uma tigela redonda e rasa utilizada para práticas religiosas, como a libação de vinho aos deuses ou recebendo o sangue de animais sacrificados, além de ser um objeto atribuído aos epulões. Como aponta Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 226-227), o cetro simboliza o poder e a autoridade. Dessa forma, a representação do cetro e da pátera se combinam na demonstração de poder e comprometimento com os deveres religiosos.

Bibliografia	<p>CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC – 14 EC). Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2017.</p> <p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.]- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p>
---------------------	---

Prancha nº 11:**Anverso****Reverso****Identificação:**

Registro (SIGA)	155982
------------------------	---------------

Moeda/Tipo	As
-------------------	----

Período	15 - 16 EC
----------------	------------

Região	Roma
---------------	------

Material	Cobre
-----------------	-------

Dimensões	Peso: 10,45 g / Diâmetro: 28,7 mm
------------------	-----------------------------------

Recorrência	
--------------------	--

Imagens contidas na moeda:

Anverso	Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda. Ao lado, a imagem de raios e acima uma estrela.
----------------	--

Reverso	Lívia sentada e virada à direita segurando uma pátera e um centro.
----------------	--

Inscrições contidas na moeda:

Anverso	DIVVS AVGVSTVS PATER / Divino Augusto, pai (da pátria).
----------------	---

Reverso	Sem inscrição.
----------------	----------------

Referências	SEAR, p. 351, n: 1788; RIC 72; BMCRE 151.
--------------------	---

Comentários	Em seu anverso, a moeda possui o Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda. Ao lado, a imagem de raios e acima uma estrela, e na legenda: [DIVVS] AVGVSTVS [P]AT[ER] / Divino Augusto, pai (da
--------------------	--

pátria). O conjunto iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (*pater patriae*) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Sobre a coroa que Augusto porta, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário pontua que a coroa revela as forças supraterrrestres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo. Como aponta Carlos Campos (2017, p. 106), Augusto buscou o controle do culto a Apolo e sua própria associação ao deus. Assim, como filho do deus Júlio César e do deus olímpico Apolo, Augusto se estabeleceu como ordenador do mundo social romano, mediante aval divino.

Além disso, o feixe de raios, segundo Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 765-766), é considerado como um atributo de Júpiter, além de manifestar as vontades e o poder infinito do deus supremo. A estrela acima de Augusto, pode vir a significar a iluminação celeste recebida pelos *princeps*, ou até mesmo fazer referência ao cometa de César.

No reverso, podemos observar a imagem de Lúvia sentada, segurando uma pátera e um cetro, com sua legenda consistindo somente em: S.C. - Dividido pela figura de Lúvia (SENATVS CONSVLTVM) / Decreto do Senado. Como aponta Carlos Eduardo da Costa Campos (2017, p. 152), a pátera era um prato ou uma tigela redonda e rasa utilizada para práticas religiosas, como a libação de vinho aos deuses ou recebendo o sangue de animais sacrificados, além de ser um objeto atribuído aos epulões. Como aponta Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 226-227), o cetro simboliza o poder e a autoridade. Dessa forma, a representação do cetro e da pátera se combinam na demonstração de poder e comprometimento com os deveres religiosos.

Bibliografia	<p>CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC – 14 EC). Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2017.</p> <p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.]- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p>
---------------------	---

Prancha nº 12:**Anverso****Reverso****Identificação:**

Registro (SIGA)	155983
------------------------	--------

Moeda/Tipo	As
-------------------	----

Período	15 - 16 EC
----------------	------------

Região	Roma
---------------	------

Material	Cobre
-----------------	-------

Dimensões	Peso: 11,3 g / Diâmetro 26,8 mm
------------------	---------------------------------

Recorrência	
--------------------	--

Imagens contidas na moeda:

Anverso	Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda. Ao lado, a imagem de raios e acima uma estrela.
----------------	--

Reverso	Lívia sentada e virada à direita segurando uma pátera e um centro.
----------------	--

Inscrições contidas na moeda:

Anverso	[DIV]VS AVGVSTVS [PATER] / Divino Augusto, pai (da pátria).
----------------	---

Reverso	Sem inscrição.
----------------	----------------

Referências	SEAR, p. 351, n: 1788; RIC 72; BMCRE 151.
--------------------	---

Comentários	Em seu anverso, a moeda possui o Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda. Ao lado, a imagem de raios e acima uma estrela, e na
--------------------	--

legenda: [DIVVS] AVG[VSTVS] [P]AT[ER] / Divino Augusto, pai (da pátria). O conjunto iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (*pater patriae*) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Sobre a coroa que Augusto porta, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário pontua que a coroa revela as forças supraterrrestres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo. Como aponta Carlos Campos (2017, p. 106), Augusto buscou o controle do culto a Apolo e sua própria associação ao deus. Assim, como filho do deus Júlio César e do deus olímpico Apolo, Augusto se estabeleceu como ordenador do mundo social romano, mediante aval divino.

Além disso, o feixe de raios, segundo Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 765-766), é considerado como um atributo de Júpiter, além de manifestar as vontades e o poder infinito do deus supremo. A estrela acima de Augusto, pode vir a significar a iluminação celeste recebida pelos *princeps*, ou até mesmo fazer referência ao cometa de César.

No reverso, podemos observar a imagem de Lúvia sentada, segurando uma pátera e um cetro, com sua legenda consistindo somente em: S.C. - Dividido pela figura de Lúvia (SENATVS CONSVLTVM) / Decreto do senado. Como aponta Carlos Eduardo da Costa Campos (2017, p. 152), a pátera era um prato ou uma tigela redonda e rasa utilizada para práticas religiosas, como a libação de vinho aos deuses ou recebendo o sangue de animais sacrificados, além de ser um objeto atribuído aos epulões. Como aponta Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 226-227), o cetro simboliza o poder e a autoridade. Dessa forma, a representação do cetro e da pátera se combinam na demonstração de poder e comprometimento com os deveres religiosos.

Bibliografia	<p>CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC – 14 EC). Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2017.</p> <p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.]- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p>
---------------------	---

Prancha nº 13:**Anverso****Reverso****Identificação:**

Registro (SIGA)	155985
Moeda/Tipo	As
Período	34 - 37 EC
Região	Roma
Material	Cobre
Dimensões	Peso: 11,12 g / Diâmetro 27,7 mm
Recorrência	
Imagens contidas na moeda:	
Anverso	Busto de Augusto, radiado e virado para a esquerda.
Reverso	Águia com asas abertas sob. o globo.
Inscrições contidas na moeda:	
Anverso	[D]IVVS AV[G]VS[TV]S PAT[ER] / Divino Augusto, pai (da pátria).
Reverso	S.C. Ao redor do campo (SENATVS CONSVLTVM) - Decreto do Senado.
Referências	Sear, p. 352, n: 1790; RIC 82; BMCRE 155.
Comentários	No anverso podemos observar o busto de Augusto, radiado e virado para a esquerda. Em sua legenda podemos ler: [D]IVVS

	<p>AV[G]VS[TV]S PAT[ER] / Divino Augusto, pai (da pátria). Assim como em outras moedas do nosso <i>corpus documental</i>, o conjunto iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (<i>pater patriae</i>) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Sobre a coroa que Augusto porta, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário pontua que a coroa revela as forças supraterrrestres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo.</p> <p>Em seu reverso, tais moedas apresentam uma Águia de asas abertas sob um globo, e em sua legenda podemos ler: SC - ao redor do campo / <i>SENATVS CONSVLTVM</i> / Por decreto do Senado. Como aponta Russel T. Scott (1982, p. 437), a águia faz parte de uma série de símbolos que buscam enfatizar a <i>Victoria Augusti</i>, isto é, as vitórias militares alcançadas por Augusto. Segundo o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 22 - 25), a Águia foi usada amplamente como símbolo Imperial, além de se relacionar com Júpiter. Além disso, o mesmo dicionário pontua que o globo pode ser interpretado como a representação de um território limitado sob o qual uma figura exerce poder. Assim, a Águia sob o globo comunicaria as conquistas imperiais romanas no período augustano.</p>
Bibliografia	<p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.]- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p> <p>SCOTT, Russel T. PROVIDENTIA AUG.. <i>Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte</i>, Bd. 31, H. 4 (4th Qtr., 1982), pp. 436-4.</p>

Prancha nº 14:



Anverso



Reverso

Identificação:

Registro (SIGA) 155986

Moeda/Tipo As

Período 34 - 37 EC

Região Roma

Material Cobre

Dimensões Peso: 10,58 g / Diâmetro 28 mm

Recorrência

Imagens contidas na moeda:

Anverso Busto de Augusto, radiado virado à esquerda.

Reverso Raio alado.

Inscrições contidas na moeda:

Anverso DIVVS AGVSTVS PA[TER] / Divino Augusto, pai (da pátria).

Reverso S.C. Ao redor do campo (SENATVS CONSVLTVM) - Decreto do Senado.

Referências SEAR, p. 352, n: 1791; RIC 83; BMCRE 157.

<p>Comentários</p>	<p>No anverso, podemos notar o busto de Augusto, radiado e virado para a esquerda. Em sua legenda podemos ler: [D]IVVS AV[G]VS[TV]S PAT[ER] / Divino Augusto, pai (da pátria). Assim como em outras moedas do nosso <i>corpus documental</i>, o conjunto iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (<i>pater patriae</i>) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Sobre a coroa que Augusto porta, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário pontua que a coroa revela as forças supraterrrestres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo.</p> <p>Em seu reverso, podemos observar um Raio Alado, e em sua legenda podemos ler: S.C. Ao redor do campo / SENATVS CONSVLTVM / Decreto do Senado. T. Scott (1982, p. 437) indica que o raio alado faz parte de uma série de símbolos que buscam enfatizar a <i>Victoria Augusti</i>, isto é, as vitórias militares alcançadas por Augusto. Para além, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 765) aponta o raio como a manifestação da vontade de Júpiter, o deus supremo. Dessa forma, novamente podemos observar um atributo ligado ao poder e a Júpiter, como forma de enfatizar as vitórias de Augusto.</p>
<p>Bibliografia</p>	<p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.]- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p> <p>SCOTT, Russel T. PROVIDENTIA AUG. Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte, Bd. 31, H. 4 (4th Qtr., 1982), pp. 436-4.</p>

Prancha n° 15:



Anverso



Reverso

Identificação:

Registro (SIGA) 155987

Moeda/Tipo As

Período 34 - 37 EC

Região Roma

Material Cobre

Dimensões Peso: 10,67 g / Diâmetro 26,5 mm

Recorrência

Imagens contidas na moeda:

Anverso Busto de Augusto, radiado virado à esquerda.

Reverso Raio alado.

Inscrições contidas na moeda:

Anverso DIVVS AVGVSTVS PATER / Divino Augusto, pai (da pátria).

Reverso S.C. Ao redor do campo (SENATVS CONSVLTVM) - Decreto do Senado.

Referências SEAR, p. 352, n: 1791; RIC 83; BMCRE 157.

<p>Comentários</p>	<p>No anverso, podemos notar o busto de Augusto, radiado e virado para a esquerda. Em sua legenda podemos ler: [D]IVVS AV[G]VS[TV]S PAT[ER] / Divino Augusto, pai (da pátria). Assim como em outras moedas do nosso <i>corpus documental</i>, o conjunto iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (<i>pater patriae</i>) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Sobre a coroa que Augusto porta, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário pontua que a coroa revela as forças supraterestrres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo.</p> <p>Em seu reverso, podemos observar um Raio Alado, e em sua legenda podemos ler: S.C. Ao redor do campo / SENATVS CONSVLTVM / Decreto do Senado. T. Scott (1982, p. 437) indica que o raio alado faz parte de uma série de símbolos que buscam enfatizar a <i>Victoria Augusti</i>, isto é, as vitórias militares alcançadas por Augusto. Para além, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 765) aponta o raio como a manifestação da vontade de Júpiter, o deus supremo. Dessa forma, novamente podemos observar um atributo ligado ao poder e a Júpiter, como forma de enfatizar as vitórias de Augusto.</p>
<p>Bibliografia</p>	<p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.]- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p> <p>SCOTT, Russel T. PROVIDENTIA AUG.. <i>Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte</i>, Bd. 31, H. 4 (4th Qtr., 1982), pp. 436-4.</p>

Prancha nº 16:**Anverso****Reverso****Identificação:**

Registro (SIGA)	155988
Moeda/Tipo	Dupôndio
Período	22 - 26 EC
Região	Roma
Material	Bronze
Dimensões	Peso: 13,04 g / Diâmetro 31,4 mm
Recorrência	

Imagens contidas na moeda:

Anverso	Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda.
Reverso	Coroa de carvalho/Coroa Cívica.

Inscrições contidas na moeda:

Anverso	[DI]VVS AVGVSTVS PA[TER] / Divino Augusto, pai (da pátria).
Reverso	S.C. No campo (SENATVS CONSVLTVM) - Decreto do Senado.
Referências	SEAR, p. 351, n: 1787; RIC 79; BMCRE 143.

Comentários
 No anverso deste padrão, podemos notar um Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda, além da seguinte legenda: [DI]VVS AVGVSTVS PA[TER] / Divino Augusto, pai (da pátria). O conjunto

iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (*pater patriae*) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Como aponta Rafael Costa Campos (2013, p. 45), esta aclamação representou uma honra de enorme importância, tendo em vista que era uma extensão da designação *parens patriae*, conferida anteriormente a Caio Mário, Cícero e Júlio César. Entretanto, não era um poder formal. Com esta designação, Augusto se tornou o primeiro cidadão e pai da pátria. Rafael Campos (2013, p. 45) aponta que Roma passou a ser considerada a principal causa tanto de Augusto quanto dos demais romanos, que, por meio de sua providência e sábia antecipação, reconheceram Augusto como um *primer inter pares*, o primeiro entre os iguais, utilizando sua *auctoritas* como um referencial para a comunidade.

Outro ponto a se notar é a coroa que Augusto porta. Segundo o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário aponta que a coroa revela as forças supraterrrestres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo. Como aponta Carlos Campos (2017, p. 106), Augusto buscou o controle do culto a Apolo e sua própria associação ao deus. Assim, como filho do deus Júlio César e do deus olímpico Apolo, Augusto se estabelecia como ordenador do mundo social romano, mediante aval divino.

No reverso, podemos observar a Coroa de Carvalho / Coroa Cívica, com a legenda: SC (no campo) / *SENATVS CONSVLTVM* - Decreto do Senado. Segundo Carlos Eduardo da Costa Campos (2017, p. 83), a Coroa Cívica durante a República Romana e no Principado foi considerada uma das mais altas condecorações militares que um cidadão poderia receber, sendo reservada a comandantes que salvaram a vida dos cidadãos. Assim, Campos pontua que os ramos de louro, associados à

	<p>Coroa Cívica e a legenda <i>OB CIVIS SERVATOS</i>, conferem que seu detentor foi um cidadão romano vitorioso que salvou os romanos do caos.</p>
<p>Bibliografia</p>	<p>CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC – 14 EC). Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2017.</p> <p>CAMPOS, Rafael Costa. Entre Roma e Capri: o afastamento de Tibério César como ponto de inflexão política durante seu Principado. Orientador: Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello. 2013. Tese (doutorado) História, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.</p> <p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.].- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p>

Prancha nº 17:



Anverso



Reverso

Identificação:

Registro (SIGA) 155989

Moeda/Tipo Dupôndio

Período 22 - 26 EC

Região Roma

Material Bronze

Dimensões Peso: 14,16 g / Diâmetro 29,4 mm

Recorrência

Imagens contidas na moeda:

Anverso Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda.

Reverso Coroa de Carvalho/Coroa Cívica.

Inscrições contidas na moeda:

Anverso DIVVS AVGVSTVS PATER / Divino Augusto, pai (da pátria).

Reverso S.C. No campo (SENATVS CONSVLTVM) - Decreto do Senado.

Referências SEAR, p. 351, n: 1787; RIC 79; BMCRE 143.

Comentários No anverso deste padrão, podemos notar um Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda, além da seguinte legenda: [DI]VVS

AVGVSTVS PA[TER] / Divino Augusto, pai (da pátria). O conjunto iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (*pater patriae*) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Como aponta Rafael Costa Campos (2013, p. 45), esta aclamação representou uma honra de enorme importância, tendo em vista que era uma extensão da designação *parens patriae*, conferida anteriormente a Caio Mário, Cícero e Júlio César. Entretanto, não era um poder formal. Com esta designação, Augusto se tornou o primeiro cidadão e pai da pátria. Rafael Campos (2013, p. 45) aponta que Roma passou a ser considerada a principal causa tanto de Augusto quanto dos demais romanos, que, por meio de sua providência e sábia antecipação, reconheceram Augusto como um *primer inter pares*, o primeiro entre os iguais, utilizando sua *auctoritas* como um referencial para a comunidade.

Outro ponto a se notar é a coroa que Augusto porta. Segundo o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário aponta que a coroa revela as forças supraterrrestres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo. Como aponta Carlos Campos (2017, p. 106), Augusto buscou o controle do culto a Apolo e sua própria associação ao deus. Assim, como filho do deus Júlio César e do deus olímpico Apolo, Augusto se estabelecia como ordenador do mundo social romano, mediante aval divino.

No reverso, podemos observar a Coroa de Carvalho / Coroa Cívica, com a legenda: SC (no campo) / *SENATVS CONSVLTVM* - Decreto do Senado. Segundo Carlos Eduardo da Costa Campos (2017, p. 83), a Coroa Cívica durante a República Romana e no Principado foi considerada uma das mais altas condecorações militares que um cidadão poderia receber, sendo reservada a comandantes que salvaram a vida dos cidadãos. Assim, Campos pontua que os ramos de louro, associados à

	Coroa Cívica e a legenda <i>OB CIVIS SERVATOS</i> , conferem que seu detentor foi um cidadão romano vitorioso que salvou os romanos do caos.
Bibliografia	<p>CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC – 14 EC). Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2017.</p> <p>CAMPOS, Rafael Costa. Entre Roma e Capri: o afastamento de Tibério César como ponto de inflexão política durante seu Principado. Orientador: Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello. 2013. Tese (doutorado) História, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.</p> <p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.].- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p>

Prancha nº 18:**Anverso****Reverso****Identificação:**

Registro (SIGA)	155991
------------------------	---------------

Moeda/Tipo	Dupôndio
-------------------	----------

Período	22 - 23 EC
----------------	------------

Região	Roma
---------------	------

Material	Bronze
-----------------	--------

Dimensões	Peso: 11,7 g / Diâmetro 29,8 mm
------------------	---------------------------------

Recorrência	
--------------------	--

Imagens contidas na moeda:

Anverso	Busto de Livia como justiça.
----------------	------------------------------

Reverso	Sem imagem.
----------------	-------------

Inscrições contidas na moeda:

Anverso	IVSTITIA / Justiça (Cumprimento dos deveres para com os deuses).
----------------	--

Reverso	TI. CAESAR [DIVI] [AVG.] [F.] [AVG.] [P.] M. TR. POT. XXIII - S. C. no centro do campo (TIBERIVS CAESAR DIVI AVGVSTI FILIVS AVGVSTVS, PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTESTATE VICESIMA QVARTA - SENATVS CONSVLTVM) / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto), sumo sacerdote, detentor do Poder Tribunício pela 24ª vez - Decreto do Senado.
----------------	---

Referências	SEAR, p. 341, n: 1739; RIC Tiberius 46; BMCRE Tiberius 79.
Comentários	<p>Sobre o anverso, podemos observar a imagem de Lúvia como justiça, com a legenda: IVSTITIA / Justiça. Segundo o Novíssimo Dicionário Latino-Português de F. R. dos Santos Saraiva, <i>Iustitia</i> significa algo como justiça, equidade e cumprimento dos deveres para com os deuses. Além disso, <i>iustitia</i> é uma virtude coletiva, ligada à ideia de regulação da ordem social por meio da aplicação formal das leis. Ademais, Lúvia também porta um diadema, representando o seu alto <i>status</i> como membro da família imperial.</p> <p>Em seu reverso, a moeda não possui imagem, entretanto, possui legenda: <i>TI. CAESAR [DIVI] [AVG.] [F.] [AVG.] [P.] M. TR. POT. XXIII - S. C. no centro do campo (TIBERIVS CAESAR DIVI AVGVSTI FILIVS AVGVSTVS, PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTESTATE VICESIMA QVARTA - SENATVS CONSVLTVM) / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto), sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 24ª vez - Decreto do Senado.</i> Como parte do processo de centralização político-religiosa promovido por Augusto, a concentração de titulaturas senatoriais, honorárias e funções e cargos no <i>Quattour Amplissima Collegia Sacerdotum romanorum</i>, pode ser observada por meio de diversas fontes, como as <i>Res Gestae Divi Avgvsti</i> e, até mesmo, nas moedas.</p> <p>Nas fontes monetárias do período augustano, é possível observar nas legendas a renovação dos seus poderes e titulaturas, como o Poder Tribunício, muitas vezes abreviado nas legendas como <i>TR POT.</i> Com essa característica nas moedas augustanas em vista, as moedas do período do Imperador Tibério possuem o mesmo padrão, reforçando a renovação dos poderes e titulaturas político religiosas, como podemos observar no trecho da legenda: “<i>PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTESTATE VICESIMA QVARTA / sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 24ª vez</i>”. Além disso, vale ressaltar que na mesma legenda é possível notar a associação de Tibério com seu pai adotivo,</p>

	<p>já considerado um deus, no seguinte trecho: “<i>TIBERIVS CAESAR DIVI AVGVSTI FILIVS AVGVSTVS / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto)</i>”. Essa associação reforça a legitimidade do poder de Tibério, além de consolidar seu poder por meio da linha sucessória, ligada diretamente a um deus.</p>
Bibliografia	<p>CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC – 14 EC). Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2017.</p> <p>SARAIVA, F. R. dos Santos. Novíssimo dicionário Latino-Português. Etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico e etc. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1993.</p>

Prancha nº 19:**Anverso****Reverso****Identificação:**

Registro (SIGA)	155992
Moeda/Tipo	Dupôndio
Período	22 - 23 EC
Região	Roma
Material	Bronze
Dimensões	Peso: 10,23 g / Diâmetro 26,9 mm
Recorrência	
Imagens contidas na moeda:	
Anverso	Busto de Livia como justiça.
Reverso	Sem imagem.
Inscrições contidas na moeda:	
Anverso	IVSTITIA / Justiça (Cumprimento dos deveres para com os deuses).
Reverso	TI. CAESAR DIVI [AVG.] [F.] [AVG.] [P.] [M.] [TR.] [POT.] XXIII - S. C. no centro do campo (TIBERIVS CAESAR DIVI AVGVSTI FILIVS AVGVSTVS, PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTESTATE VICESIMA QVARTA - SENATVS CONSVLTVM) / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto), sumo

	sacerdote, detentor do Poder Tribunício pela 24ª vez - Decreto do Senado.
Referências	SEAR, p. 341, n: 1739; RIC Tiberius 46; BMCRE Tiberius 79.
Comentários	<p>Sobre o anverso, podemos observar a imagem de Livia como justiça, com a legenda: IVSTITIA / Justiça. Segundo o Novíssimo Dicionário Latino-Português de F. R. dos Santos Saraiva, <i>Iustitia</i> significa algo como justiça, equidade e Cumprimento dos deveres para com os deuses. Além disso, <i>iustitia</i> é uma virtude coletiva, ligada a ideia de regulação da ordem social por meio da aplicação formal das leis. Ademais, Livia também porta um diadema, representando o seu alto <i>status</i> como membro da família imperial.</p> <p>Em seu reverso, a moeda não possui imagem, entretanto, possui legenda: <i>TI. CAESAR [DIVI] [AVG.] [F.] [AVG.] [P.] M. TR. POT. XXIII - S. C. no centro do campo (TIBERIVS CAESAR DIVI AVGVSTI FILIVS AVGVSTVS, PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTESTATE VICESIMA QVARTA - SENATVS CONSVLTVM) / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto), sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 24ª vez - Decreto do Senado. Como parte do processo de centralização político-religiosa promovido por Augusto, a concentração de titulações senatoriais, honorárias e funções e cargos no <i>Quattuor Amplissima Collegia Sacerdotum romanorum</i>, pode ser observada por meio de diversas fontes, como as <i>Res Gestae Divi Avgvsti</i> e, até mesmo, nas moedas.</i></p> <p>Nas fontes monetárias do período augustano, é possível observar nas legendas a renovação dos seus poderes e titulações, como o Poder Tribunício, muitas vezes abreviado nas legendas como <i>TR POT</i>. Com essa característica nas moedas augustanas em vista, as moedas do período do Imperador Tibério possuem o mesmo padrão, reforçando a renovação dos poderes e titulações político religiosas, como podemos observar no trecho da legenda: “<i>PONTIFEX MAXIMVS, TRIBVNICIA POTESTATE VICESIMA QVARTA / sumo sacerdote, detentor do poder tribunício pela 24ª vez</i>”. Além disso, vale ressaltar que na mesma</p>

	<p>legenda é possível notar a associação de Tibério com seu pai adotivo, já considerado um deus, no seguinte trecho: “<i>TIBERIVS CAESAR DIVI AVGVSTI FILIVS AVGVSTVS / Tibério César, filho do divino Augusto, imperador (Augusto)</i>”. Essa associação reforça a legitimidade do poder de Tibério, além de consolidar seu poder por meio da linha sucessória, ligada diretamente a um deus.</p>
Bibliografia	<p>CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC – 14 EC). Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2017.</p> <p>SARAIVA, F. R. dos Santos. Novíssimo dicionário Latino-Português. Etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico e etc. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1993.</p>

Prancha n° 20:**Anverso****Reverso****Identificação:**

Registro (SIGA)	156031
------------------------	---------------

Moeda/Tipo	As
-------------------	----

Período	15 - 16 EC
----------------	------------

Região	Roma
---------------	------

Material	Cobre
-----------------	-------

Dimensões	Peso: 10,11 g / Diâmetro 27,4 mm
------------------	----------------------------------

Recorrência	
--------------------	--

Imagens contidas na moeda:

Anverso	Busto de Augusto, radiado e virado a esquerda. Ao lado, a imagem de raios e acima uma estrela.
----------------	--

Reverso	Lívia sentada virada à direita segurando uma pátera e um centro.
----------------	--

Inscrições contidas na moeda:

Anverso	[DIVVS] AVG[VSTVS] [P]AT[ER] / Divino Augusto, pai (da pátria).
----------------	---

Reverso	S.C. - Dividido pela figura de Lívia (SENATVS CONSVLTVM) / Decreto do senado.
----------------	--

Referências	SEAR, p. 351, n: 1788; RIC 72; BMCRE 151.
--------------------	---

Comentários	Em seu anverso, a moeda possui o Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda. Ao lado, a imagem de raios e acima uma estrela, e na legenda: [DIVVS] AVG[VSTVS] [P]AT[ER] / Divino Augusto, pai (da
--------------------	--

pátria). O conjunto iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (*pater patriae*) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Sobre a coroa que Augusto porta, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário pontua que a coroa revela as forças supraterrrestres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo. Como aponta Carlos Campos (2017, p. 106), Augusto buscou o controle do culto a Apolo e sua própria associação ao deus. Assim, como filho do deus Júlio César e do deus olímpico Apolo, Augusto se estabeleceu como ordenador do mundo social romano, mediante aval divino.

Além disso, o feixe de raios, segundo Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 765-766), é considerado como um atributo de Júpiter, além de manifestar as vontades e o poder infinito do deus supremo. A estrela acima de Augusto, pode vir a significar a iluminação celeste recebida pelos *princeps*, ou até mesmo fazer referência ao cometa de César.

No reverso, podemos observar a imagem de Lúvia sentada, segurando uma pátera e um cetro, com sua legenda consistindo somente em: S.C. - Dividido pela figura de Lúvia (SENATVS CONSVLTVM) / Decreto do Senado. Como aponta Carlos Eduardo da Costa Campos (2017, p. 152), a pátera era um prato ou uma tigela redonda e rasa utilizada para práticas religiosas, como a libação de vinho aos deuses ou recebendo o sangue de animais sacrificados, além de ser um objeto atribuído aos epulões. Como aponta Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 226-227), o cetro simboliza o poder e a autoridade. Dessa forma, a representação do cetro e da pátera se combinam na demonstração de poder e comprometimento com os deveres religiosos.

Bibliografia	<p>CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC – 14 EC). Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2017.</p> <p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.]- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p>
---------------------	---

Prancha nº 21:**Anverso****Reverso****Identificação:**

Registro (SIGA)	156032
------------------------	--------

Moeda/Tipo	As
-------------------	----

Período	34 - 37 EC
----------------	------------

Região	Roma
---------------	------

Material	Cobre
-----------------	-------

Dimensões	Peso: 10,80 g / Diâmetro 27,8 mm
------------------	----------------------------------

Recorrência	
--------------------	--

Imagens contidas na moeda:

Anverso	Busto de Augusto, radiado e virado para a esquerda.
----------------	---

Reverso	Águia com asas abertas sob. o globo.
----------------	--------------------------------------

Inscrições contidas na moeda:

Anverso	[DIVVS] [A]VGVSTVS PAT[ER] / Divino Augusto, pai (da pátria).
----------------	---

Reverso	S.C. Ao redor do campo (SENATVS CONSVLTVM) - Decreto do Senado.
----------------	---

Referências	SEAR, p. 352, n: 1790; RIC 82; BMCRE 155.
--------------------	---

<p>Comentários</p>	<p>No anverso podemos observar o busto de Augusto, radiado e virado para a esquerda. Em sua legenda podemos ler: [D]IVVS AV[G]VS[TV]S PAT[ER] / Divino Augusto, pai (da pátria). Assim como em outras moedas do nosso <i>corpus documental</i>, o conjunto iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (<i>pater patriae</i>) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Sobre a coroa que Augusto porta, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário pontua que a coroa revela as forças supraterestras que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo.</p> <p>Em seu reverso, tais moedas apresentam uma Águia de asas abertas sob um globo, e em sua legenda podemos ler: SC - ao redor do campo / <i>SENATVS CONSVLTVM</i> / Por decreto do Senado. Como aponta Russel T. Scott (1982, p. 437), a águia faz parte de uma série de símbolos que buscam enfatizar a <i>Victoria Augusti</i>, isto é, as vitórias militares alcançadas por Augusto. Segundo o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 22 - 25), a Águia foi usada amplamente como símbolo Imperial, além de se relacionar com Júpiter. Além disso, o mesmo dicionário pontua que o globo pode ser interpretado como a representação de um território limitado sob o qual uma figura exerce poder. Assim, a Águia sob o globo comunicaria as conquistas imperiais romanas no período augustano.</p>
<p>Bibliografia</p>	<p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.]- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p> <p>SCOTT, Russel T. PROVIDENTIA AUG. Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte, Bd. 31, H. 4 (4th Qtr., 1982), pp. 436-4.</p>

Prancha nº 22:**Anverso****Reverso****Identificação:**

Registro (SIGA)	156034
------------------------	---------------

Moeda/Tipo	As
-------------------	----

Período	22 - 30 EC - possível falsa Padoana.
----------------	--------------------------------------

Região	Roma
---------------	------

Material	Cobre
-----------------	-------

Dimensões	Peso: 10,63 g / Diâmetro 29 mm
------------------	--------------------------------

Recorrência	
--------------------	--

Imagens contidas na moeda:

Anverso	Busto de Augusto, radiado virado à esquerda.
----------------	--

Reverso	Fachada do altar- recinto do Ara Providentiae Augusti.
----------------	--

Inscrições contidas na moeda:

Anverso	DIVVS AVGVSTVS PATER / Divino Augusto, pai (da pátria).
----------------	---

Reverso	PROVIDENT. S.C. - Ao redor do campo (PROVIDENTIA - SENATVS CONSVLTVM) / Providência - Decreto do senado.
----------------	--

Referências	SEAR, p. 352, n: 1789; RIC 81; BMCRE 146.
--------------------	---

<p>Comentários</p>	<p>No anverso das moedas 6, 7, 8, 9 e 23, podemos observar o Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda. Em sua legenda se lê: <i>DIVVS AVGVSTVS PATER</i> / Divino Augusto, pai (da pátria). Novamente, o conjunto iconográfico e linguístico do anverso correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (<i>pater patriae</i>) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Sobre a coroa que Augusto porta, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário pontua que a coroa revela as forças supraterrrestres que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo.</p> <p>Em seu reverso, podemos observar a fachada do recinto do altar da <i>Ara Providentiae Augusti</i>, com porta de painel duplo e chifres do altar visíveis acima, em sua legenda: SC - separados pela figura do altar / <i>PROVIDENT</i>. - abaixo do altar (<i>PROVIDENTIA - SENATVS CONSVLTVM</i>) / Providente - Decreto do Senado. Como aponta Russel T. Scott (1982, p. 438 - 439), provavelmente a representação do altar fazia referência a um monumento real, que foi dedicado por Tibério à Augusto após sua adoção, em 4 AEC. <i>Providentia</i>, se refere a providência Augustana, isto é, a previsão divina expressa por meio de um intermediário humano visando a <i>aeternitas</i> do povo romano. Essa preservação do povo romano poderia ser feita por meio da escolha de um herdeiro, de proteção contra conspirações, que trazia a <i>securitas</i>, exercício da legislação e atividades paternas, que se relaciona a alimentação da população, construções públicas, agricultura e ajuda aos oprimidos (Scott, 1982, p. 436). Dessa forma, Tibério se vale do culto a providência do seu pai adotivo para ressaltar sua atuação como intermediário divino para a preservação de Roma.</p>
<p>Bibliografia</p>	<p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação</p>

Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.].- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001. SCOTT, Russel T. PROVIDENTIA AUG. Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte, Bd. 31, H. 4 (4th Qtr., 1982), pp. 436-4.

Prancha nº 23:**Anverso****Reverso****Identificação:**

Registro (SIGA)	156035
Moeda/Tipo	As
Período	22-30 EC
Região	Roma
Material	Cobre
Dimensões	
Recorrência	

Imagens contidas na moeda:

Anverso	Busto de Augusto, radiado virado à esquerda.
Reverso	Fachada do altar- recinto do Ara Providentiae Augusti.

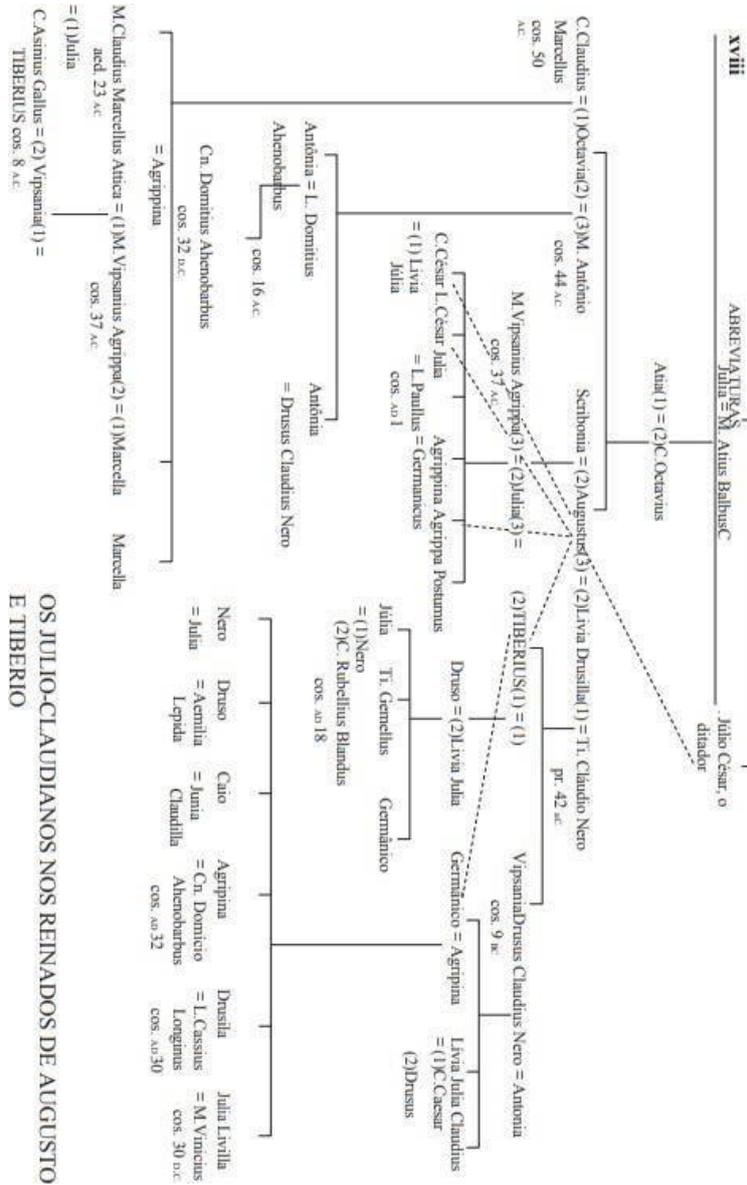
Inscrições contidas na moeda:

Anverso	DIVVS AVGVSTVS PATER / Divino Augusto, pai (da pátria).
Reverso	PROVIDENT. S.C. - Ao redor do campo (PROVIDENTIA - SENATVS CONSVLTVM) / Providência - Decreto do senado.
Referências	SEAR, p. 352, n: 1789; RIC 81; BMCRE 146.

Comentários	No anverso das moedas 6, 7, 8, 9 e 23, podemos observar o Busto de Augusto, radiado e virado à esquerda. Em sua legenda se lê: <i>DIVVS AVGVSTVS PATER</i> / Divino Augusto, pai (da pátria). Novamente, o conjunto iconográfico e linguístico do anverso
--------------------	---

	<p>correlaciona o processo de apoteose sofrido por Augusto após 14 EC, e a aclamação de pai da pátria (<i>pater patriae</i>) pelo Senado, ocorrido em 2 AEC. Sobre a coroa que Augusto porta, o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1982, p. 289), a coroa assinala o caráter transcendente de uma realização bem-sucedida. Além disso, o mesmo dicionário pontua que a coroa revela as forças supraterestras que foram captadas e utilizadas para o êxito do feito premiado, além de, mediante sua própria matéria constituinte, revela a assimilação a certos deuses, como Apolo.</p> <p>Em seu reverso, podemos observar a fachada do recinto do altar da <i>Ara Providentiae Augusti</i>, com porta de painel duplo e chifres do altar visíveis acima, em sua legenda: SC - separados pela figura do altar / <i>PROVIDENT</i>. - abaixo do altar (<i>PROVIDENTIA - SENATVS CONSVLTVM</i>) / Providente - Decreto do Senado. Como aponta Russel T. Scott (1982, p. 438 - 439), provavelmente a representação do altar fazia referência a um monumento real, que foi dedicado por Tibério à Augusto após sua adoção, em 4 AEC. <i>Providentia</i>, se refere a providência Augustana, isto é, a previsão divina expressa por meio de um intermediário humano visando a <i>aeternitas</i> do povo romano. Essa preservação do povo romano poderia ser feita por meio da escolha de um herdeiro, de proteção contra conspirações, que trazia a <i>securitas</i>, exercício da legislação e atividades paternas, que se relaciona a alimentação da população, construções públicas, agricultura e ajuda aos oprimidos (Scott, 1982, p. 436). Dessa forma, Tibério se vale do culto a providência do seu pai adotivo para ressaltar sua atuação como intermediário divino para a preservação de Roma.</p>
<p>Bibliografia</p>	<p>CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Colaboração de: André Barbault... [et al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et al.]- 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p> <p>SCOTT, Russel T. PROVIDENTIA AUG.. <i>Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte</i>, Bd. 31, H. 4 (4th Qtr., 1982), pp. 436-4.</p>

ANEXO A: Diagrama Genealógico da Dinastia Júlio-Claudiana durante o principado de Augusto e Tibério²



² Diagrama retirado do livro *Tiberius*, de Robin Seager (2005).